

Raseam 2014

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER



RASEAM – RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER

Março / 2015
Ano II

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Eleonora Menicucci
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Linda Goulart
Secretária Executiva

Aparecida Gonçalves
Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Tatau Godinho
Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

Ângela Maria Mesquita Fontes
Secretária Interina de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Bruno Gomes Monteiro
Chefe de Gabinete

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES, Trecho 2, Lote 22, Edifício Tancredo Neves, 1º andar
70200-002 – Brasília-DF
Fone: (61) 3313-7091
spmMulheres@spm.gov.br
www.spm.gov.br

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Coordenação Geral: Secretaria Executiva da SPM/PR

Equipe Técnica do Observatório Brasil Igualdade de Gênero

Ana Julieta Teodoro Cleaver	observatorio@spmMulheres.gov.br
Filipe Hagen Evangelista da Silva	http://www.observatoriodegenero.gov.br/
Miguel Antonio dos Santos Filho	http://www.facebook.com/observatoriogenero

Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (participantes na elaboração do RASEAM 2014)

Lourdes Maria Bandeira – SPM/PR (coordenadora)

Adriana Rosa dos Santos – CNDM
Angélica Duarte – SPM/PR
Ana Julieta Teodoro Cleaver – SPM/PR
Camila Rocha Firmino – SPM/PR
Cristiane Soares – IBGE
Daniela Peixoto Ramos – SPM/PR
Eliana Magalhães Graça – SPM/PR
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Luana Simões Pinheiro – IPEA
Mariana Brito – SPM/PR
Natália de Oliveira Fontoura – IPEA
Pedro Henrique de Pina Cabral Viana – SPM/PR
Renata Barreto Preturlan – SPM/PR

Revisão e Edição

Ana Julieta Teodoro Cleaver – SPM/PR
Camila Fidelis Maia – SPM/PR
Camila Rocha Firmino – SPM/PR
Cristiane Soares – IBGE
Daniela Peixoto Ramos – SPM/PR
Filipe Hagen Evangelista da Silva – SPM/PR
Lourdes Maria Bandeira – SPM/PR
Miguel Antonio dos Santos Filho – SPM/PR
Renata Barreto Preturlan – SPM/PR

Agradecimentos

Agradecemos a todos/as os/as da SPM/PR, das instituições parceiras do Grupo de Trabalho e dos órgãos que forneceram dados e fizeram essa publicação ser possível. Agradecemos a Renata Barreto Preturlan, que fez parte da equipe técnica do Observatório durante a elaboração desta edição do RASEAM.

Distribuição gratuita

1ª Tiragem: 2.000 exemplares impressos (português), Março / 2015.

Este Relatório utiliza linguagem inclusiva em seus textos.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

ISSN 2318-5619

1. Perfil das mulheres brasileiras. 2. Mulheres. 3. Igualdade de gênero. 4. Feminismo

I. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres. III. Brasil

ÍNDICE

Apresentação.....	06
I. Introdução.....	07
2. Estrutura Demográfica.....	10
3. Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho.....	15
4. Educação para a Igualdade e Cidadania.....	22
5. Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.....	27
6. Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres.....	37
7. Mulheres em Espaços de Poder e Decisão.....	43
8. Mulheres no Esporte.....	49
Anexo I – Sumário Estatístico.....	54
Anexo II – Índice de Tabelas.....	61
Anexo III – Anexo Estatístico.....	77
Anexo IV – Base de Dados.....	160
Anexo V – Glossário.....	174

APRESENTAÇÃO

A segunda edição do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM vem consolidar a importância deste documento para a reflexão sobre a situação das mulheres brasileiras. A amplitude e a diversidade dos dados consolidados neste Relatório, abrangendo diferentes aspectos da vida das mulheres, representam um trabalho de fôlego no que tange às estatísticas com recorte de gênero. Os indicadores apresentados no RASEAM 2014 são subsídios relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR considera a produção, o monitoramento e a divulgação de dados estatísticos com o recorte de gênero fundamentais para refletir com profundidade sobre a fotografia do Brasil real de mulheres e homens e, também, para a qualificação das políticas públicas.

As desigualdades de gênero têm diminuído em diversos campos e os dados do RASEAM 2014 mostram que a atuação da SPM/PR é fundamental para a manutenção destes avanços e para a garantia de melhorias futuras. Se este Relatório apresenta muito bem os avanços conquistados, também nos deixa ver o caminho que ainda falta ser percorrido para que alcancemos a plena e efetiva igualdade de gênero na sociedade brasileira. A publicação do RASEAM 2014 reafirma o compromisso da SPM/PR com a promoção da igualdade de gênero e com a construção de um país mais justo e igual para todas e todos.

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
da Presidência da República

I. INTRODUÇÃO

A publicação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2014 é resultado da relevância dada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR para o monitoramento sistemático de indicadores sociais sobre a situação das mulheres brasileiras¹. Os indicadores disponibilizados nesta publicação são oriundos de diversas bases de dados, o que possibilita um olhar transversal e multidimensional sobre a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras. O documento contribui ainda para o aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Os dados do RASEAM 2014 apresentam aspectos interessantes para pautar a participação e o controle sociais, oferecem subsídios para a formulação e a implementação de políticas públicas e indicam questões e temas merecedores de análises e estudos mais aprofundados.

Considerando sua periodicidade anual e a abrangência dos indicadores e das temáticas tratadas, propõe-se um formato mais conciso e sintético para o RASEAM 2014: o documento impresso apresenta uma **análise técnica**, na qual são apresentados textos objetivos e gráficos relacionados aos novos indicadores que passam a integrar a publicação e àqueles vinculados aos temas prioritários do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e um **sumário estatístico** com os indicadores considerados mais relevantes para a apreensão da realidade das mulheres brasileiras. O impresso é acompanhado também de uma mídia na qual estão um **índice das tabelas** disponíveis, um **anexo estatístico**, agrupando o conteúdo integral das tabelas, uma **sinopse sobre as fontes** utilizadas e um **glossário**. Com isso, o impresso oferece um panorama sobre a situação das mulheres no Brasil em um formato mais amigável possível e a mídia reúne as informações com um maior grau de detalhamento, qualificando as fontes e assegurando o acesso a todas as informações disponíveis sobre a situação das mulheres brasileiras.

Para além das novidades no formato de apresentação do RASEAM 2014, os conteúdos dos capítulos temáticos trazem também mudanças em relação à edição anterior, seja no que tange aos indicadores analisados, seja quanto às fontes utilizadas. Cabe mencionar, ademais, que os dados relativos às mulheres em sua diversidade são muitas vezes invisibilizados em pesquisas amostrais ou nas bases de dados dos registros administrativos. Sempre que possível, no entanto, apresenta-se dados relativos às mulheres indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo e da floresta, mulheres lésbicas, mulheres jovens, mulheres idosas, mulheres em situação de privação de liberdade, entre outras.

Nesta edição, o primeiro capítulo apresenta indicadores sobre as principais dinâmicas que têm impacto na **estrutura demográfica** brasileira. A análise sobre **autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho** apresenta um maior número de indicadores com desagregações por situação de domicílio (áreas urbana e rural), permitindo uma melhor apreensão da realidade das mulheres em meio rural; amplia o número de indicadores relativos ao uso do tempo; e, inclui informações sobre o acesso a creches por filhos/as de mulheres inseridas ou não no mercado de trabalho. Já o capítulo sobre **educação para igualdade e cidadania** passa a considerar em seu rol de indicadores dados sobre educação em tempo integral, ensino técnico e profissional e acesso a bolsas de pesquisa no ensino superior e por docentes universitárias/os. Este capítulo incorpora também, a partir desta edição, dados relativos ao acesso a meios de comunicação e informação. O capítulo sobre **saúde integral das mulheres, direitos sexuais**

¹ Cabe ressaltar que o Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero colaborou significativamente para a elaboração deste Relatório, na seleção e análise dos indicadores coletados e na definição do formato do documento. O Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores, de caráter permanente, é coordenado pela SPM/PR e composto pelo IBGE e IPEA, além de ONU Mulheres, OIT, DIEESE e CNDM, na qualidade de convidados permanentes. Também digna de destaque é a cooperação dos órgãos parceiros que disponibilizaram os dados solicitados, além de auxiliar nas questões conceituais. Essa parceria é fundamental e necessária para a própria existência do RASEAM e decorre do reconhecimento da importância deste documento. A equipe do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero agradece as ricas contribuições de todas/os as/os parceiras/os envolvidas/os na elaboração do RASEAM 2014.

e **direitos reprodutivos** amplia as desagregações relativas à mortalidade materna, a fim de possibilitar uma melhor compreensão do problema. O capítulo incorpora, ademais, dados sobre consumo de álcool e tabaco na adolescência e, também, dados sobre as principais causas de mortalidade entre as mulheres brasileiras. No que tange ao **enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres**, ampliou-se o número de indicadores que tratam do tema, assim como os indicadores sobre as mulheres em situação de privação de liberdade e sobre a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência. O capítulo sobre **mulheres em espaços de poder e decisão** apresenta como novidade dados sobre a participação feminina na direção dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional e sobre a existência de instâncias de mulheres nesses partidos. Por fim, **mulheres no esporte** é o tema abordado no último capítulo que, a partir deste ano, passa a analisar dados relativos ao acesso de meninas e mulheres às políticas públicas de promoção do esporte e do lazer no Brasil, além da participação feminina em Paralimpíadas.

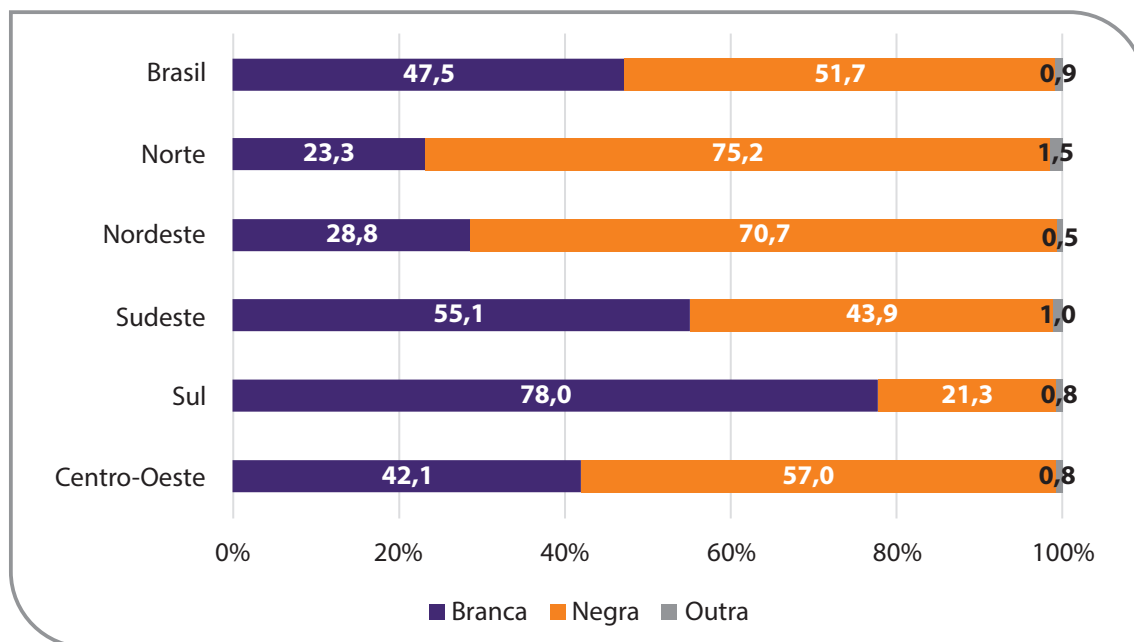
Finalmente, as bases de dados que foram incorporadas nesta edição vêm reforçar a proposta do RASEAM de apresentar indicadores que cubram amplamente a realidade das mulheres brasileiras. Nesse sentido, dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego, aqui apresentados permitem analisar a permanência das mulheres no mercado de trabalho. As bases de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq possibilitam evidenciar desigualdades de gênero no acesso a bolsas de pesquisa. As informações da Pesquisa Nacional sobre a Saúde do Escolar, do IBGE, dimensionam as condições de saúde das/os estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Já os dados oriundos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde, complementam os dados sobre violência contra as mulheres da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da SPM/PR. No âmbito do esporte, incluiu-se informações acerca das políticas implementadas pelo Ministério do Esporte, além de dados do Comitê Paralímpico Brasileiro, sobre a participação feminina em Jogos Paralímpicos.

2. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

O Brasil vem sendo palco de intensas alterações demográficas, sociais, econômicas e políticas. As dinâmicas demográficas apontam para os processos de envelhecimento da população e de redução da taxa de fecundidade. Além disso, há nas últimas décadas a intensificação do processo de transformação social decorrente da urbanização e da industrialização, refletindo amplamente na realidade social, em especial na condição de vida das mulheres brasileiras. Compondo a maior parte da população brasileira, as mulheres têm avançado na conquista de seus direitos e de uma situação de igualdade com os homens. Os dados demográficos apontam que tais avanços repercutem inclusive nos arranjos familiares que, juntamente com outros aspectos da realidade social feminina, são abordados nesta seção.

Em 2012, as mulheres eram mais de 51% da população brasileira e as mulheres que se declararam negras² compunham quase 52% da população feminina do país, como indicado no gráfico 2.1. Cabe destacar que a proporção da população feminina aumenta quanto mais alta é a sua faixa etária, o que resulta em um processo de feminização da população idosa. De fato, no ano em análise, as mulheres tinham esperança de vida, ao nascer e aos 60 anos, mais longa que a dos homens: em média, esperava-se que uma mulher, ao nascer, vivesse 7,3 anos a mais que os homens e que, aos 60 anos, ela tivesse uma esperança de vida maior em 3,3 anos³.

Gráfico 2.1 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – Grandes Regiões – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.1 do Anexo Estatístico.

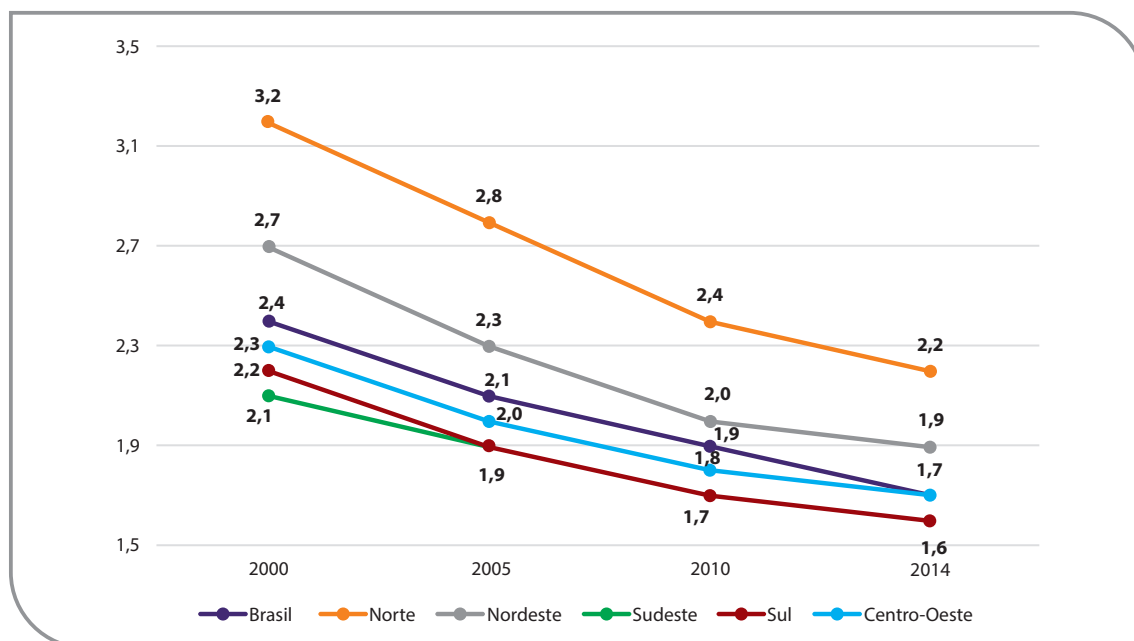
A taxa de fecundidade total⁴ apresentou uma considerável diminuição entre 2000 e 2014, passando de 2,4 para 1,7 filhas/os por mulher em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos), valor abaixo do índice de reposição populacional que é de 2,1. As Regiões Sul e Sudeste apresentavam as menores taxas de fecundidade, ao passo que, na Região Norte, tinha-se a maior taxa de fecundidade do país (2,2 filhos por mulher), como mostra o gráfico 2.2. O gráfico 2.3 apresenta a redução da gravidez na adolescência: em 2002, 12,7% das mulheres entre 15 e 19 anos tinham filhas/os; já em 2012, esse percentual passou para 10,4%.

² Os dados para a população de cor ou raça negra são calculados a partir do somatório dos dados referentes à população de cor ou raça parda e à população de cor ou raça preta, como apresentados pelo IBGE. Neste documento, sempre que possível, fez-se a opção de se apresentar os dados para a população negra.

³ Todos os dados mencionados no texto estão disponíveis no Anexo Estatístico que se encontra na mídia que acompanha o impresso.

⁴ Trata-se de projeção da taxa de fecundidade.

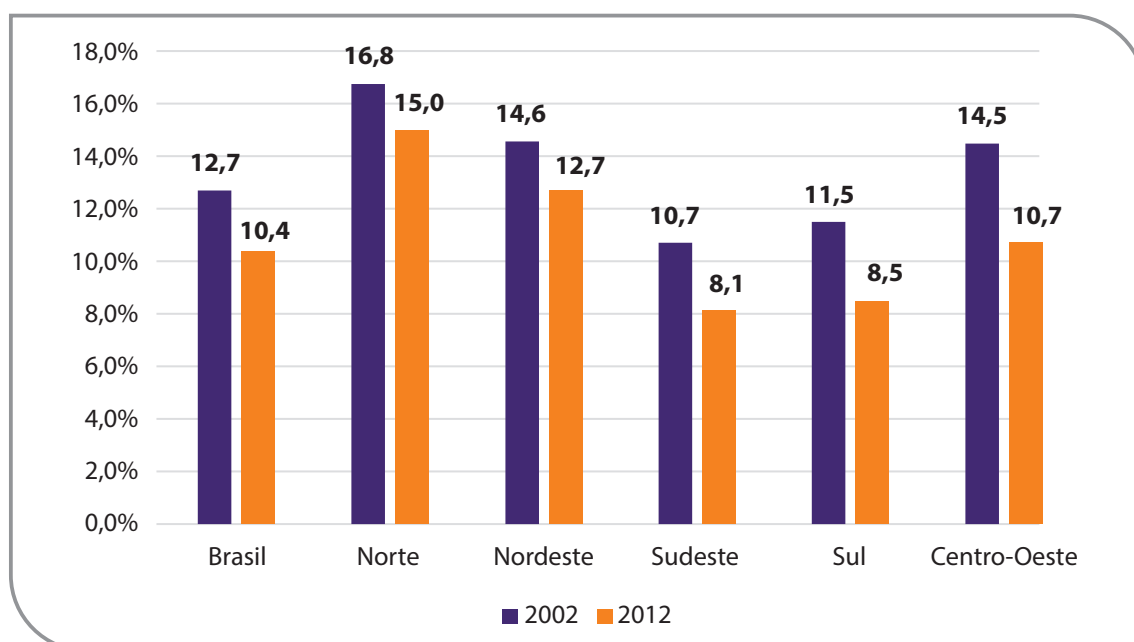
Gráfico 2.2 – Taxa de fecundidade total – Grandes Regiões – 2000, 2005, 2010 e 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Observação: Ver tabela 2.4 do Anexo Estatístico.

Gráfico 2.3 – Proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os nascidas/os vivas/os – Grandes Regiões – 2002* e 2012



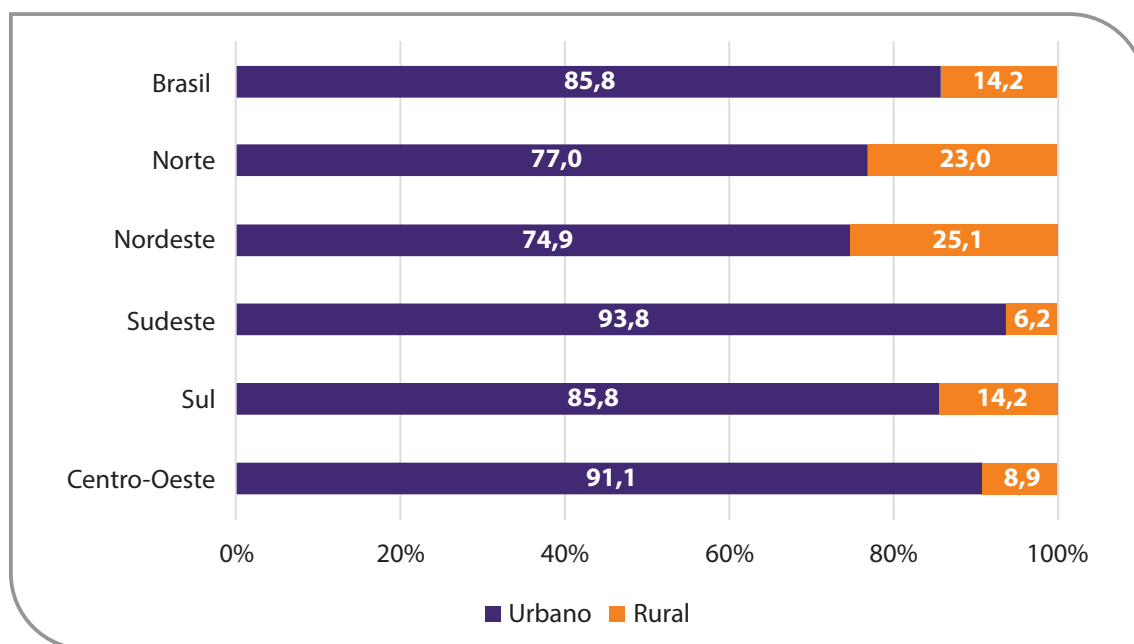
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002 e 2012.

*Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Observação: Ver tabela 2.7 do Anexo Estatístico.

O Brasil é um país majoritariamente urbano, com quase 85% de sua população residindo em cidades. As mulheres representavam, em 2012, cerca de 52% da população residente nas cidades brasileiras, ao passo que eram 48% da população de áreas rurais. O gráfico 2.4 mostra a distribuição da população feminina por situação de domicílio nas Grandes Regiões, evidenciando a maior proporção de mulheres em áreas rurais nas Regiões Nordeste e Norte (25,1% e 23%, respectivamente).

Gráfico 2.4 – Distribuição percentual da população feminina por situação do domicílio – Grandes Regiões – 2012



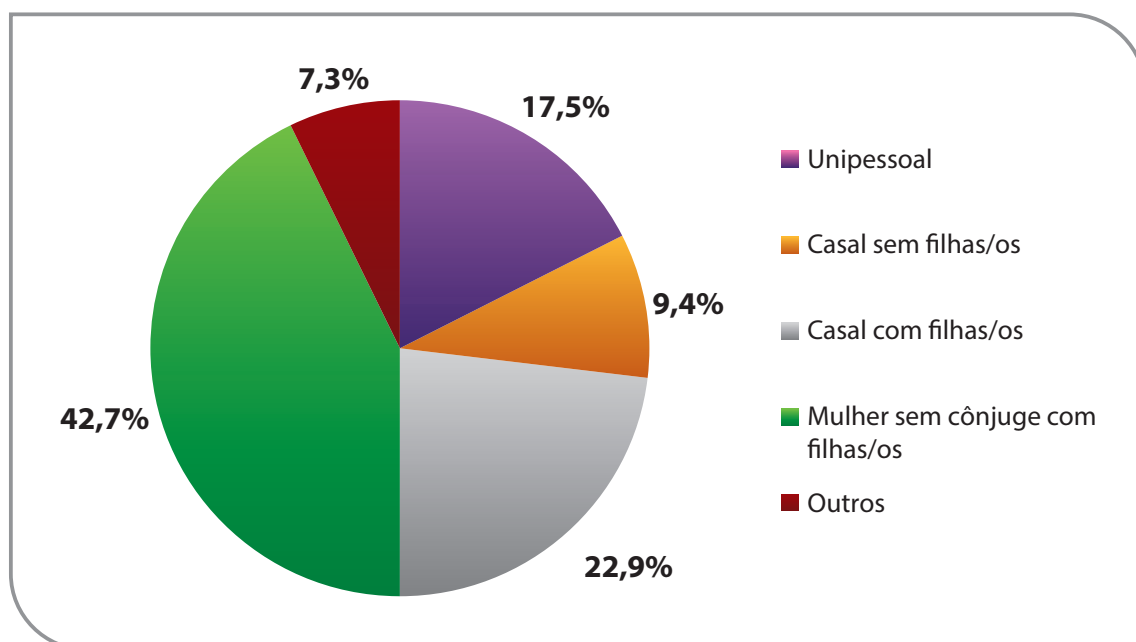
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.8 do Anexo Estatístico.

Os arranjos familiares referem-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou não que moram no mesmo domicílio. Os arranjos familiares podem ser formados por uma só pessoa, um casal sem filhas/os, um casal com filhas/os, uma pessoa de referência sem cônjuge com filhas/os, entre outros arranjos. Para cada unidade domiciliar, a PNAD considera uma pessoa de referência, sendo esta pessoa responsável pelo domicílio ou assim considerada pelos seus membros. Assim, no Brasil, em 2012, quase 38% dos domicílios tinham mulheres como a pessoa de referência.

No entanto, entre as famílias com pessoa de referência do sexo feminino, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhas/os. Por outro lado, somente 3,5% das famílias com pessoa de referência do sexo masculino eram formadas por homens sem cônjuge com filhas/os. Das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhas/os, como indicado no gráfico 2.5. É interessante notar, igualmente, que cerca de 17% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino eram formadas por mulheres vivendo sozinhas. No que diz respeito à cor ou raça, as mulheres negras estavam à frente de 52,6% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino.

Gráfico 2.5 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.11 do Anexo Estatístico.

3. AUTONOMIA ECONÔMICA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO

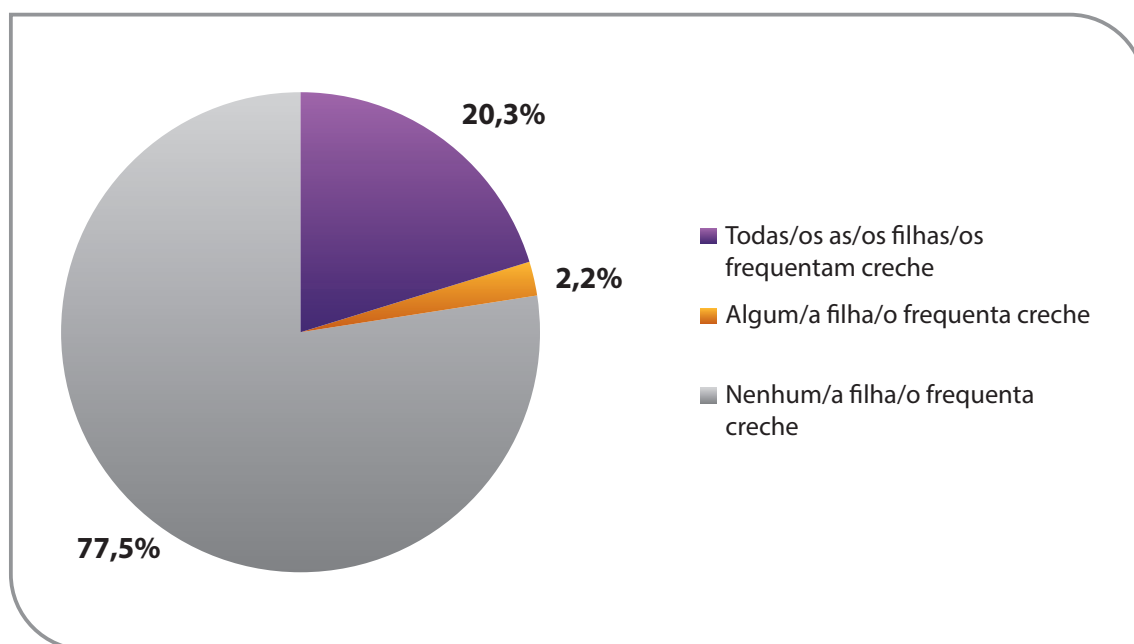
A promoção da autonomia econômica das mulheres passa pela melhoria de sua inserção no mercado de trabalho e de seus rendimentos, e pela distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado. Os indicadores reunidos no RASEAM 2014 mostram que permanecem muitos obstáculos para o alcance da plena autonomia econômica das mulheres brasileiras.

Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%). As desigualdades de raça ou cor também eram relevantes, fazendo com que as menores taxas fossem verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%).

Nos últimos anos, houve uma significativa redução do desemprego, mas ainda permanecem as desigualdades por sexo, por região e por idade da taxa de desocupação: a taxa verificada entre as mulheres era quase 80% superior à masculina, com importantes disparidades regionais e por grupos de idade, sendo a população mais vulnerável a de jovens entre 16 e 24 anos. A proporção de mulheres em trabalhos formais era pouco inferior à de homens; entretanto, havia significativas diferenças de acordo com a raça ou cor: somente 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, frente a 64,6% dos homens brancos.

A divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado, dificulta seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional. Por isso, a disponibilidade de vagas em creches é um importante indicador da autonomia econômica das mulheres. Como evidenciado no gráfico 3.1, em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhas/os de 0 a 3 anos tinham todas/os as/os filhas/os em creche. Entretanto, há importantes disparidades regionais: essa proporção desagregada segundo as Grandes Regiões variava, em 2012, de 7,3% na Região Norte a 29% na Região Sul.

Gráfico 3.1 – Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência das/os filhas/os a creche – Brasil – 2012

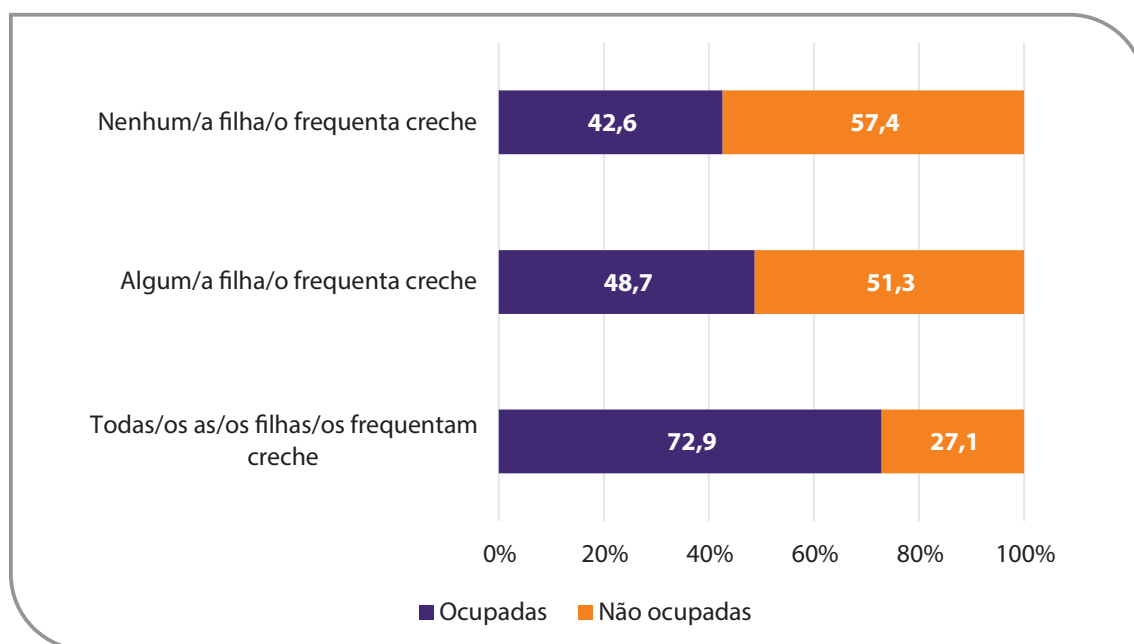


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.17 do Anexo Estatístico.

O acesso à creche é indispensável para que as mulheres com filhas/os pequenas/os possam exercer atividades remuneradas. Entre as mulheres com todas/os as/os filhas/os de 0 a 3 anos na creche, 72,9% estavam ocupadas, enquanto somente 42,6% daquelas sem nenhum/a filha/o na creche tinham ocupação, como apresentado no gráfico 3.2.

Gráfico 3.2 – Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, segundo a frequência das/os filhas/os a creche – Brasil – 2012



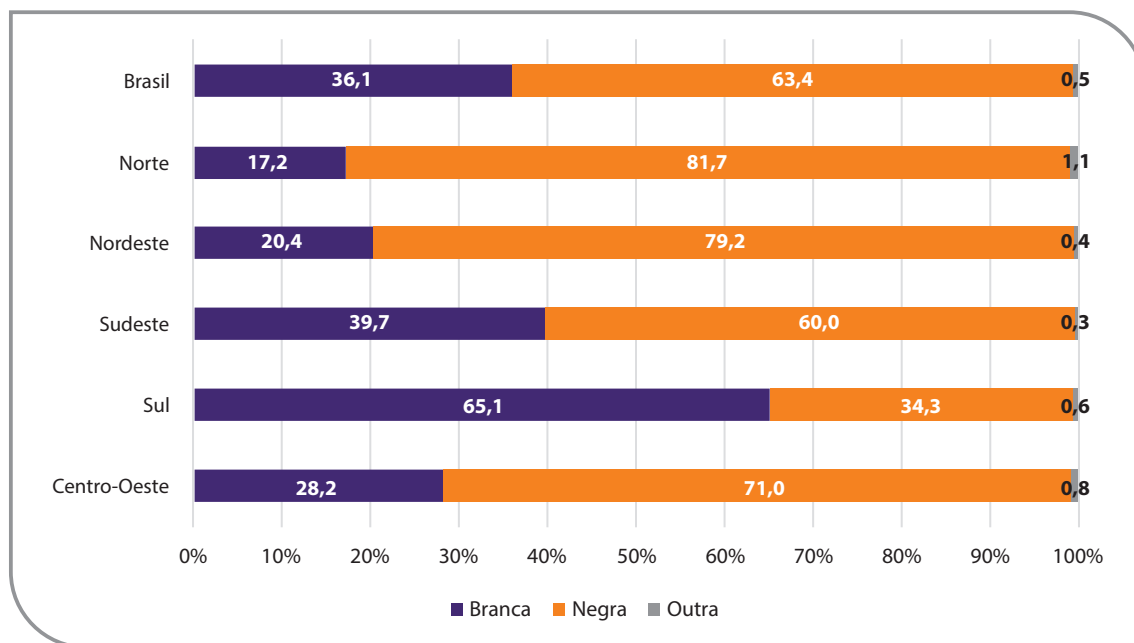
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.17 do Anexo Estatístico.

O trabalho doméstico remunerado tem passado por importantes e recentes transformações. Do ponto de vista legal e jurídico, a aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013 vem corrigir a desigualdade estrutural imposta ao segmento. Na mesma direção deste avanço institucional, a Instrução Normativa nº 110 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 6 de agosto de 2014, dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico. Por outro lado, embora esta atividade continue sendo uma das principais ocupações entre as mulheres, há uma tendência de redução da proporção de mulheres empregadas no trabalho doméstico: somente entre 2011 e 2012, a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico passou de 15,5% para 14,7%.

Há um claro recorte de gênero e de cor ou raça nesta ocupação: o trabalho doméstico remunerado é uma das ocupações em que são mais significativas as desigualdades que afetam as mulheres negras. Em 2012, de um total de mais de 6 milhões de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho doméstico, mais de 92% eram mulheres. Além disso, de acordo com o gráfico 3.3, 63,4% delas eram negras. No que tange à escolaridade, elevada proporção das mulheres empregadas no trabalho doméstico (20,1%) tinha menos de quatro anos de estudo.

Gráfico 3.3 – Distribuição das mulheres 16 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho doméstico, por cor ou raça – Grandes Regiões – 2012



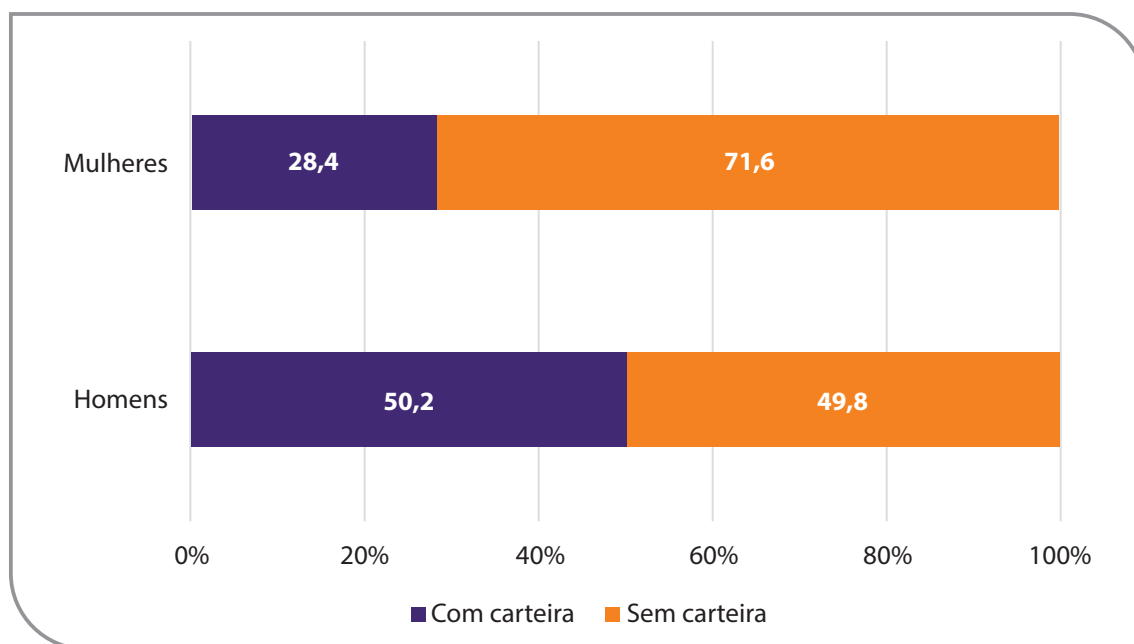
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.32 do Anexo Estatístico.

As mulheres empregadas domésticas estão em situação mais precária que os homens na mesma ocupação, o que é evidenciado pelo alto grau de informalidade. Segundo o gráfico 3.4, somente 28,4% das mulheres que eram empregadas domésticas tinham carteira assinada. Em contraste, 50,2% dos homens na mesma ocupação a tinham, evidenciando um claro padrão de desigualdade. As empregadas domésticas negras percebiam, em 2012, 86% dos rendimentos médios das empregadas domésticas brancas: R\$ 546,15, frente a R\$ 637,30⁵. Os homens, por sua vez, tinham rendimentos superiores aos das mulheres: R\$ 848,45, em oposição a R\$ 579,81 – as mulheres empregadas no trabalho doméstico percebiam, assim, 68% do rendimento médio dos homens com a mesma ocupação. Essa significativa diferença entre os rendimentos percebidos por homens e mulheres no trabalho doméstico está relacionada com os tipos de atividades realizadas – os homens são a grande maioria entre os jardineiros, caseiros, motoristas e as mulheres, entre as babás, faxineiras e cozinheiras.

⁵ Em 2012, o salário mínimo era de R\$ 622,00.

Gráfico 3.4 – Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por posse de carteira assinada e sexo – Brasil – 2012



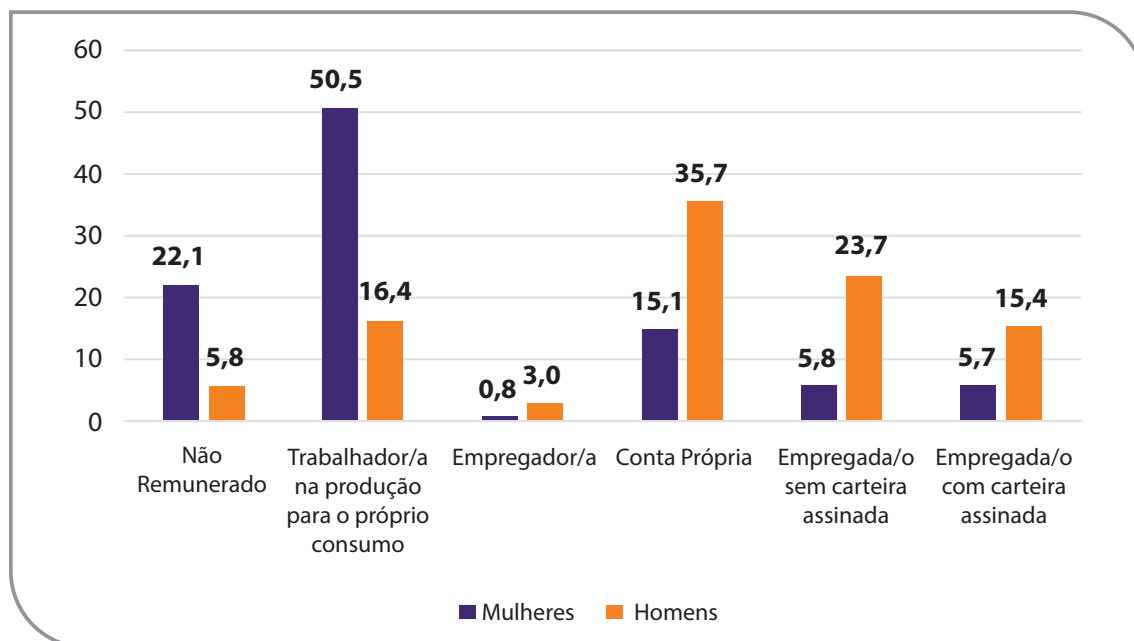
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.33 do Anexo Estatístico.

Esta edição do RASEAM aprofunda o diagnóstico a respeito da autonomia econômica das mulheres rurais com novos indicadores. Em 2012, quase 3 milhões e 900 mil mulheres maiores de 16 anos estavam ocupadas em atividades agrícolas, o que correspondia a 9,8% das mulheres ocupadas. Entretanto, no setor agrícola, mais de dois terços delas (72,6%) se dedicavam ao trabalho para o próprio consumo ou a atividades não remuneradas; apenas 6% eram empregadas com carteira assinada e o mesmo percentual trabalhava informalmente; 15% declararam trabalhar por conta própria; e, menos de 1% se declarou ser empregadora, conforme apresentado no gráfico 3.5. Entre as/os trabalhadoras/es não remuneradas/os, 61,5% eram mulheres.

A desigualdade de acesso ao trabalho remunerado se reflete, entre outros indicadores, no tipo de cobertura previdenciária a que as mulheres rurais têm acesso. Assim, em 2012, apenas 7% das/os beneficiárias/os de aposentadoria por tempo de contribuição no meio rural eram mulheres. Por outro lado, há um maior número de mulheres rurais aposentadas por idade.

Gráfico 3.5 – Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil – 2012

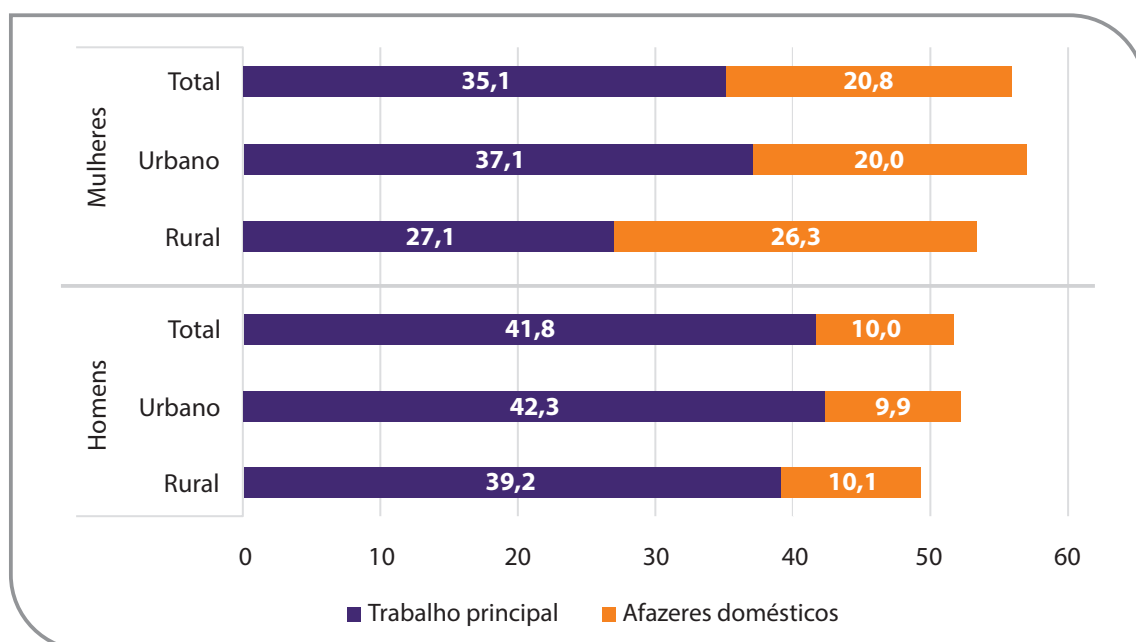


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.12 do Anexo Estatístico.

No que tange à divisão sexual do trabalho e ao uso do tempo, observa-se que a jornada total das mulheres, somando-se o tempo dedicado ao trabalho principal (mais de 35 horas semanais) e aos afazeres domésticos (quase 21 horas semanais), era sempre superior à jornada total dos homens (quase 42 horas dedicadas ao trabalho principal e 10 horas aos afazeres domésticos), conforme detalha o gráfico 3.6. Além de receberem menor remuneração pelo trabalho realizado, as mulheres rurais eram as que dedicavam mais horas semanais à realização de afazeres domésticos (em torno de 26 horas), em comparação com as mulheres urbanas (20 horas). Há que se ressaltar, todavia, que os afazeres domésticos das mulheres rurais incluem frequentemente atividades produtivas, como cuidar da lavoura, do pomar, dos animais, entre outras atividades. Essa sobrecarga não era compartilhada com os homens rurais, que apresentavam índices praticamente iguais aos dos homens urbanos no que se referia ao tempo dedicado aos afazeres domésticos (cerca de 10 horas). Assim, tanto as mulheres rurais quanto as urbanas apresentam, na média, jornadas semanais totais mais longas que as dos homens, atingindo 55,9 horas semanais, respectivamente, contra 51,8 horas dos homens em média.

Gráfico 3.6 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

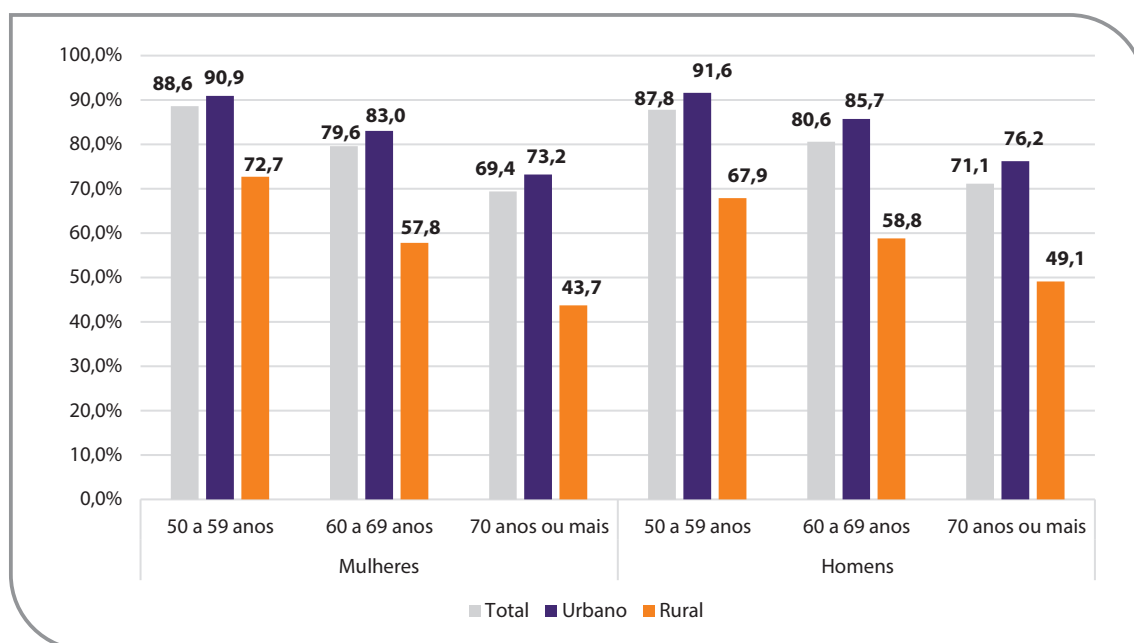
Observação: Ver tabela 3.21 do Anexo Estatístico.

4. EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE E CIDADANIA

Novos indicadores apresentados nesta edição nos permitem aprofundar o diagnóstico a respeito do acesso das mulheres à educação. Se é fato que as mulheres predominam no sistema de ensino, especialmente nos níveis mais elevados, permanecem importantes disparidades entre diferentes grupos de mulheres.

A taxa de alfabetização no país tem atingido níveis elevados: em 2012, 84% da população com mais de 10 anos era alfabetizada. Entretanto, a população da área rural apresentava índices menores de alfabetização que a da área urbana. Além disso, as mulheres tinham em geral a maior taxa de alfabetização entre a população mais jovem. A partir dos 50 anos ou mais, os homens estavam em melhor situação, refletindo o menor acesso que as mulheres brasileiras tinham à educação algumas décadas atrás. Assim, embora na média 84,8% das mulheres fossem alfabetizadas, somente 43,7% das mulheres rurais com mais de 70 anos o eram, como demonstrado no gráfico 4.1.

Gráfico 4.1 – Taxa de alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil – 2012

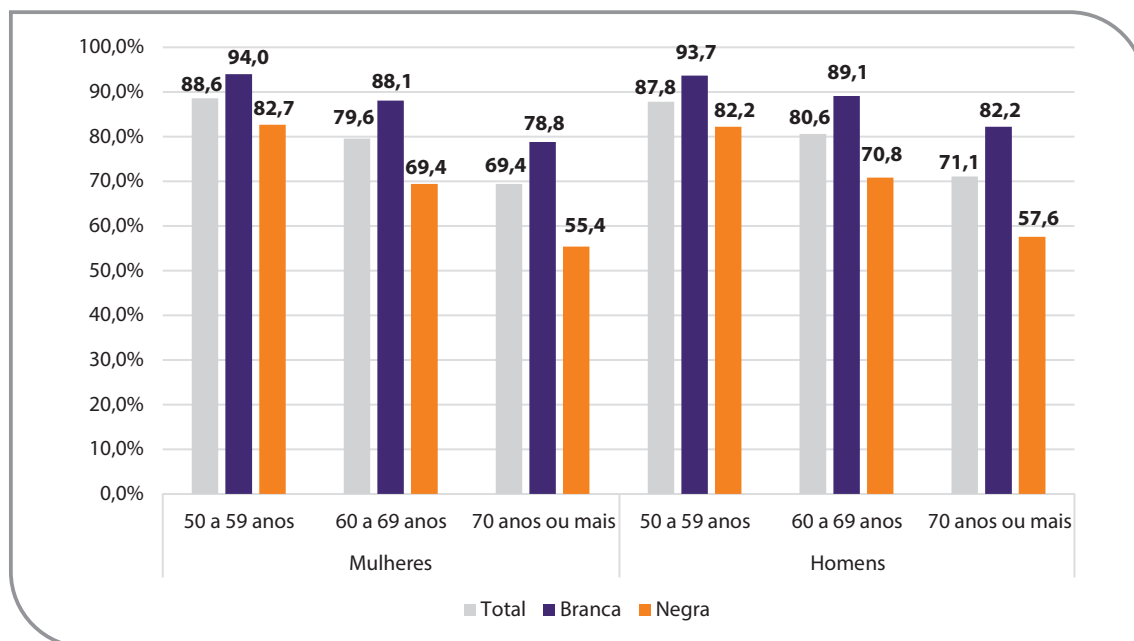


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 4.2 do Anexo Estatístico.

As desigualdades sociais segundo a cor ou raça são estruturantes de nossa sociedade e têm impactos no campo educacional. Como destacado no gráfico 4.2, as mulheres negras apresentam índices de alfabetização invariavelmente inferiores aos das mulheres brancas. A desigualdade se torna ainda maior quando desagregamos esses índices por faixa etária: as mulheres negras entre 50 e 59 anos apresentavam uma taxa de alfabetização 12% inferior à taxa das mulheres brancas de mesma faixa etária; já as mulheres negras com mais de 70 anos apresentavam uma taxa de alfabetização quase 30% inferior à taxa observada para as mulheres brancas.

Gráfico 4.2 – Taxa de alfabetização, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – Brasil – 2012



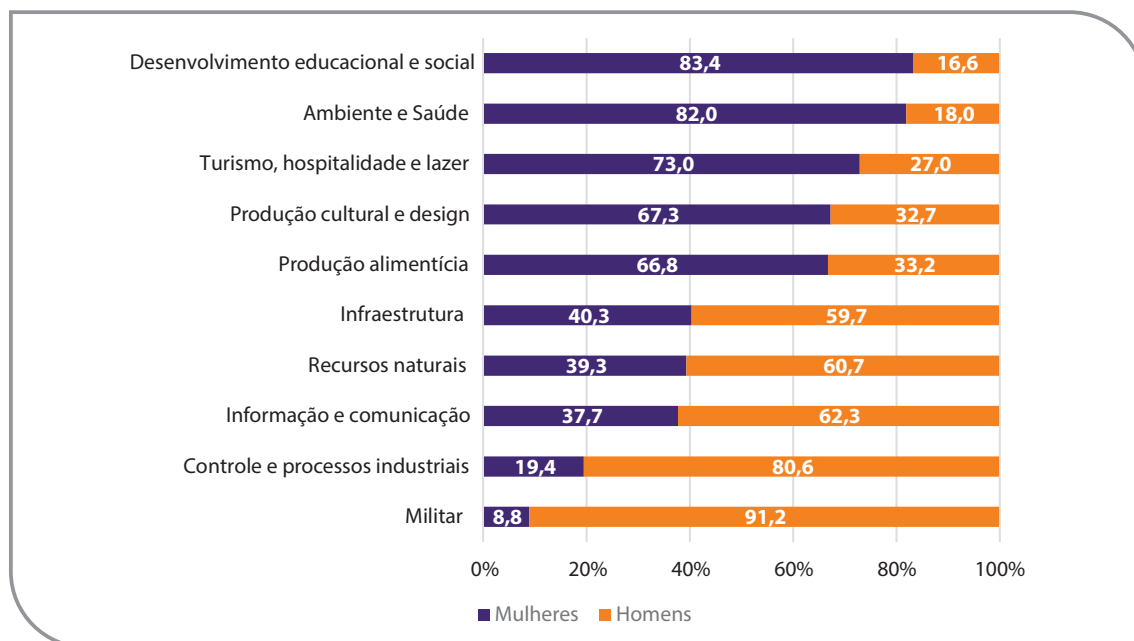
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 4.3 do Anexo Estatístico.

As desigualdades educacionais segundo o sexo e a cor ou raça não se limitam ao tema da alfabetização, mas repercutem em todos os níveis de ensino. Em 2012, quanto mais elevado o nível de ensino, maior era a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras, de um lado; e, entre homens brancos e homens negros, de outro. Embora as taxas de frequência entre todos os segmentos populacionais tenham se elevado nos últimos anos, houve poucos avanços no sentido da reversão desse padrão de desigualdade. Assim, 24,6% das mulheres brancas e 19,7% dos homens brancos de 18 a 24 anos frequentava o ensino superior, enquanto somente 11,6% das mulheres negras e 7,7% dos homens negros nessa faixa etária o faziam. Da mesma forma, as mulheres são 57,2% das/os matriculadas/os e 61,2% das/os concluintes de cursos de graduação do ensino superior.

No ensino profissional, as mulheres eram maioria entre as/os matriculadas/os (53,8%) e ainda mais numerosas entre as/os concluintes (54,5%) dos cursos profissionalizantes. Entretanto, elas tendiam a se concentrar em algumas áreas consideradas tipicamente femininas de acordo com a divisão sexual do trabalho, associadas a tarefas de cuidado e de reprodução, como as áreas de educação e da saúde. Isso é particularmente visível quando se considera os 10 cursos profissionalizantes com maior número de matrículas no país. Houve, em 2012, grande concentração de mulheres nos cursos das áreas de Desenvolvimento Social e Educacional; Ambiente e Saúde; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; e, Produção Alimentícia; enquanto os homens estavam sobrerrepresentados em cursos das áreas Militar; Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação; Recursos Naturais; e, Infraestrutura, como destaca o gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 – Distribuição percentual por sexo das matrículas em cursos profissionalizantes, segundo a grande área – Brasil – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED -- Censo do Ensino Superior, 2012.

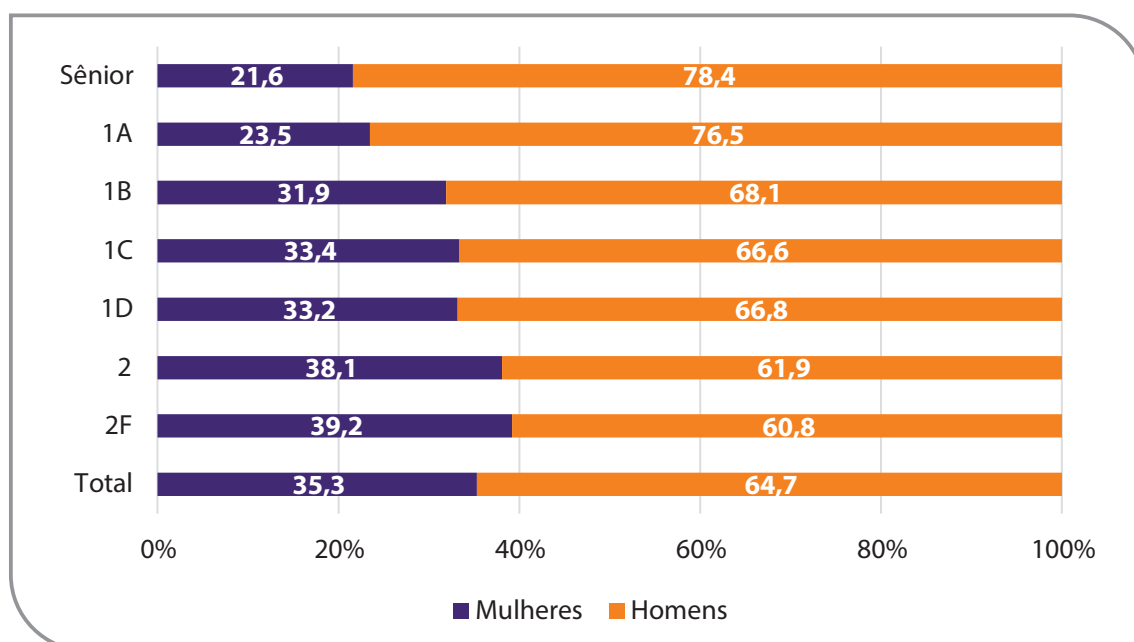
Observação: Ver tabela 4.13 do Anexo Estatístico.

Com relação ao ensino em tempo integral, verifica-se que a modalidade vem se expandindo com o apoio de políticas federais. O ensino em tempo integral contribui para melhorar a qualidade da educação, um importante desafio para as políticas públicas educacionais. Além disso, o ensino em tempo integral, especialmente para as crianças na fase inicial do ciclo de vida, representa maiores possibilidades de inserção das mães no mercado de trabalho, tendo em vista que as crianças estarão durante toda a jornada de trabalho na escola. De fato, a maior proporção de crianças escolarizadas em tempo integral se encontra na educação infantil: 28,6% das matrículas, frente a 11,1% das matrículas no ensino fundamental e 4,6% daquelas no ensino médio. Embora se tenha verificado importantes avanços nessa modalidade, persistem significativas desigualdades regionais.

Por fim, os indicadores sobre a concessão de bolsas de formação e fomento à pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são importantes por revelar o acesso das mulheres a instrumentos de apoio à sua formação durante o período inicial de estudos, assim como a vias de ingresso e permanência nas carreiras acadêmicas. Seguindo o padrão do número de matrículas no ensino superior, em 2012, as mulheres tinham importante representação no acesso a bolsas de pesquisa nos níveis iniciais de sua formação acadêmica (56,5% das bolsas de iniciação científica), mas viam sua participação se reduzir nos níveis superiores, com 50,6% das bolsas de doutorado, além de serem minoria entre as/os bolsistas no exterior (45,1%). Ressalte-se ainda que, na Região Sudeste, onde há importantes centros acadêmicos de excelência em pesquisa e para onde se destinavam a maioria das bolsas de pesquisa do país, as mulheres tinham somente 49,3% das bolsas concedidas. Além disso, as mulheres eram minoria entre as/os pesquisadoras/es profissionais com Bolsas de Produtividade em Pesquisa, destinadas às/aos pesquisadoras/es que se destacam na produção científica de um determinado campo, segundo os critérios do CNPq. No nível mais alto, o CNPq atribui a Bolsa de Produtividade Sênior às/

aos pesquisadoras/es que se destacam como líderes em sua área de atuação. As mulheres representavam somente 21,6% destas/es bolsistas. Isso está relacionado à recorrente dificuldade de acesso das mulheres a posições de poder e a cargos de liderança no mercado de trabalho, tendo em vista que as Bolsas de Produtividade evidenciam parte da estrutura de poder das universidades e centros de pesquisa do país.

Gráfico 4.4 – Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa, distribuição percentual por sexo, segundo a categoria / nível – Brasil – 2012



Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Nota: As bolsas da categoria Sênior são destinadas a pesquisadoras/es que se destacam como líderes e são reconhecidas/os como paradigma em sua área de atuação. As bolsas de categoria I são designadas a pesquisadoras/es com no mínimo oito anos de doutorado e os níveis A, B, C e D são definidos, com base comparativa entre seus pares, no que se refere à produção científica, formação de pós-graduandos, contribuição científica, coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de administração de instituições científicas. As bolsas de categoria 2, por sua vez, são reservadas a pesquisadores com no mínimo três anos de doutorado, com base em sua produtividade, publicações e orientações.

Observação: Ver tabela 4.22 do Anexo Estatístico.

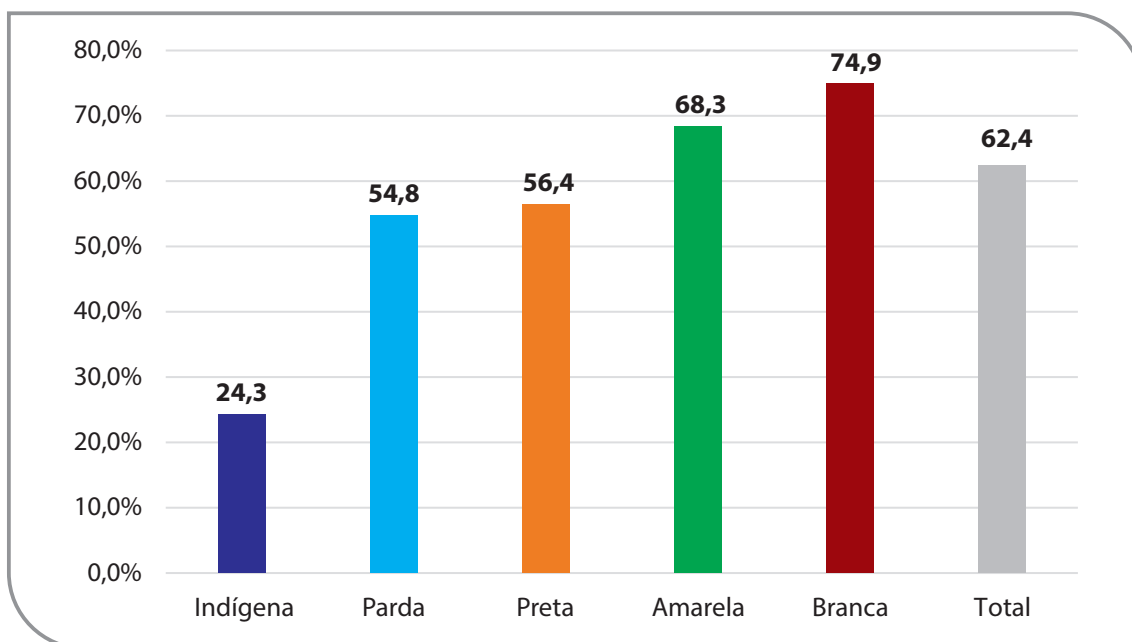
5. SAÚDE INTEGRAL, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

A atenção integral à saúde da mulher e a promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos são aspectos cruciais no cumprimento dos direitos humanos das mulheres brasileiras. Em que pesem as recentes ampliações dos serviços e políticas públicas de saúde, ainda se podem observar disparidades regionais e de cor ou raça no acesso aos serviços desta área. A análise dos indicadores de atenção à saúde das mulheres é, portanto, fundamental para se entender mais amplamente os desafios ainda postos ao pleno cumprimento dos direitos das mulheres.

As taxas de mortalidade materna e as possibilidades de sua redução estão diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde – SUS recomenda que as gestantes tenham pelo menos sete consultas de atendimento pré-natal. Em 2012, 62,4% das gestantes realizaram sete ou mais consultas pré-natal; 27,3% tiveram de 4 a 6 consultas; 7,3% tiveram de uma a três consultas; e, 3% não tiveram nenhuma consulta pré-natal. Embora esses dados apontem para uma cobertura relativamente ampla do acesso ao pré-natal, há que se ressaltar as disparidades regionais. As mulheres das Regiões Norte e Nordeste tiveram menos acesso ao atendimento pré-natal como recomendado pelo SUS: apenas 41% das gestantes da Região Norte e 50,2% das gestantes do Nordeste realizaram sete ou mais consultas.

Além das disparidades regionais, há ainda desigualdades relacionadas à cor ou raça no que tange ao acesso ao atendimento pré-natal. O gráfico 5.1 indica que as gestantes brancas tinham mais acesso ao atendimento pré-natal, sendo que quase 75% delas tiveram sete ou mais consultas. Entre as gestantes pretas e pardas, apenas 56,4% e 54,8%, respectivamente, tiveram acesso a pelo menos sete consultas. Entre as indígenas, essa proporção era ainda menor: apenas 24,3% delas tiveram acesso ao atendimento recomendado.

Gráfico 5.1 – Proporção de nascidas/os vivos/os cujas mães tiveram sete ou mais consultas durante o pré-natal, por cor ou raça da mãe – Brasil – 2012



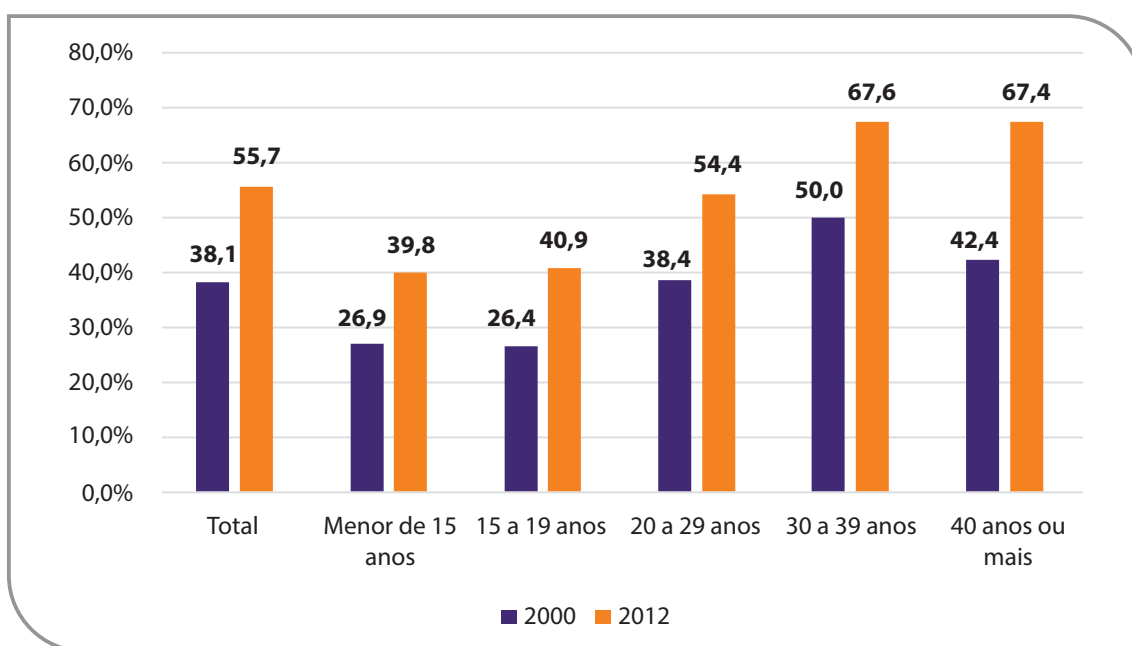
Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de consultas (1,2%) e de cor ou raça da mãe não declarada (7,3%). Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.4 do Anexo Estatístico.

Outro aspecto importante ao se considerar a saúde da mulher durante a gravidez é o tipo de parto realizado. O Brasil é notoriamente conhecido pelo alto percentual de partos por cesariana. Com efeito, como apresentado no gráfico 5.2, entre 2000 e 2012, esse tipo de parto aumentou significativamente entre todas as faixas etárias e representou, em 2012, quase 56% dos partos realizados no Brasil. Cabe ressaltar que a Organização Mundial de Saúde – OMS recomenda que a cirurgia cesariana seja praticada apenas quando haja efetivo risco de morte para mãe ou para a criança, pois, sendo uma intervenção bastante intrusiva, também apresenta sérios riscos às mulheres e a suas/seus filhas/os. A OMS preconiza que essa prática não ultrapasse os 15% dos partos realizados.

Gráfico 5.2 – Proporção de nascidas/os vivos/os por parto cesáreo, segundo os grupos de idade materna – Brasil – 2000 e 2012



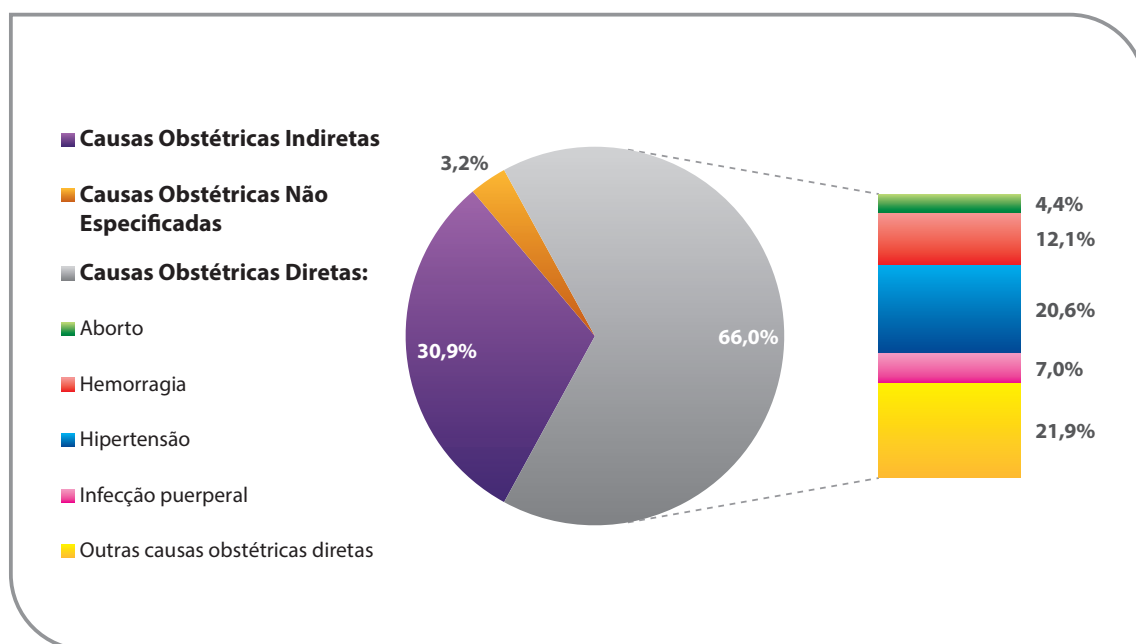
Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2000 e 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e idade materna (0,3%). Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.7 do Anexo Estatístico.

A melhoria da saúde materna é o objeto do quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM e a meta estabelecida para a verificação de seu cumprimento, no Brasil, é a redução da razão de mortalidade materna para 35 óbitos por 100.000 nascidas/os vivos/os até 2015. Este indicador sofreu uma redução acelerada entre 1990 e 2011, quando caiu de 141 para 63,9 mortes por 100.000 nascidas/os vivos/os. Ainda há, entretanto, margem para a redução da razão de mortalidade materna, uma vez que as causas obstétricas diretas, relacionadas à gravidez e em grande medida evitáveis, são as mais frequentes: foram 42,4 mortes por 100.000 nascidas/os vivos/os em 2011. Em 2012, as causas obstétricas diretas foram responsáveis por 66% da mortalidade materna no Brasil e 20,6% das mortes de gestantes ou de mulheres no puerpério foram causadas pela hipertensão, como apresentado no gráfico 5.3.

Gráfico 5.3 – Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica e por tipo de causa obstétrica direta – Brasil – 2012



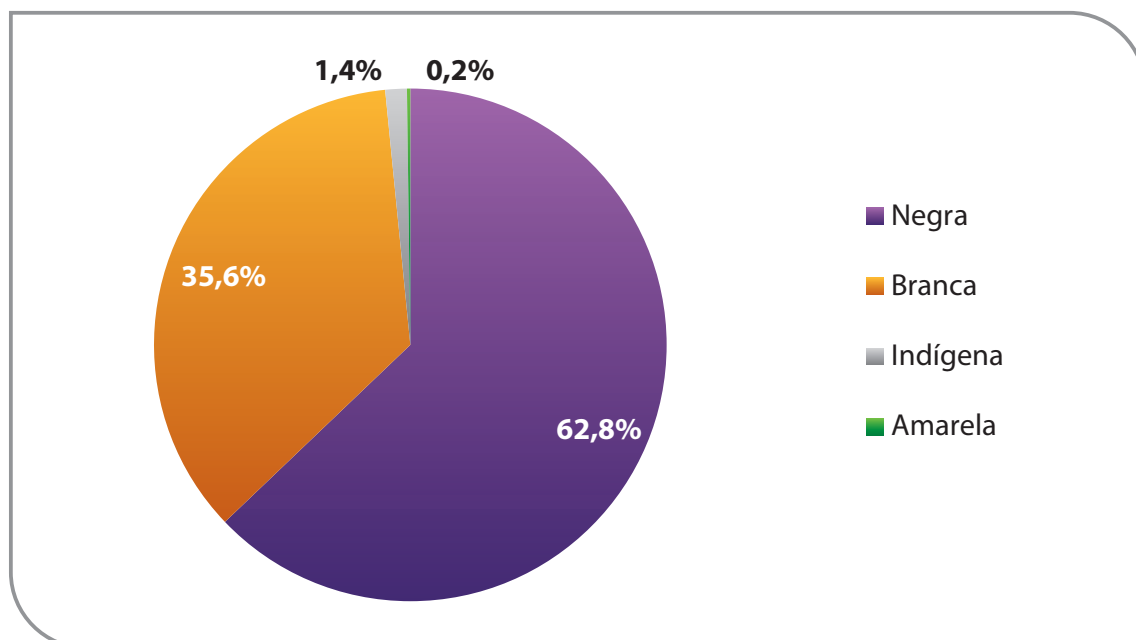
Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.11 do Anexo Estatístico.

No que diz respeito às desigualdades relativas à mortalidade materna, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentavam percentuais por causas diretas acima da média nacional, 72,1%, 70,3% e 67,2%, respectivamente. Outra desigualdade considerável referia-se à cor ou raça das gestantes ou parturientes falecidas, como observado no gráfico 5.4. Nesse tocante, pode-se constatar que, no Brasil, os óbitos de mulheres negras correspondiam a mais de 60% das mulheres mortas durante a gravidez e o puerpério, sendo que as mulheres negras representavam quase 52% da população feminina brasileira. Os óbitos de mulheres brancas decorrentes de causas obstétricas eram da ordem de 34%, ao passo que elas correspondiam a 47,5% da população feminina brasileira. As mulheres indígenas, por sua vez, eram cerca de 0,40% do total da população feminina brasileira em 2010 e 1,3% das mortes maternas era de gestantes indígenas.

Gráfico 5.4 – Distribuição percentual da mortalidade materna por cor ou raça – Brasil – 2012



Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

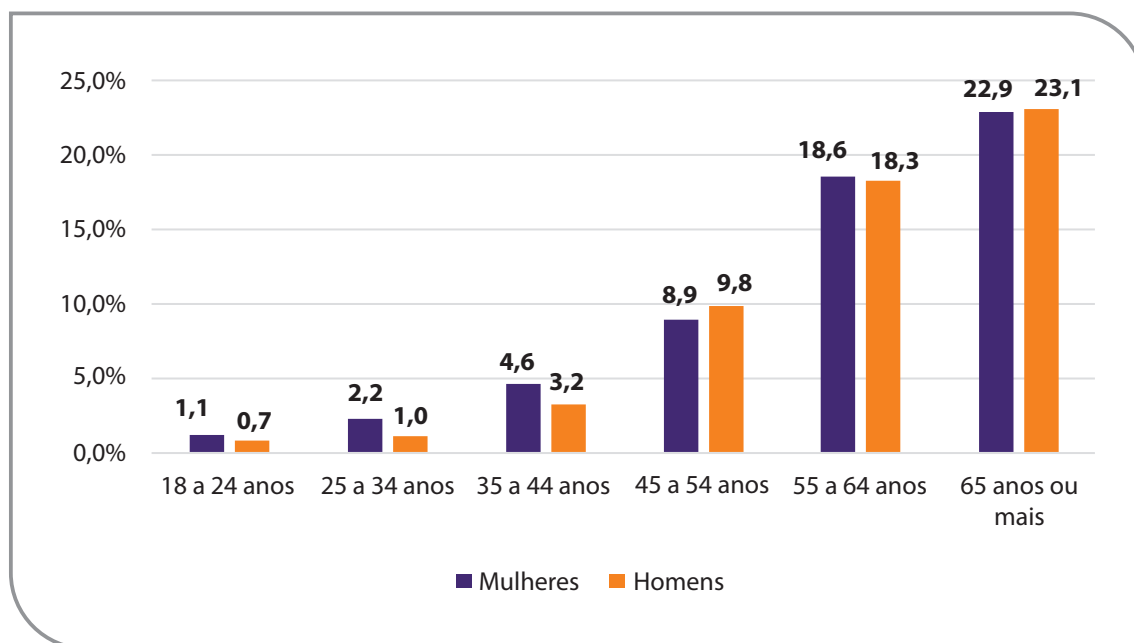
Nota: Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.14 do Anexo Estatístico.

No campo das doenças e agravos, cabe enfatizar aqui a alta prevalência, entre as mulheres brasileiras, de diabetes melito e de hipertensão arterial, ambas doenças crônicas não transmissíveis e bastante relacionadas à falta de hábitos saudáveis. Assim, 12% das mulheres brasileiras tinham diabetes melito e quase 27% delas sofriam de hipertensão arterial em 2012. Há que se considerar, ademais, que a prevalência destas doenças aumenta consideravelmente entre mulheres com 45 anos de idade ou mais, como observado nos gráficos 5.5 e 5.6.

Determinados hábitos aumentam as possibilidades de desenvolvimento de diabetes e de hipertensão, tais como o consumo excessivo de sal, açúcar, álcool e tabaco, além da falta de atividade física. Nesse sentido, também vale mencionar os indicadores relacionados a práticas que podem contribuir para o desenvolvimento ou o agravamento destas doenças. No que tange à prevalência de consumo abusivo de álcool, tem-se que 10,3% das mulheres eram afetadas por este problema, ao passo que entre os homens o percentual era de quase 28%. No entanto, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, do IBGE, revelam que as meninas frequentando o 9º ano do ensino fundamental consumiam mais álcool que seus colegas do sexo masculino. Outro dado que merece atenção é o fato de que as mulheres conformavam a maioria da população obesa do Brasil, independentemente da faixa etária, e que as mulheres com 55 anos de idade ou mais eram a maioria entre a população em excesso de peso.

Gráfico 5.5 – Prevalência de diabetes melito em pessoas com 18 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade – 2012

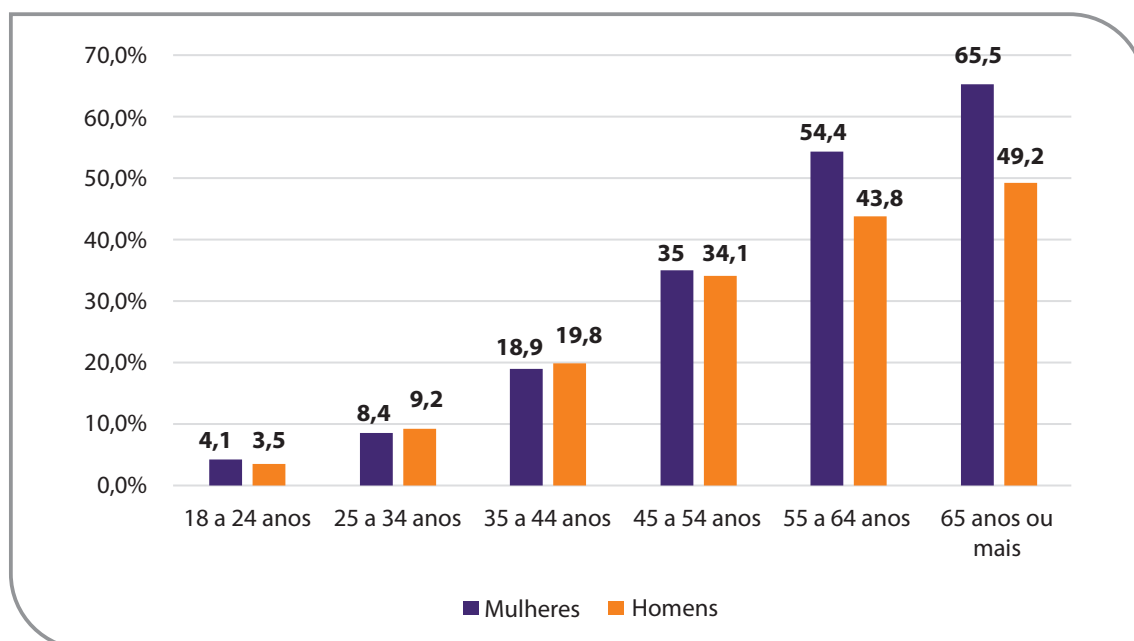


Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2012.

Nota: As proporções são calculadas desconsiderando os casos sem declaração e os não aplicáveis. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para cada grupo de idade.

Observação: Ver tabela 5.23 do Anexo Estatístico.

Gráfico 5.6 – Prevalência de hipertensão arterial em pessoas com 18 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade – 2012



Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2012.

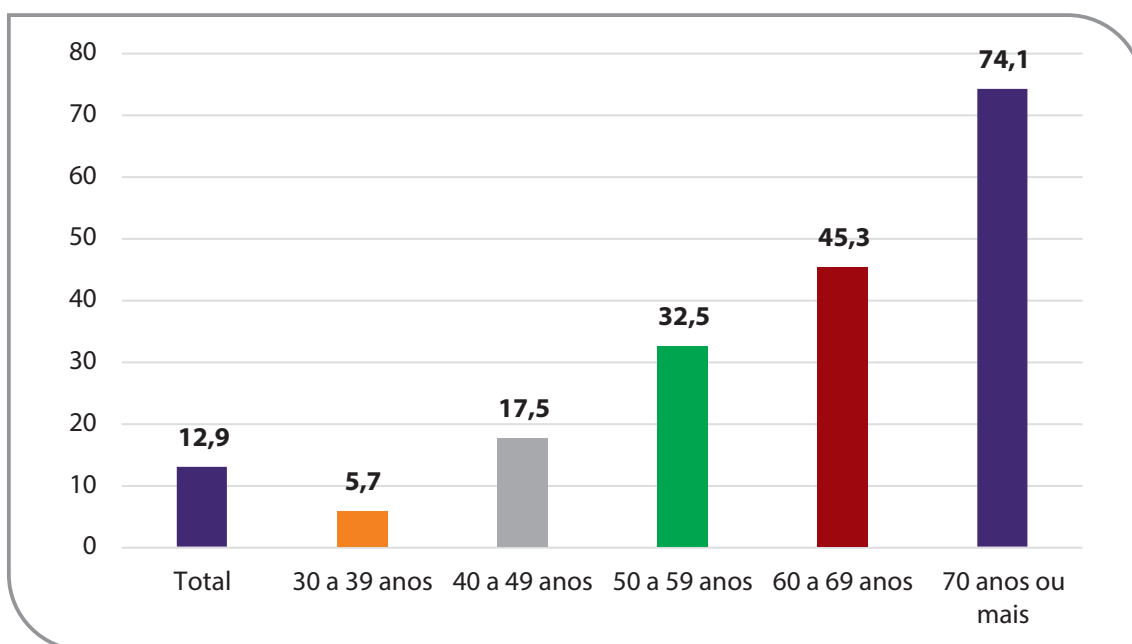
Nota: As proporções são calculadas desconsiderando os casos sem declaração e os não aplicáveis. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para cada grupo de idade.

Observação: Ver tabela 5.23 do Anexo Estatístico.

A incidência de neoplasias malignas é outro problema de saúde pública que merece atenção. Em 2012, as neoplasias malignas de pele, com exceção de melanoma maligno, eram aquelas com maior taxa de incidência anual entre as mulheres – 71,3 casos por 100.000 mulheres. Cânceres de mama e de colo do útero eram, respectivamente, o segundo e o terceiro tipos mais frequentes de neoplasias. O Brasil teve, no biênio 2012 e 2013, 52,5 mulheres diagnosticadas com câncer de mama para cada 100.000 mulheres. No que tange à incidência de câncer de colo do útero, para cada 100.000 mulheres, foram identificadas 17,5 ocorrências deste tipo de neoplasia.

No que se refere às taxas de mortalidade por câncer de mama e de colo do útero, observa-se que, para cada 100.000 mulheres, 12,9 faleceram em consequência do primeiro tipo de neoplasia e 5 em razão do segundo. As taxas de mortalidade de ambos cânceres aumentam consideravelmente a partir da faixa etária de 30 a 39 anos, como indicado nos gráficos 5.7 e 5.8. Além disso, observa-se que as taxas de mortalidade de câncer de mama e de colo do útero desagregadas por cor ou raça indicam que as mulheres brancas e pretas eram as que mais morreram do primeiro tipo de neoplasia e as mulheres pardas, indígenas e pretas, do segundo tipo.

Gráfico 5.7 – Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama de mulheres de 30 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade (por 100.000 mulheres) – Brasil – 2012

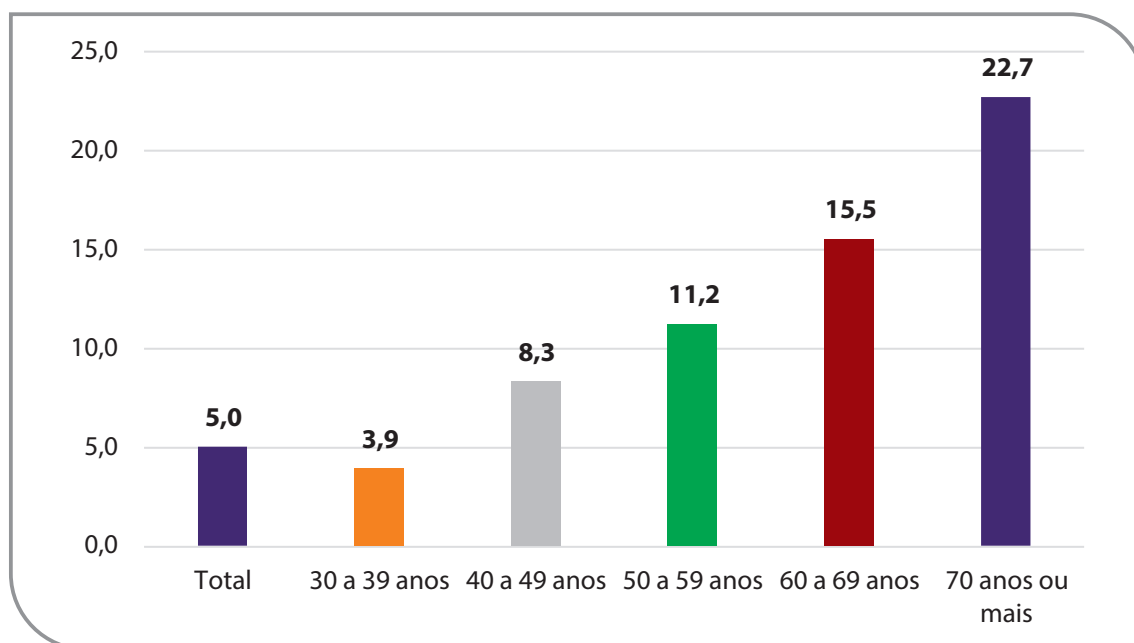


Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE. Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.29 do Anexo Estatístico.

Gráfico 5.8 – Taxa padronizada de mortalidade de câncer de colo do útero de mulheres de 30 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade (por 100.000 mulheres) – Brasil – 2012



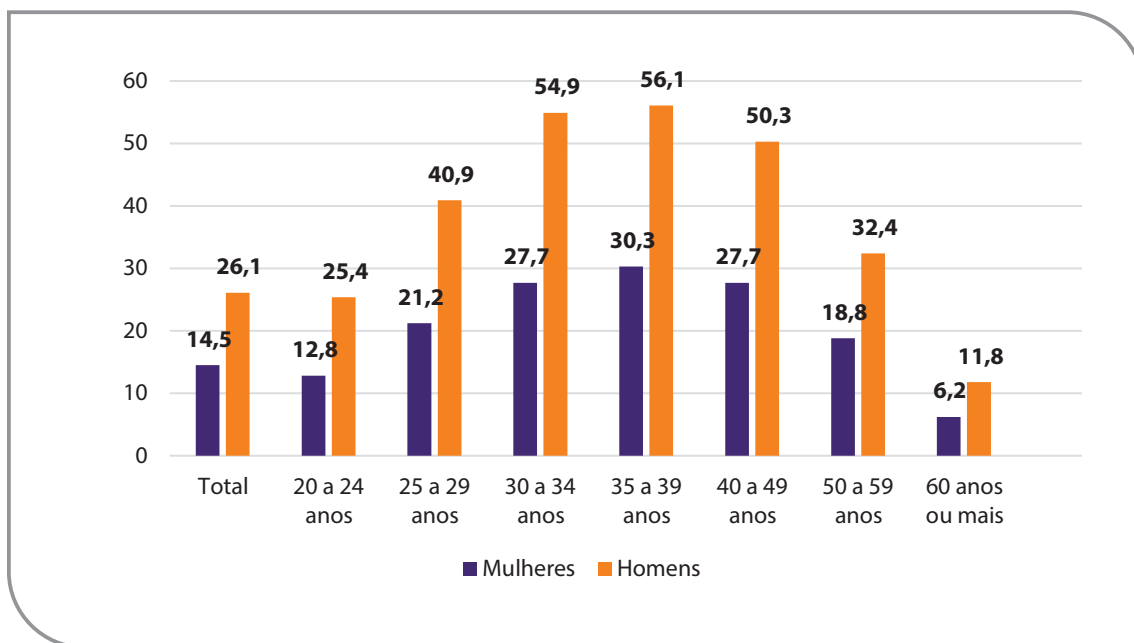
Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE. Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.29 do Anexo Estatístico.

Em 2012, o Brasil contabilizou 39.166 novos casos de HIV/AIDS, sendo que quase 37% desses casos foram diagnosticados em mulheres. Cabe ressaltar que o percentual de mulheres diagnosticadas com HIV/AIDS aumentou a partir da faixa etária de 35 a 39 anos. Já a taxa de incidência de HIV/AIDS era de 14,5 casos para cada 100.000 mulheres, sendo que todas as faixas etárias entre 25 e 59 anos apresentaram taxas acima da média nacional, conforme detalhado no gráfico 5.9. No Brasil, a cada 100.000 mulheres, 4,1 morreram em decorrência da AIDS, sendo que as Regiões Sul, Sudeste e Norte – com 6,1 mortes, 4,4 e 4,3, respectivamente – apresentaram taxas de mortalidade mais altas que a média nacional. As taxas de mortalidade de AIDS apontam que as mulheres entre 40 e 49 anos eram as que mais morreram em decorrência de complicações da AIDS: 10 mulheres para cada 100.000.

Gráfico 5.9 – Taxa de incidência de AIDS de pessoas de 20 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – Brasil – 2012

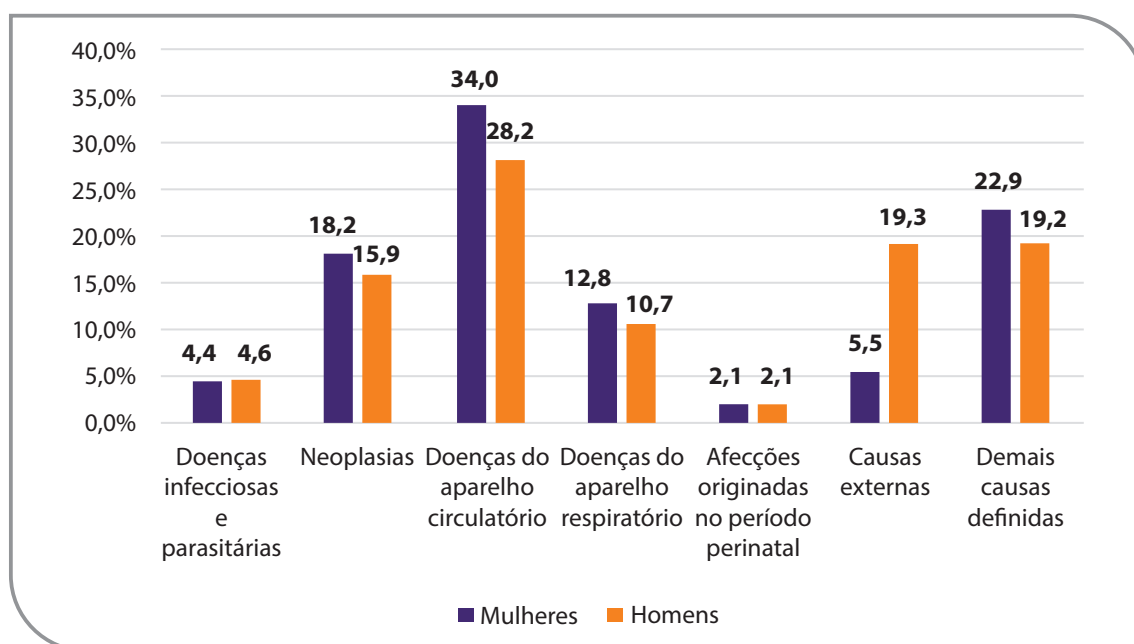


Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Observação: Ver tabela 5.34 do Anexo Estatístico.

No que tange às principais causas de mortalidade entre as mulheres brasileiras, em 2011, 34% dos óbitos entre a população feminina foi em decorrência de doenças do aparelho circulatório; as neoplasias foram responsáveis por mais de 18% dos óbitos; e, as doenças do aparelho respiratório causaram quase 13% das mortes entre as mulheres, como observado no gráfico 5.10. Comparativamente, estas três causas afetam mais a população feminina que a população masculina. Já em relação às taxas de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis, nota-se que, em 2012, as quatro causas mais frequentes eram as doenças cerebrovasculares, doenças isquêmicas do coração, diabetes melito e doenças hipertensivas, conforme mostra o gráfico 5.11. Entre 2000 e 2012, houve uma redução, entre a população feminina, das taxas de mortalidade das doenças cerebrovasculares e das isquêmicas do coração, ao passo que as taxas de mortalidade de diabetes melito e das doenças hipertensivas aumentaram no mesmo período. Por fim, cabe destacar que, em 2012, as taxas de mortalidade das doenças crônicas não transmissíveis entre as mulheres pretas eram as mais altas para todos os tipos de doença, exceto para câncer de mama e para as neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões.

Gráfico 5.10 – Distribuição da mortalidade, por sexo, segundo o grupo de causas – Brasil – 2011

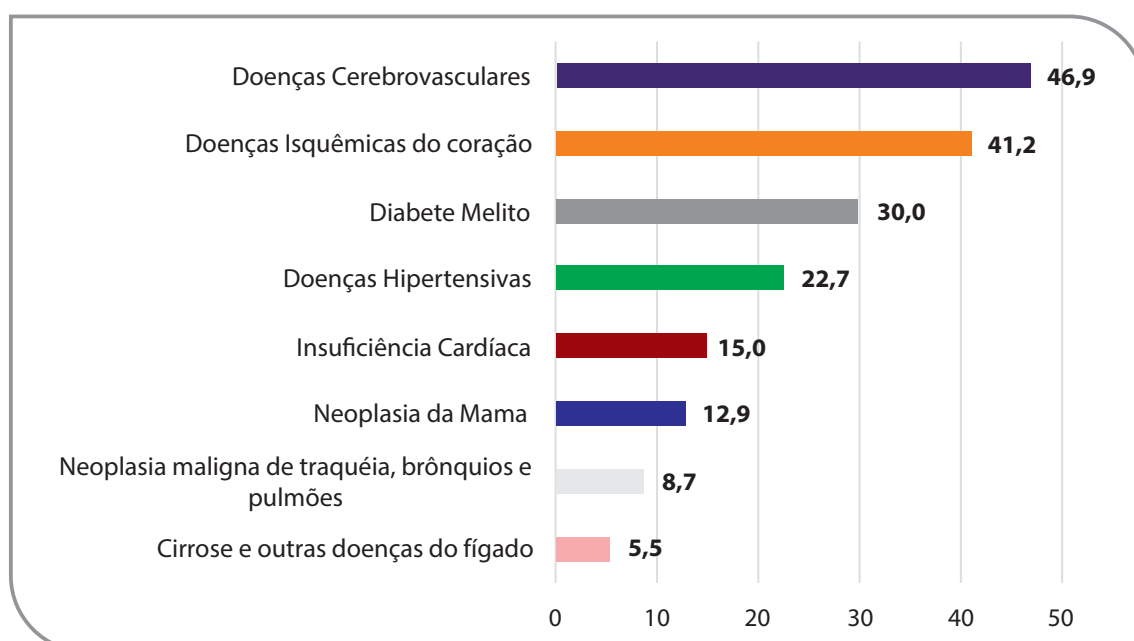


Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2011.

Nota: A mortalidade proporcional (percentual de óbitos informados ao SIM) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas; com isto, considera-se que os óbitos com causa mal definida estão distribuídos linearmente pelos demais grupos de causas. Estão suprimidos os óbitos sem definição de sexo.

Observação: Ver tabela 5.38 do Anexo Estatístico.

Gráfico 5.11 – Taxa padronizada de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) – Brasil – 2012



Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Observação: Ver tabela 5.41 do Anexo Estatístico.

6. ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A gravidade e a amplitude da violência contra as mulheres causam um forte impacto no cumprimento dos direitos humanos das mulheres no Brasil. Nesse sentido, embora não haja uma pesquisa nacional sobre violência e vitimização, os dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde, são fontes relevantes sobre o fenômeno da violência contra as mulheres. A partir dos dados consolidados por estas fontes, pode-se indagar sobre quais são os tipos mais frequentes dessas violências; como e onde acontecem; por quem são cometidas; e, quem são as vítimas?

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, é um serviço de utilidade pública que orienta as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, informa a respeito dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres disponíveis para atendê-las e recebe denúncias de casos de violência contra as mulheres⁶. A partir das ligações feitas à Central, constitui-se uma base de dados, preenchida pelas atendentes, com o perfil das mulheres atendidas e os tipos de atendimento. Os dados consolidados sobre os atendimentos efetuados dizem respeito aos pedidos de informações, registros de reclamações, sugestões e elogios, encaminhamentos para os serviços da rede e registros de relatos de violência. Os relatos de violência, por sua vez, são um subgrupo dos atendimentos da Central Ligue 180. Seguindo um protocolo de registro, os relatos de violência apresentam informações relativas às situações de violência contra a mulher mencionadas pela pessoa solicitante, seja ela a própria vítima de violência ou não. Em 2013, a Central registrou 497.339 atendimentos, dos quais 65.503 referiam-se especificamente a relatos de violência.

A violência física resultou ser o tipo de violência mais frequente entre os relatos de violência registrados pela Central de Atendimento à Mulher, correspondendo a mais de 54% dos relatos computados em 2013, como indica o gráfico 6.1. Os índices de violência física são seguidos por aqueles referentes à violência psicológica, representando 30% dos relatos registrados, e à violência moral, equivalente a 10,4% dos relatos.

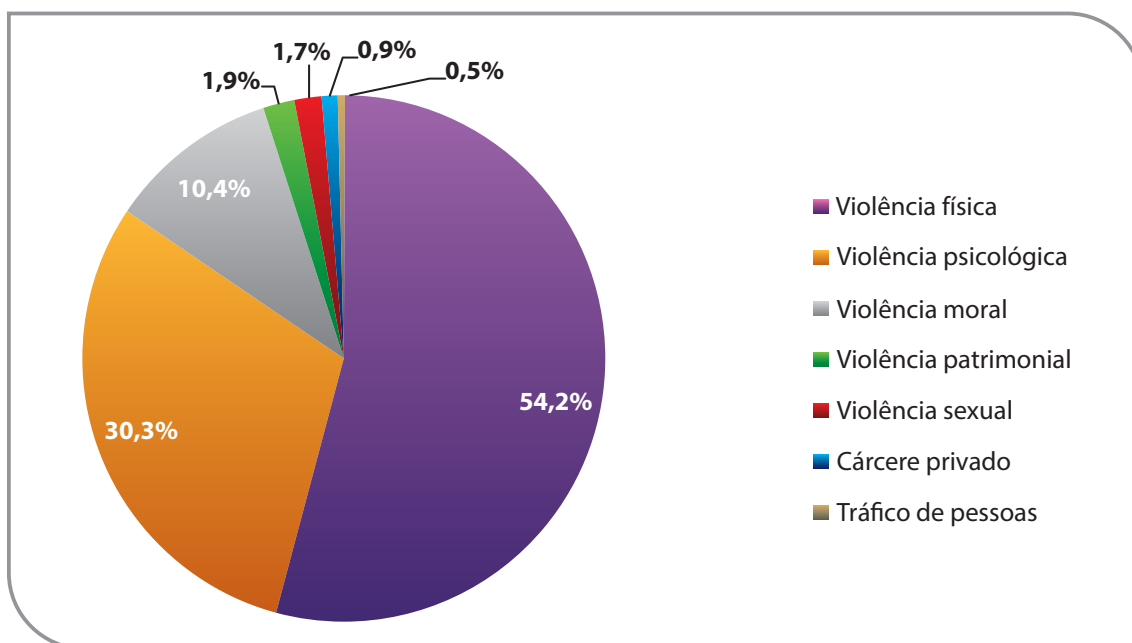
Os dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 revelam, no gráfico 6.2, que os agressores eram os companheiros e ex-companheiros das vítimas em mais de 69% dos relatos de violência. Embora haja o registro de violências cometidas no âmbito de relações homoafetivas, a quase totalidade dessas agressões (99,5%) foram cometidas em um contexto de relacionamento heterossexual.

⁶ Desde março de 2014, o telesserviço da Central de Atendimento à Mulher passou a registrar e encaminhar denúncias, funcionando desde então como um disque-denúncia. Os dados aqui apresentados referem-se ao ano de 2013, quando o registro e o encaminhamento de denúncias ainda não estava operando.

As mulheres que buscaram o Ligue 180 em 2013 eram em sua maioria negras, representando quase 60% desse universo. No que diz respeito à idade, mais de 46% das mulheres em situação de violência, cujo atendimento foi realizado pelo Ligue 180, tinham entre 25 e 39 anos de idade. Vale destacar, igualmente, que mais de 82% dos relatos referiam-se a mulheres com filhas/os.

Considerando as/os filhas/os das mulheres em situação de violência, tem-se que quase 19% delas/es também eram vítimas de violência e mais de 64% presenciavam a violência sofrida por suas mães, sem sofrê-la diretamente, conforme mostrado no gráfico 6.3. Outro indicador para se mensurar índices de violência e para se analisar a lógica de uma cultura violenta é apresentado na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE de 2012. Tem-se que 11,5% das escolares do 9º ano do ensino fundamental sofreram algum tipo de agressão por um/a adulto/a da família nos 30 dias anteriores à pesquisa. Nota-se, assim, que o fenômeno da violência de gênero se inicia bastante cedo no ciclo de vida das meninas brasileiras.

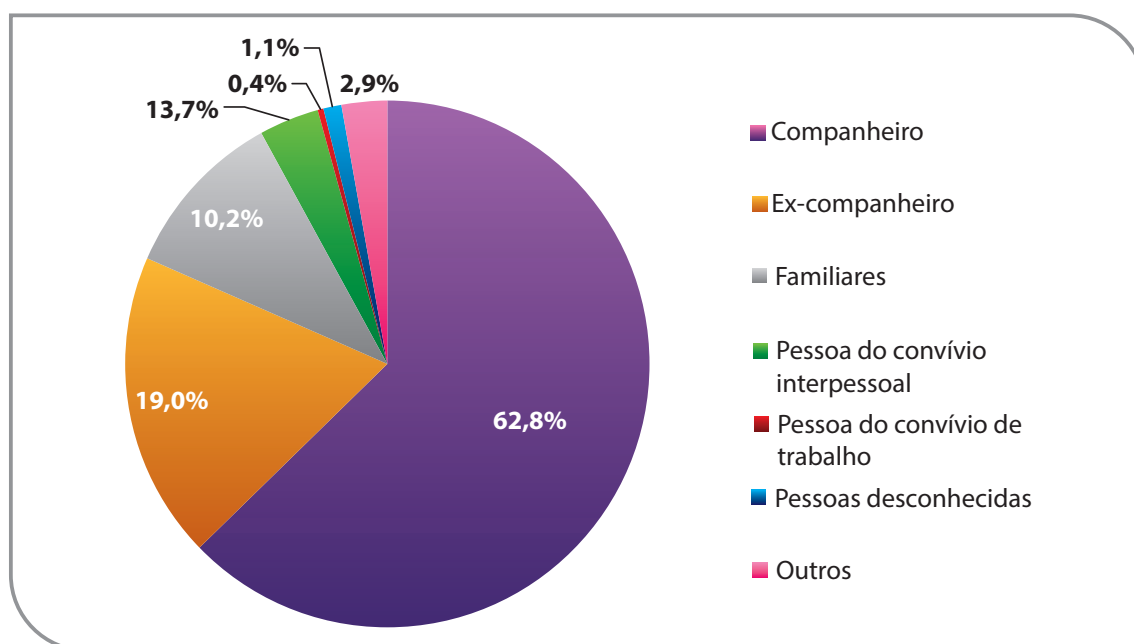
Gráfico 6.1 – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Observação: Ver tabela 6.1 do Anexo Estatístico.

Gráfico 6.2 – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a relação do agressor com a vítima – 2013

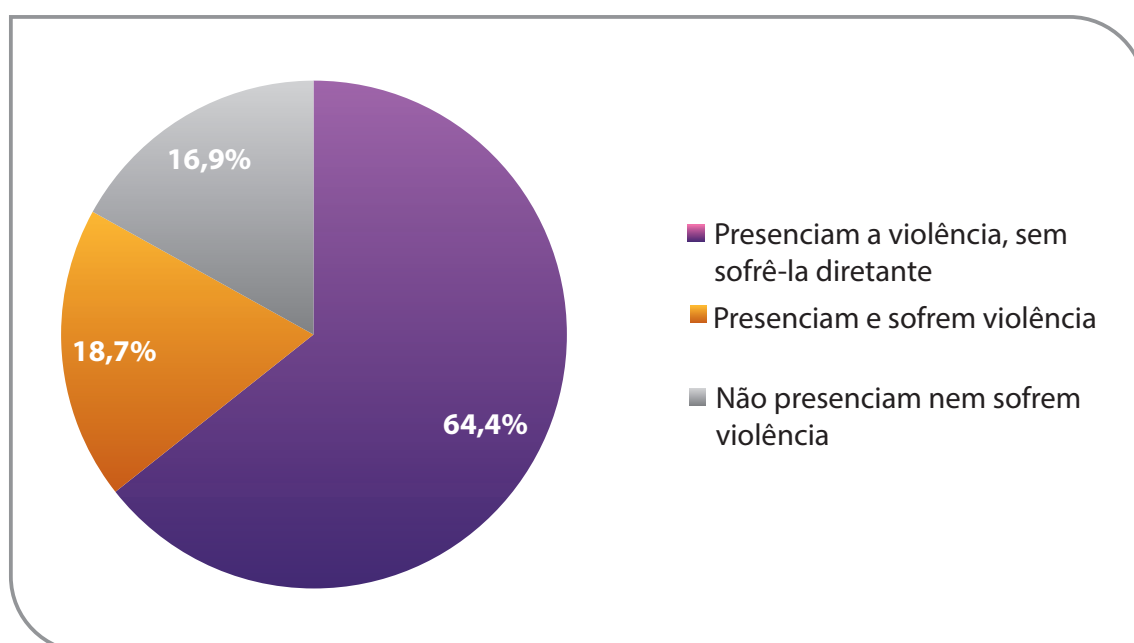


Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: Na categoria “companheira/o” estão agregadas as demais categorias de relacionamento afetivo, como cônjuge, namorado/a e amante. Da mesma forma, na categoria “ex-companheira/o” foram agregados ex-cônjuges, ex-namoradas/os e ex-amantes. Na categoria “familiares” estão incluídas/os filho/a, enteado/a, irmão/o, parentes, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrastra e sogra/o. “Pessoas de convívio interpessoal” referem-se a amiga/o, vizinha/o e conhecida/o. Já a categoria “pessoas de convívio de trabalho” inclui chefe/a e colega de trabalho.

Observação: Ver tabela 6.7 do Anexo Estatístico.

Gráfico 6.3 – Distribuição percentual de filhas/os de mulheres em situação de violência que presenciaram ou sofrem violência – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: O fato de filhas/os de mulheres em situação de violência que sofrem ou presenciam violência é informado às atendedoras da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Observação: Ver tabela 6.12 do Anexo Estatístico.

A outra fonte utilizada no RASEAM 2014 para apresentar indicadores relativos à violência contra as mulheres é o Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde. Com o objetivo de registrar e processar dados sobre agravos cuja notificação por parte dos serviços de saúde é compulsória, o SINAN fornece informações relevantes para a análise do perfil da morbidade. Os dados são coletados de forma contínua a partir da Ficha Individual de Notificação, preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando da ocorrência de problemas de saúde de notificação compulsória, dentre os quais estão incluídas a violência doméstica, violência sexual e outros tipos de violência.

Em 2012, foram notificados 161.274 casos de violência doméstica, violência sexual e outros tipos de violência atentados contra mulheres e homens. As mulheres eram as vítimas em quase 66% dos registros computados pelo SINAN. Na Região Norte, do total de registros, mais de 73% das vítimas eram mulheres. Quanto aos tipos de violência registrados, observa-se que as mulheres eram as vítimas em mais de 90% dos casos notificados de violência sexual, financeira, psicológica e moral e, também, nos casos de tortura. Com relação aos registros de violência física, as mulheres correspondiam a mais de 79% das vítimas.

Segundo os dados do SINAN, em 2012, os agressores eram do sexo masculino em 82% dos casos em que as vítimas eram mulheres. Quando houve a suspeita de que o agressor estava alcoolizado, quase 83% das vítimas eram do sexo feminino. Outro ponto alarmante é o fato de que mais de 64% das violências registradas contra mulheres adultas foram cometidas em suas residências. Além disso, mais de 40% dos registros de violência contra as mulheres adultas, entre 20 e 59 anos de idade, reportavam casos de violência de repetição, ou seja as agressões eram vividas de forma recorrente.

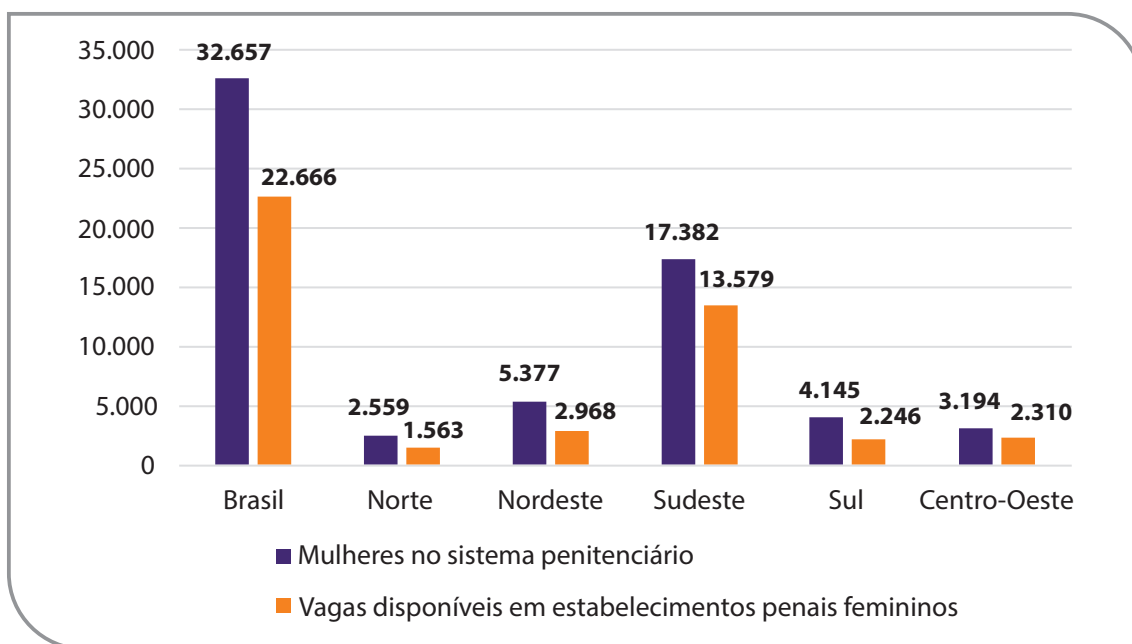
No que tange à cor ou raça, as mulheres brancas correspondiam a quase 45% do total das vítimas cuja notificação de violência foi registrada pelo SINAN em 2012 e as mulheres negras eram mais de 38% desse total. As mulheres com deficiência mental, dentro do universo de mulheres com algum tipo de deficiência, foram as que mais tiveram registros notificados no SINAN, representando mais de 44%.

O ciclo da violência doméstica contra as mulheres é, em geral, um continuum que pode evoluir em um crescendo, culminando com a morte das mulheres agredidas. Os dados relativos a mortes violentas entre a população feminina podem estar, desta forma, relacionados a práticas violentas, sexistas e misóginas no âmbito doméstico e familiar. A relação de causa e efeito entre violência doméstica e estatísticas de mortes violentas entre mulheres mereceria, assim, uma análise científica aprofundada, a fim inclusive de se poder incidir nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012, a taxa de homicídio para a população feminina era de 4,6 mortes para cada 100.000 mulheres; sendo que, entre as mulheres de 20 a 24 anos de idade, a taxa observada era de 8,1.

Cabe enfatizar, ademais, a pressão sofrida sobre a vida das mulheres indígenas. É digno de nota o fato de que a taxa de homicídio para essa população era, em 2012, de 7,3 mortes para cada 100.000 mulheres. Além de proporcionalmente falecerem mais em decorrência de homicídios, a taxa de suicídio observada entre as mulheres indígenas também era surpreendentemente alta, a saber 5,8 mortes para cada 100.000 mulheres, ou seja quase 260% mais alta que a média nacional para a população feminina (2,2 mortes para cada 100.000 mulheres).

No que tange às mulheres em situação de privação de liberdade, o ano de 2014 foi um marco na garantia de seus direitos: a Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça e da SPM/PR, institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME. Com efeito, em 2013, havia no Brasil uma defasagem de quase 10.000 vagas femininas no sistema prisional, sendo que, nas regiões Sul e Nordeste, cada vaga era ocupada por 1,8 mulher, como mostra o gráfico 6.5. Além da superlotação, os estabelecimentos prisionais careciam amiúde de seções e serviços específicos necessários ao atendimento integral das mulheres em situação de privação de liberdade. Cabe destacar que 44% das mulheres estavam encarceradas sob o regime fechado e quase 34%, em regime provisório, ainda aguardando decisão judicial, ao passo que 41,5% dos homens em situação de prisão estavam em regime fechado e 40,5%, sob o regime provisório. Além disso, mais de 60% das mulheres em situação de prisão foram condenadas ou aguardavam julgamento por crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes e 25% delas, tentaram ou cometeram crimes contra o patrimônio.

Gráfico 6.4 – População carcerária feminina e vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro – Grandes Regiões – junho de 2013



Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Observação: Ver tabela 6.36 do Anexo Estatístico.

7. MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

A presença de mulheres nos espaços de poder e decisão é um indicador relevante da igualdade de condições e de oportunidades vivenciadas por elas na sociedade brasileira. Nesse tocante, embora tenham uma relativa vantagem no que se refere ao nível de escolaridade em relação aos homens, há ainda uma importante desigualdade de gênero na ocupação dos espaços de poder e decisão. A brecha da desigualdade entre homens e mulheres vem se reduzindo paulatinamente, mas o caminho a ser percorrido para se alcançar a plena e efetiva igualdade de gênero nos espaços de poder ainda é longo.

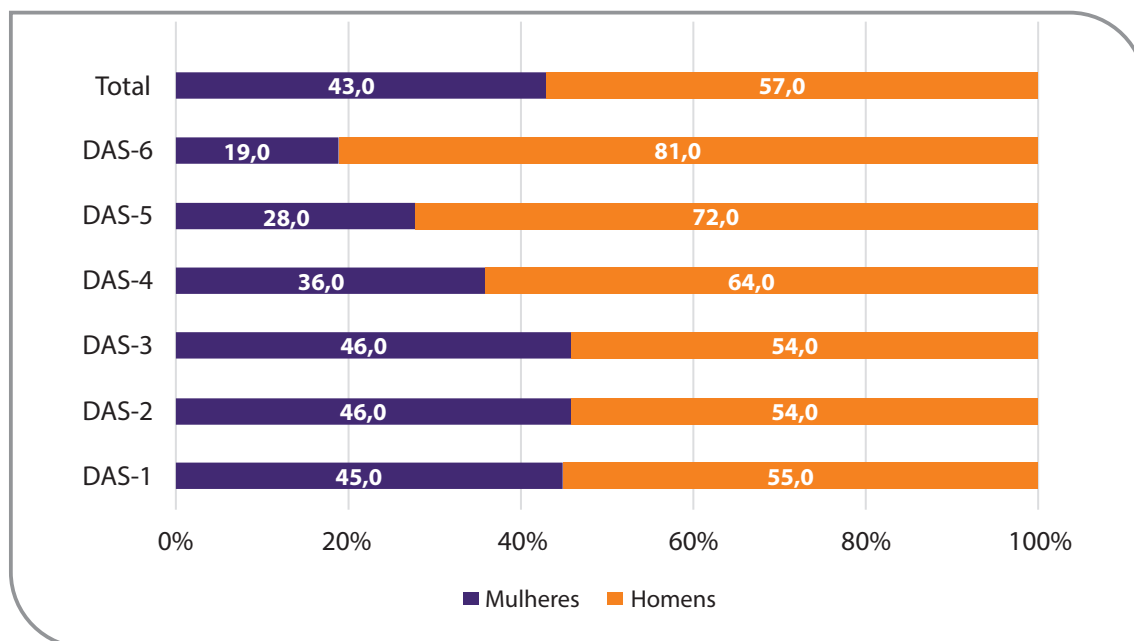
O ano de 2014 apresenta ao país novas/os representantes políticas/os. A minirreforma eleitoral, resultante da aprovação da Lei nº 12.034/2010, obrigou os partidos políticos a preencherem efetivamente um mínimo de 30% das vagas com candidaturas de mulheres (e não apenas reservar as vagas para as candidatas mulheres), definiu que o Fundo Partidário destine um mínimo de 5% de suas receitas para programas relacionados à participação política das mulheres e instituiu um tempo mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a participação das mulheres na política.

Os dados estatísticos a respeito do número de eleitoras/es, divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE em julho de 2014, revelou o aumento de mais de seis milhões de pessoas aptas/os a votar nas eleições de outubro de 2014. Em 2010, o eleitorado nacional era de 135,8 milhões de pessoas. Para o processo eleitoral de 2014, o número saltou para 142,4 milhões – um aumento de quase 5%. O eleitorado brasileiro foi composto por 52,1% de mulheres e 47,9% de homens.

No cenário das lideranças de ministérios do Governo Federal, as estatísticas pouco se alteraram. Apesar do aumento do número de mulheres à frente de ministérios após a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República em 2010, recentes reformas ministeriais, ocasionadas também em razão de candidaturas para as eleições de outubro, refletiram na diminuição da representação feminina na condução dessas instituições. Em maio de 2013, a proporção de mulheres como ministras era de 25,6% – em termos absolutos, 10 ministras. Um ano depois, sete ainda ocupavam seus postos, correspondendo a quase 18% do primeiro escalão do Governo Federal.

Da mesma maneira, os dados apresentaram pouca variação no que se refere ao quadro de cargos de Direção e Assessoramento Superiores – DAS. Desde 2010, ano em que se iniciou a gestão do atual governo, a ocupação feminina desses cargos se manteve em 43% do total. O acesso aos mais altos níveis de gestão dos órgãos governamentais permaneceu um desafio às mulheres, onde elas apresentaram os menores percentuais de ocupação, como mostra o gráfico 7.1. Nota-se no gráfico 7.2 que, entre as/os servidoras/es com vínculo, as mulheres tinham acesso ainda menor às funções de DAS. Elas representavam aproximadamente 39%, enquanto os homens, 61,2%.

Gráfico 7.1 – Distribuição percentual por sexo de ocupantes de DAS, segundo o nível da função – fevereiro de 2014



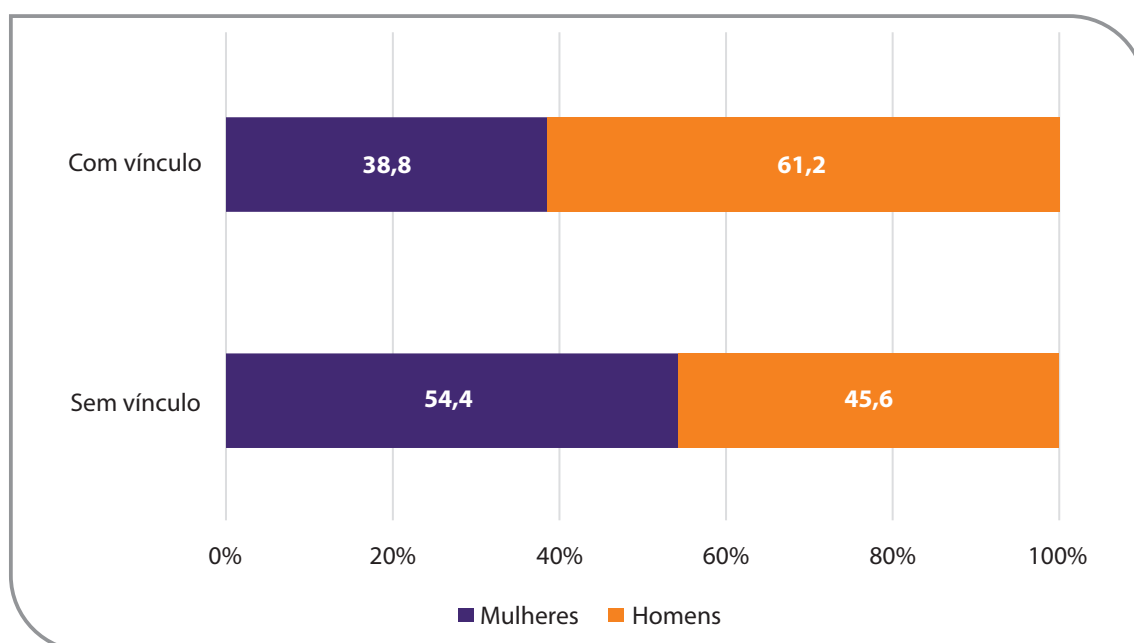
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / MP, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.

Nota: Dados extraídos do SIAPE, em 03 de fevereiro de 2014.

(1) Inclui as/os servidoras/es civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público.

Observação: Ver tabela 7.4 do Anexo Estatístico.

Gráfico 7.2 – Distribuição percentual por sexo de ocupantes de DAS segundo a situação de vínculo – fevereiro de 2014



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / MP, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.

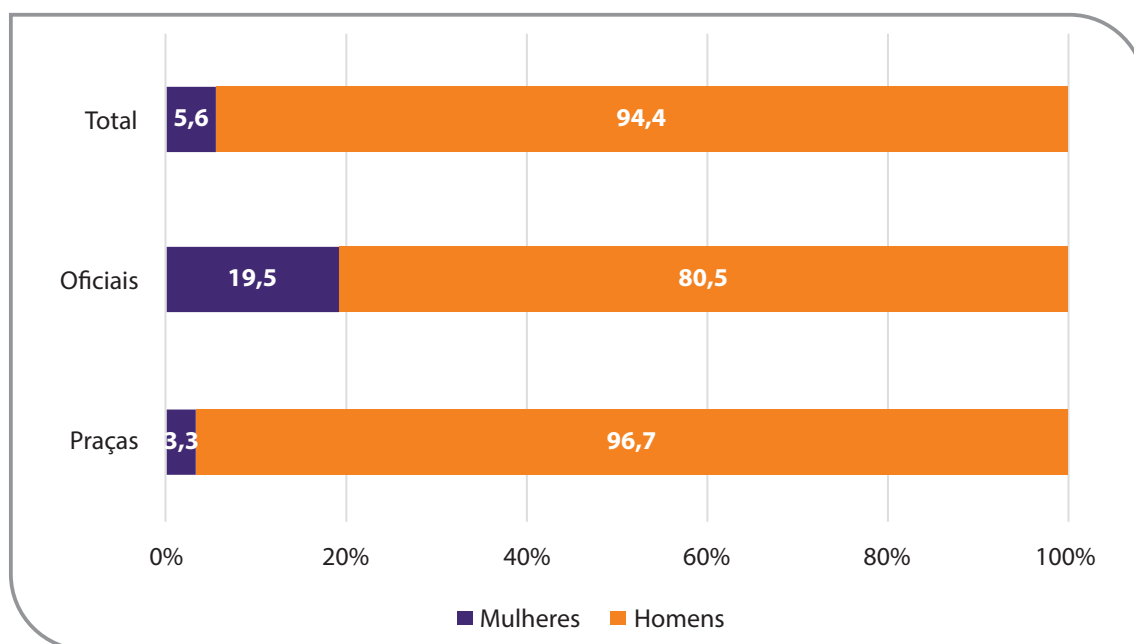
Nota: Estão incluídas/os as/os servidoras/es com vínculo e sem cargos, no quantitativo de ocupantes por situação de vínculo, a partir de janeiro de 2013. Foram consideradas/os as/os servidoras/es de carreira como previsto no art. 2º do Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005. Dados extraídos do SIAPE, em 03 de fevereiro 2014.

(1) Inclui as/os servidoras/es civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público.

Observação: Ver tabela 7.5 do Anexo Estatístico.

Nas Forças Armadas, a proporção de mulheres era maior entre o Oficialato que entre Praças, como se vê no gráfico 7.3. Em 2013, as mulheres representavam 19,5% do quadro de Oficiais, enquanto apenas 3,3% eram Praças. A Aeronáutica era a Força que possuía o maior número de militares do sexo feminino em seus quadros, com 32,5%, seguida da Marinha, com 29,8%. O Exército, a Força com o maior efetivo de militares, possuía o menor contingente feminino – 1,9%, seja entre Oficiais ou Praças. Há, no entanto, a perspectiva de se ampliar a participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras, em razão da sanção da Lei nº 12.705/2012, que permite o ingresso de militares do sexo feminino em áreas antes restritas aos homens.

Gráfico 7.3 – Distribuição percentual por sexo de servidoras/es militares ativas/os, segundo o tipo de carreira – dezembro de 2013



Fonte: Ministério da Defesa - Departamento de Pessoal, dezembro de 2013.

Observação: Ver tabela 7.9 do Anexo Estatístico.

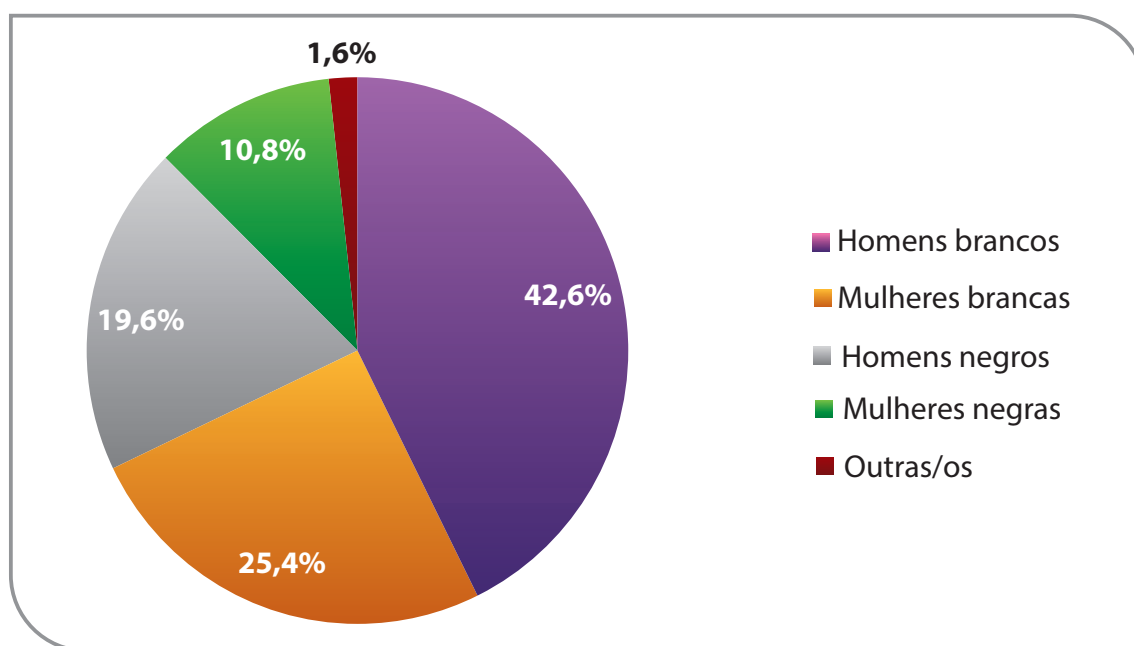
Verificou-se também a participação minoritária das mulheres em cargos de liderança no âmbito dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional: elas representavam, aproximadamente, 18% do quadro das executivas nacionais. Cabe destacar entretanto a existência de instâncias de mulheres na quase totalidade dos partidos políticos com representação no Congresso (91,3%). Essa avanço sugere o interesse e o engajamento das mulheres pelo direito de participar, influenciar e intervir nas decisões de seus partidos políticos.

As mulheres encontravam-se igualmente em número reduzido no que tange à ocupação de cargos diretivos em diferentes ramos de atividade econômica. Mas, elas tinham representatividade significativa à frente dos cargos diretivos nas áreas de educação, saúde e serviços sociais (65,6%) e em aproximadamente 44% no setor de alojamento e alimentação. As atividades diretivas nos setores agrícola e de construção apresentaram os menores índices de presença feminina nos altos cargos. Essa configuração está diretamente relacionada às formações cursadas pelas mulheres no ensino técnico e profissional ou no ensino superior (veja gráfico 4.3 na página 25). A desigualdade

de raça ou cor se soma à desigualdade de gênero quando se analisa o percentual de ocupação de cargos de direção. Como explicitado no gráfico 7.4, as mulheres brancas ocupavam, em 2012, 25,4% dos cargos de direção disponíveis, ao passo que apenas 10,8% desses cargos eram ocupados por mulheres negras.

O pouco espaço conquistado pelas mulheres na direção e chefia nos setores industriais ou técnico-científicos está relacionado à sua menor participação nos cursos de engenharias e ciências exatas. A SPM/PR lançou em 2013, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a iniciativa “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharia e Computação”. Trata-se de uma ação de fomento a projetos que estimulem a formação de mulheres nas carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. Espera-se, assim, combater a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos destes cursos, além de despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e do ensino superior para estas áreas do conhecimento e para a pesquisa científica e tecnológica.

Gráfico 7.4 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo e cor ou raça – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

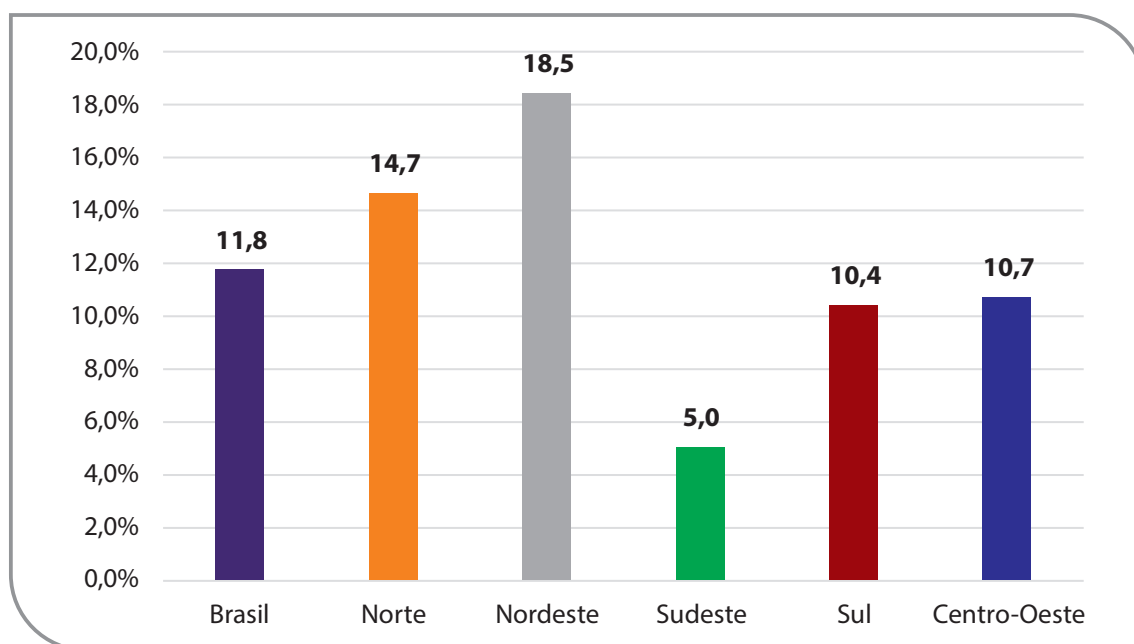
Observação: Ver tabela 7.24 do Anexo Estatístico.

Como resultado da luta pela igualdade de direitos e pelo acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão, em 2013, existiam 1.533 estruturas governamentais para a formulação, a coordenação e também a oferta de serviços públicos para as mulheres presentes em municípios de todas as Unidades da Federação, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, realizada pelo IBGE.

A Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (SAIAT) da SPM/PR, por sua vez, é responsável pela articulação intra e intergovernamental das políticas para as mulheres. Entre outras atribuições, a SAIAT fomenta a implementação de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres – OPM e mantém em registro administrativo informações a respeito dos municípios que dispõem de OPM e sobre a estrutura institucional dos Organismos. Cabe destacar que os OPM são as instâncias dos governos locais que mais se aproximam das diretrizes políticas chanceladas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que orientam a construção e execução das políticas públicas para as mulheres do Governo Federal.

Na última sistematização feita pela SAIAT, realizada em julho de 2014, foram identificados 680 OPM, sendo 24 estaduais e 656 municipais. Os OPM estão portanto presentes em 11,8% do total de municípios brasileiros. A Região Nordeste apresentou o maior percentual de OPM municipais: 18,5% dos municípios nordestinos contam com Organismos de Políticas para as Mulheres, conforme indica o gráfico 7.5. A existência de OPM, em todos os níveis federativos, é condição indispensável para se garantir a efetividade das políticas para as mulheres.

Gráfico 7.5 – Proporção de municípios que dispõem de Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, em relação ao total de municípios brasileiros – Grandes Regiões – julho de 2014



Fonte: SPM/SAIAT, julho de 2014.

Observação: Ver tabela 7.31 do Anexo Estatístico.

8. MULHERES NO ESPORTE

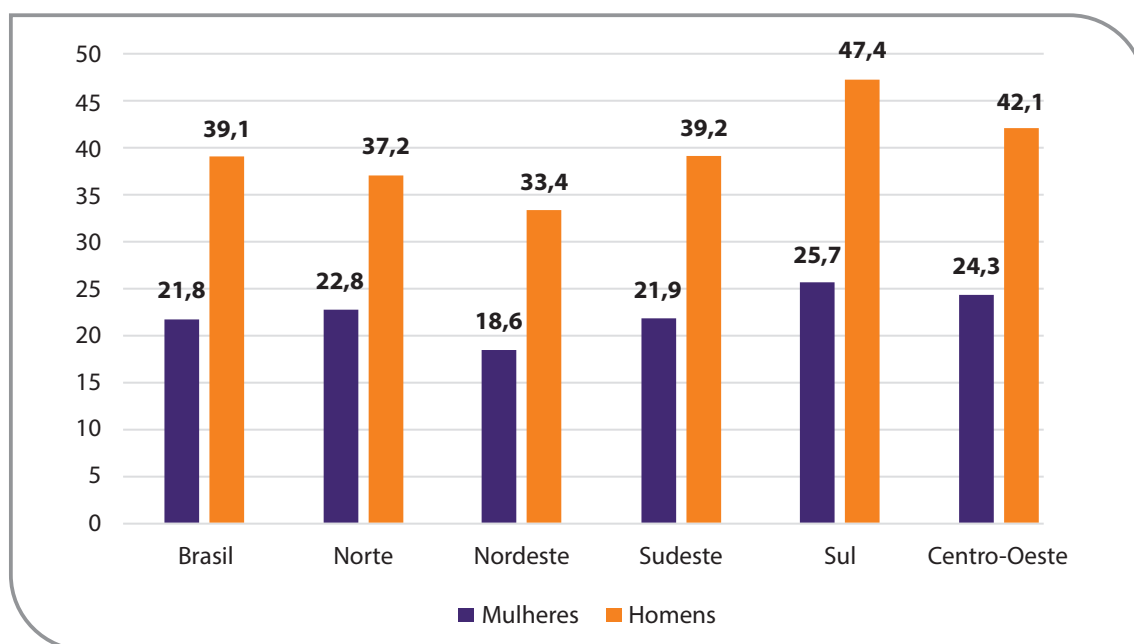
A prática do esporte é importante não apenas para o desenvolvimento e manutenção da saúde, mas também para a socialização de meninas e meninos. A partir de suas regras e condições, crianças e jovens conseguem compreender formas de se relacionar com as/os outras/os e de se respeitar. Além disso, a escola deveria ser um dos espaços privilegiados para a prática de atividade física, além de despertar e desenvolver o interesse das/os alunas/os pelo esporte.

Este capítulo apresenta indicadores que permitem olhar para a prática desportiva de meninas e mulheres, a partir de informações de pesquisas nacionais, dos programas de incentivo ao esporte do Governo Federal e de comitês esportivos. Diante da proximidade de grandes eventos esportivos realizados no Brasil, a atenção e discussão sobre o tema são ampliadas.

Há que se enfatizar, no entanto, a existência de muitas barreiras para o acesso igualitário entre mulheres e homens a essa esfera. Os dados de 2012 relativos às/aos escolares do 9º ano do ensino fundamental que praticavam alguma atividade física por 300 minutos ou mais em uma semana⁷ indicaram que os meninos eram mais ativos que as meninas: 39,1% deles praticavam atividades físicas como o recomendado pela OMS contra 21,8% delas, conforme apresentado no gráfico 8.1. As/os estudantes da Região Sul eram as/os que mais praticavam atividade física – 25,7% das meninas e 47,4% dos meninos –, enquanto as meninas da Região Nordeste destinavam menos tempo para essa atividade (18,6%).

Os dados revelaram ainda que a maioria das/os estudantes não cumpria com o tempo mínimo recomendado para a prática de alguma atividade física. Esse diagnóstico aponta para os debates sobre a importância da disciplina de Educação Física no currículo escolar, sobre a oferta de equipamentos públicos para a prática de atividade física, bem como sobre sua relação com indicadores de saúde e a prevenção ao surgimento de doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, obesidade e excesso de peso, entre outras enfermidades.

Gráfico 8.1 – Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada nos sete dias anteriores à pesquisa – Grandes Regiões – 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

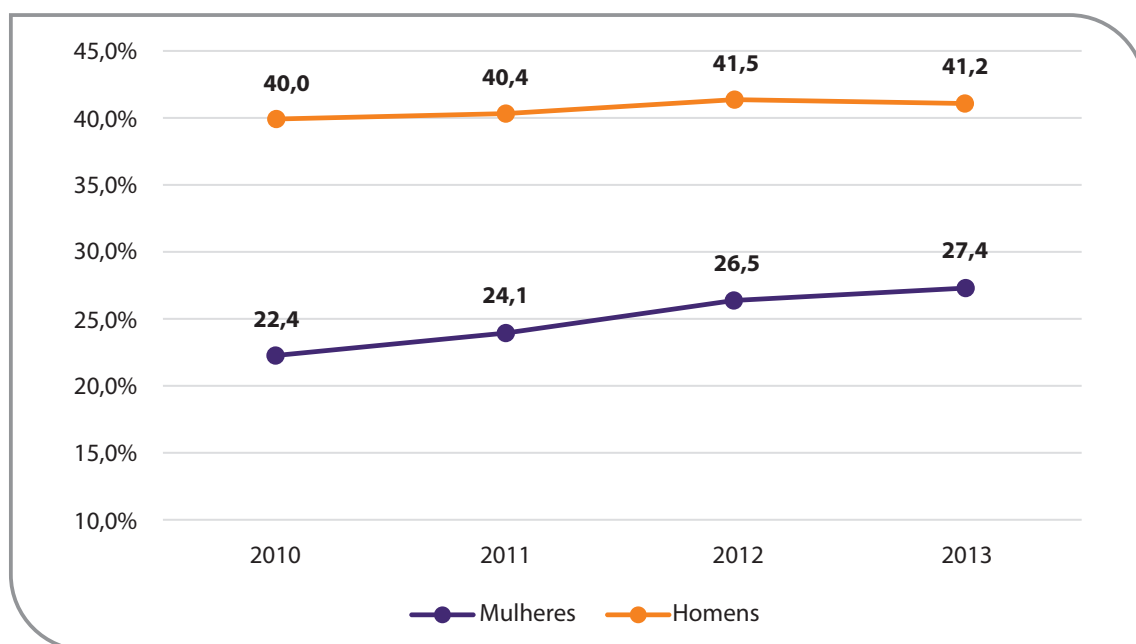
Observação: Ver tabela 8.1 do Anexo Estatístico.

⁷ Tempo mínimo de atividade física semanal recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS para a faixa etária em estudo.

Quanto às mulheres em idade adulta, sabe-se que o peso da divisão sexual do trabalho limita significativamente o seu tempo disponível para as atividades de lazer. De fato, ao se considerar o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho e aos afazeres domésticos, a sua disponibilidade para gozar de atividades de esporte e lazer tende a ser bastante limitada. Principais responsáveis pelo trabalho referido como reprodutivo, as mulheres têm seu tempo de lazer bastante fragmentado e reduzido no dia-a-dia, uma vez que se relaciona frequentemente às atividades em família, ao lado das/os filhas/os e, quase sempre, restrito ao ambiente doméstico, pouco diferenciado de sua rotina.

O gráfico 8.2 mostra que, entre 2010 e 2013, houve progressivo crescimento na prática de atividades físicas por mulheres e homens, segundo o nível recomendado pelo Ministério da Saúde. Há, no entanto, uma grande disparidade de gênero entre os índices apresentados. Em 2013, 41,2% dos homens praticavam exercícios no tempo livre, enquanto que apenas 27,4% das mulheres se exercitavam. Há que se considerar, entretanto, que entre 2010 e 2013, o aumento da prática de exercício físico entre as mulheres foi maior que entre os homens, passando de 22,4% para 27,4%.

Gráfico 8.2 – Proporção de pessoas que praticam o nível recomendado de atividade física no tempo livre, por sexo – 2010 a 2013



Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2014.

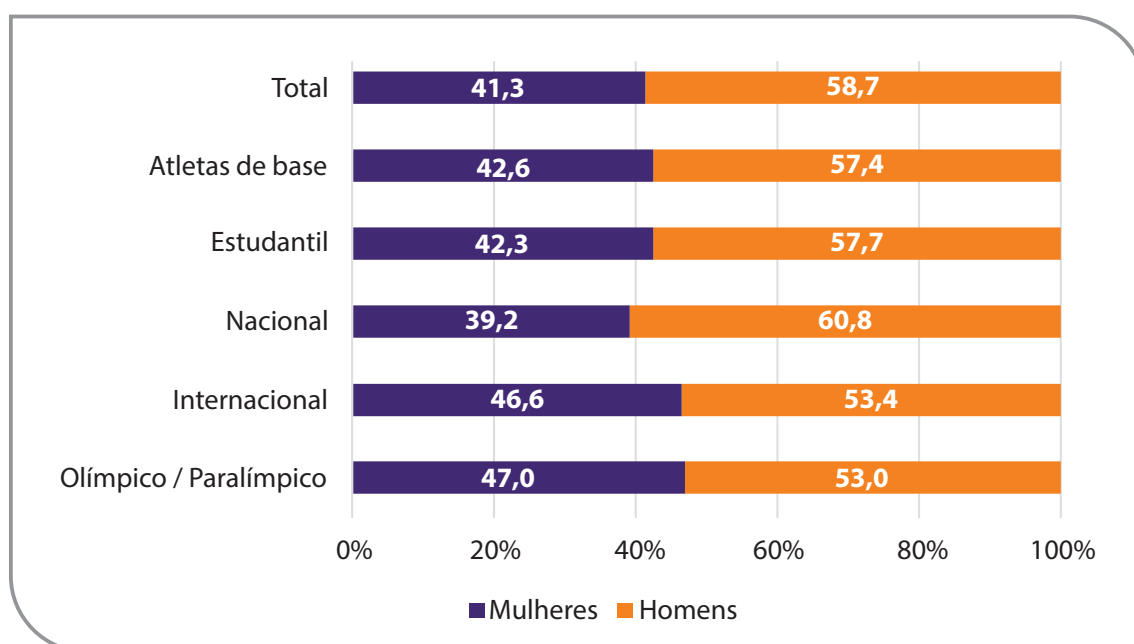
Nota: O nível recomendado de atividade física no tempo livre é de pelo menos 150 minutos semanais de atividade física de intensidade leve ou moderada ou pelo menos 75 minutos semanais de atividade física de intensidade vigorosa.

Observação: Ver tabela 8.3 do Anexo Estatístico.

O Programa Segundo Tempo do Governo Federal tem por objetivo democratizar o acesso de crianças, adolescentes e jovens expostas/os a riscos sociais à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o seu desenvolvimento integral. Em 2012, 38,4% das inscrições no Programa eram de meninas, o que reforça a existência de barreiras socioculturais ou ausência de possibilidades mais inclusivas para a participação de meninas. Para cumprir com seus propósitos e ampliar a adesão de meninas e meninos no Programa, identifica-se a necessidade de uma política capaz de equipar as regiões mais carentes com a infraestrutura necessária. Além disso, as diretrizes relativas às práticas desportivas da política educacional devem promover igual estímulo entre meninas e meninos para as atividades físicas e de competição, sem direcionamento prévio para modalidades consideradas mais femininas ou mais masculinas.

Por outro lado, os dados oriundos dos programas do Ministério do Esporte para a promoção do esporte apontam para a inserção cada vez maior de mulheres em competições de alto nível. O Programa Bolsa Atleta tem como objetivo subvencionar as/os atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, desde as categorias de base até atletas olímpicas/os e paralímpicas/os. Para pleitear o benefício, as/os atletas precisam alcançar os índices classificatórios para a sua categoria em competições reconhecidas, conforme os requisitos determinados na Lei nº 12.395/11. As mulheres representavam mais de 41% das/os atletas beneficiadas/os com o Bolsa Atleta, tendo sua maior representatividade entre as/os atletas olímpicas/os e paraolímpicas/os (47%), como apresentado no gráfico 8.3. As/os atletas com alguma deficiência representavam 21% do total de inscritas/os no Bolsa Atleta, sendo que 7% do total de atletas com deficiência inscritas/os eram mulheres.

Gráfico 8.3 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta, distribuição percentual por sexo, segundo as categorias – 2013



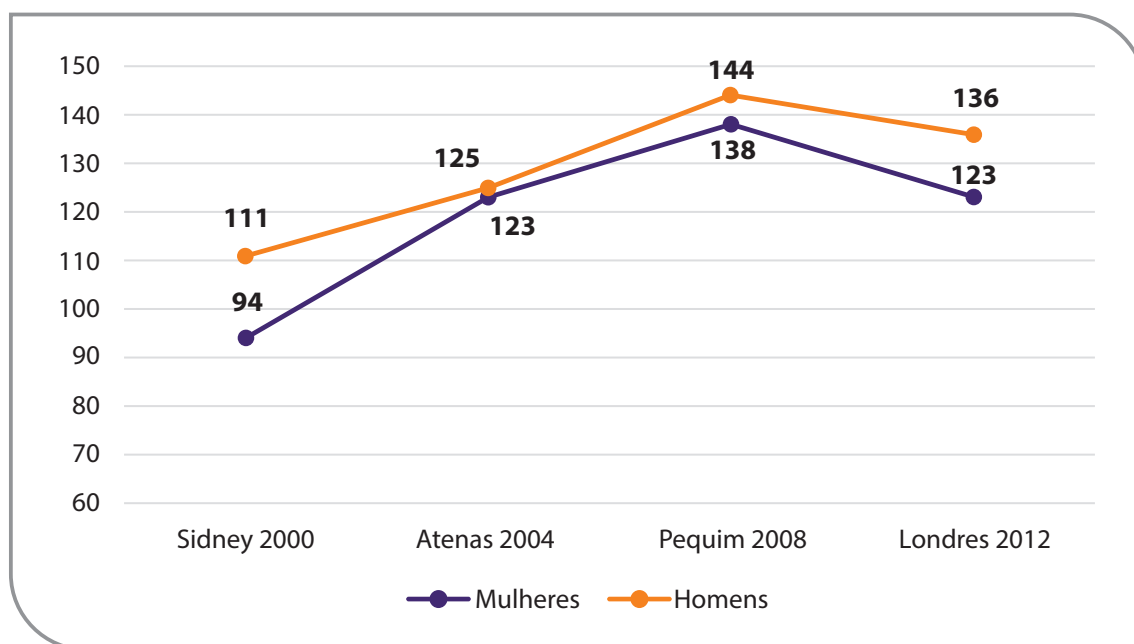
Fonte: Ministério do Esporte/ Bolsa Atleta, 2013.

Observação: Ver tabela 8.4 do Anexo Estatístico.

Com relação às/aos atletas olímpicas/os e paralímpicas/os brasileiras/os, verifica-se o crescimento da participação feminina ao longo das edições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, exceto para os de Londres, em 2012, quando tanto o número total da delegação quanto o número de atletas do sexo feminino tiveram redução, como mostra o gráfico 8.4. O aumento do número de atletas mulheres em cada edição dos Jogos não alterou, entretanto, a proporção de homens e mulheres entre as/os atletas olímpicas/os. Pelo contrário: após a delegação brasileira dos Jogos de Atenas, em 2004, quase alcançar a distribuição paritária entre os sexos, a proporção de atletas do sexo masculino voltou a crescer nas duas últimas edições, como explicitado no gráfico 8.4.

No que se refere às/aos atletas paralímpicas/os, observou-se um salto positivo na participação feminina nas últimas quatro competições, quando sua representação foi proporcionalmente ampliada entre os Jogos Paralímpicos de Sidney, em 2000, e os de Londres, em 2012, conforme apresentado no gráfico 8.5. Esse resultado demonstra que as atletas paralímpicas têm conseguido superar barreiras como o aporte de patrocínio e a menor visibilidade na mídia.

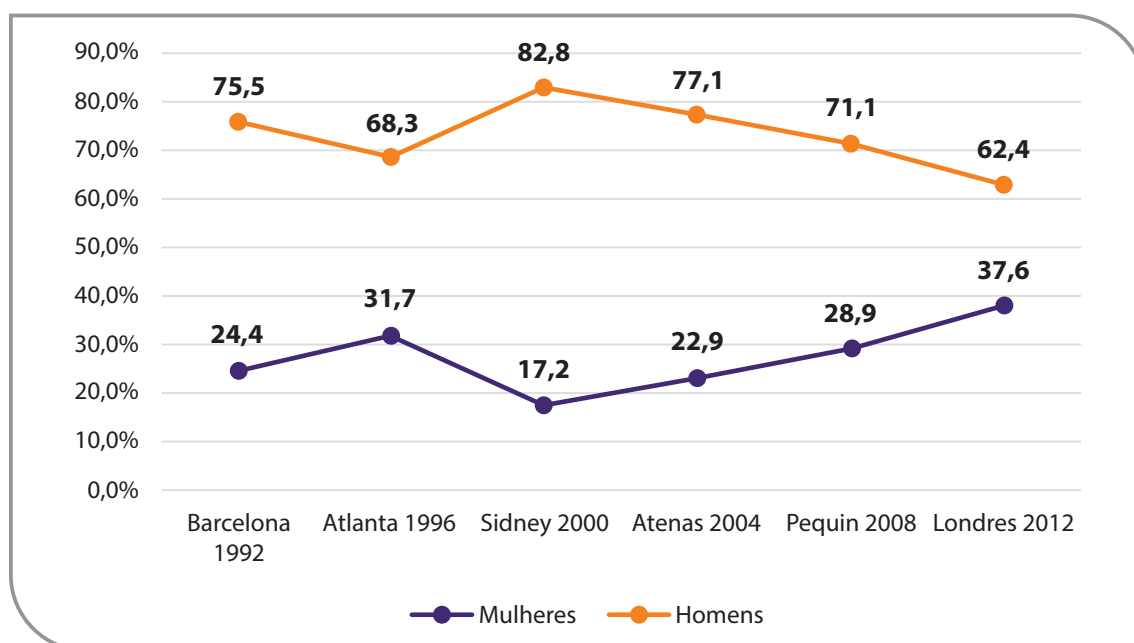
Gráfico 8.4 – Número de atletas brasileiras/os nas últimas quatro edições das Olimpíadas, por sexo – 2000 a 2012



Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro, 2013.

Observação: Ver tabela 8.8 do Anexo Estatístico.

Gráfico 8.5 – Distribuição percentual por sexo de atletas brasileiras/os nas últimas seis edições das Paralimpíadas – 2000 a 2012



Fonte: Comitê Paralímpico Internacional. Disponível em: <http://www.paralympic.org/npc/brazil>. Acesso em 10/03/2014.

Observação: Ver tabela 8.9 do Anexo Estatístico.

No campo da direção esportiva e do acesso a cargos de responsabilidade no âmbito das organizações desportivas, as mulheres ainda são minoria absoluta. Esse retrato reitera a realidade, exposta no capítulo 7 do RASEAM 2014, segundo a qual quanto maior a hierarquia, menor o número de mulheres nos altos cargos das instituições.

ANEXO I – SUMÁRIO ESTATÍSTICO

Estrutura demográfica					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela ⁸
Distribuição percentual da população residente	51,3	48,7	2012	PNAD	2.1
Esperança de vida ao nascer (em anos)	78,2	70,9	2012	PNAD	2.3
Taxa de fecundidade total (filhas/os por mulher em idade reprodutiva)	1,7	--	2014	Projeção da população do Brasil para o período 2000-2060 / IBGE	2.4
Proporção percentual de mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os nascidas/os vivas/os	10,4	--	2012	PNAD	2.7
Distribuição percentual da chefia familiar	38,1	61,9	2012	PNAD	2.11 e 2.12
Proporção percentual e mulheres / homens chefes de família sem cônjuge com filhas/os	42,7	3,5	2012	PNAD	2.11 e 2.12

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade	64,2	86,2	2012	PNAD	3.1
Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade	8,4	4,7	2012	PNAD	3.3
Proporção percentual de pessoas de 16 anos de idade ou mais ocupadas em trabalhos formais	55,8	57,7	2012	PNAD	3.6
Proporção percentual de pessoas de 16 anos de idade ou mais ocupadas como trabalhadoras/es domésticas/os, com relação ao total da população ocupada	14,7	0,9	2012	PNAD	3.11
Proporção percentual de pessoas de 16 anos de idade ou mais no setor agrícola ocupadas e sem remuneração	22,1	5,8	2012	PNAD	3.12
Rendimento-hora do trabalho principal da população ocupada de 16 anos de idade ou mais (em R\$)	10,2	12,2	2012	PNAD	3.13 e 3.14
Distribuição percentual das pessoas que recebem benefícios da Previdência Social	56,8	43,2	2012	AEPS	3.15
Proporção percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com todas/os as/os filhas/os de 0 a 3 anos frequentando creche	20,3	--	2012	PNAD	3.17
Distribuição percentual de pessoas de 16 anos de idade ou mais que realizam afazeres domésticos	67,2	32,8	2012	PNAD	3.19

8 As tabelas indicadas neste Sumário Estatístico estão disponibilizadas no Anexo III – Anexo Estatístico abaixo.

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas pessoas ocupadas de 16 anos de idade ou mais (em horas)	20,8	10,0	2012	PNAD	3.21
Proporção percentual de famílias com pessoa de referência do sexo feminino / masculino com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo	26,4	22,8	2012	PNAD	3.27 e 3.28
Distribuição percentual por sexo das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família	55,9	44,1	2014	DataSocial	3.30
Distribuição percentual da população de 16 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico	92,3	7,7	2012	PNAD	3.32
Proporção percentual da população de 16 anos de idade ou mais ocupada no trabalho doméstico com carteira assinada	28,4	50,2	2012	PNAD	3.33
Rendimento médio em todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais de idade ocupada no trabalho doméstico (em R\$)	579,81	848,45	2012	PNAD	3.36
Proporção percentual da população de 10 a 15 anos de idade ocupada no setor agrícola	29,6	49,9	2012	PNAD	3.38
Proporção percentual da população de 10 a 15 anos de idade ocupada no trabalho doméstico	23,7	1,3	2012	PNAD	3.38

Educação para a Igualdade e Cidadania

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa de alfabetização de pessoas de 50 anos de idade ou mais	81,0	81,9	2012	PNAD	4.1
Taxa de frequência bruta à creche das crianças de 0 a 3 anos de idade	21,2	21,1	2012	PNAD	4.4
Taxa de frequência bruta à pré-escola das crianças de 4 e 5 anos de idade	78,4	77,9	2012	PNAD	4.4
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade	92,4	92,6	2012	PNAD	4.5
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade	59,8	48,4	2012	PNAD	4.5
Taxa de frequência líquida das pessoas de 18 a 24 anos de idade	17,4	12,9	2012	PNAD	4.5
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos profissionalizantes	54,5	45,5	2012	Censo Escolar / INEP	4.14
Distribuição percentual das pessoas concluintes de cursos de graduação do ensino superior	61,2	38,8	2012	Censo do Ensino Superior / INEP	4.15
Distribuição percentual de bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país	50,5	49,5	2012	CNPq	4.20

Educação para a Igualdade e Cidadania					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq	35,3	64,7	2012	CNPq	4.22
Proporção percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa	48,9	49,6	2012	PNAD	4.27

Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos ⁹					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Proporção percentual de mulheres de 15 a 49 anos de idade que utilizam algum método anticonceptivo	67,8	--	2006	PNDS/MS	5.1
Proporção percentual de nascidas/os vivas/os cujas mães eram menores de 19 anos de idade	19,3	--	2012	SINASC/MS	5.2
Proporção percentual de nascidas/os vivas/os cujas mães tiveram 7 ou mais consultas de atendimento pré-natal	62,4	--	2012	SINASC/MS	5.3
Proporção percentual de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo	55,7	--	2012	SINASC/MS	5.6
Variação relativa de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo	+ 46,2%	--	2000-2012	SINASC/MS	5.7
Razão de mortalidade materna (RMM) (por 100.000 nascidas/os vivas/os)	63,9	--	2011	SIM/MS	5.10
Proporção percentual da mortalidade materna por causas obstétricas diretas	66,0	--	2012	SIM/MS	5.11
por causas obstétricas indiretas	30,9	--			
Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento adequado	59,9	57,6	2012	PNAD/IBGE	5.16
Prevalência de consumo abusivo de álcool (%) ¹⁰	10,3	27,9	2012	VIGITEL/MS	5.17
Prevalência (%)					
de diabetes melito ¹¹	12,2	11,0	2012	VIGITEL/MS	5.22
de hipertensão arterial ¹²	26,9	21,3			
Taxa de internação no Sistema Único de Saúde – SUS, por causas externas (por 10.000 mulheres)	30,0	73,9	2012	SIH/SUS/MS	5.24
Taxa de incidência anual de neoplasias malignas específicas em mulheres (por 100.000 mulheres) ¹³					
Neoplasias malignas da pele	71,3	--	2012-2013	Inca/MS	5.25
Mama	52,5				
Colo do útero	17,5				
Cólon, junção retossigmóide, reto e ânus	15,9				
Pulmão, traquéia e brônquios	10,1				

9 Os dados apresentados nesta seção para o ano de 2012 são preliminares

10 Refere-se ao percentual de adultos (18 anos ou mais de idade) com consumo abusivo de álcool. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para os anos respectivos.

11 Prevalência de diabetes melito diz respeito ao percentual de adultos (35 anos ou mais de idade) que referiram ter diabetes.

12 Prevalência de hipertensão arterial refere-se ao percentual de adultos (18 anos ou mais de idade) com diagnóstico médico prévio de hipertensão arterial.

Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 mulheres)					
de câncer de mama	12,9	--	2012	SIM/MS	5.28
de colo do útero	5,0				
Distribuição percentual dos casos novos de AIDS	36,7	63,3	2012	Programa de DST/Aids/MS	5.31
Taxa de incidência de AIDS (por 100.000 habitantes)	14,5	26,1	2012	Programa de DST/Aids/MS	5.32
Proporção percentual de casos de AIDS por transmissão sexual	95,0	93,1	2012	Programa de DST/Aids/MS	5.35
Taxa de mortalidade específica, por 100.000 habitantes, de AIDS	4,1	7,8	2012	SIM/MS	5.36
Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 habitantes)					
de doenças cerebrovasculares	46,9	48,8	2012	SIM/MS	5.41 e 5.42
de doenças isquêmicas do coração	41,2	58,6			
de diabetes melito	30,0	24,1			
de doenças hipertensivas	22,7	20,5			
de insuficiência cardíaca	15,0	14,9			

Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Proporção percentual de relatos de violência física contra a mulher	54,2	--	2013	Ligue 180/SPM	6.1
Proporção percentual de relatos de violência contra a mulher praticada por companheiro/a ou ex-companheiro/a	81,8	--	2013	Ligue 180/SPM	6.7
Proporção percentual de mulheres em situação de violência com filhas/os	82,4	--	2013	Ligue 180/SPM	6.10
Proporção percentual de filhas/os de mulheres em situação de violência que presenciam ou sofrem violência	83,1	--	2013	Ligue 180/SPM	6.12
Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências	65,8	34,2	2012	SINAN/MS	6.13
Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, cujo agressor era do sexo masculino	82,0	18,0	2012	SINAN/MS	6.14
Distribuição percentual de registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo/a agressor/a	82,9	17,1	2012	SINAN/MS	6.15

13 As estimativas do INCA são feitas a cada 2 anos, em função da estabilidade da ocorrência, com pouca variação anual; portanto, a taxa de incidência calculada é anual e os valores apresentados na tabela são válidos para o ano de 2012 e para o ano de 2013. A taxa apresentada para neoplasias malignas da pele exclui a taxa de incidência de melanoma maligno da pele.

Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Proporção percentual dos casos de violência de repetição de violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade	40,8	--	2012	Viva Contínuo/MS	6.20
Proporção percentual de agressão física nos casos de violências doméstica, sexual e/ou outras violências	79,2	20,8	2012	Viva Contínuo/MS	6.22
Taxa padronizada de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes)	4,6	51,0	2012	SIM/MS	6.26
Proporção percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que, nos 30 dias anteriores à pesquisa, foram agredidas/os fisicamente por uma pessoa adulta da família	11,5	9,6	2012	PeNSE/IBGE	6.33
Taxa de ocupação de mulheres no sistema penitenciário brasileiro	1,4	--	2013	InfoPen/MJ	6.36
Proporção percentual da população carcerária no regime provisório	33,7	40,5	2013	InfoPen/MJ	6.40
Proporção percentual da população carcerária que cometeu/tentou crimes contra a pessoa	7,0	12,3	2013	InfoPen/MJ	6.41

Serviços exclusivos de atendimento às mulheres em situação de violência					
Indicadores	Total	Ano	Fonte	Tabela	
Número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher	421	2013	ESTADIC/IBGE	6.42	
Número de Núcleos especializados em delegacias comuns	110				
Número de Núcleos Especializados da Mulher em Defensorias Públicas	53	2013	ESTADIC/IBGE	6.43	
Número de Juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher	85				
Número de Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher	128	2013	ESTADIC/IBGE	6.44	
Número de Institutos Médico-Legal	288				
Número de Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CEAM	172	2013	ESTADIC/IBGE	6.45	
Número de Casas-Abrigo	22				

Mulheres em espaços de poder e decisão					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de eleitoras/es inscritas/os	52,1	47,9	2014	TSE	7.1
Distribuição percentual de deputadas/os federais em exercício	8,8	91,2	2014	Câmara dos Deputados	7.2
Distribuição percentual de senadoras/es em exercício	12,3	87,7	2014	Senado Federal	7.2

Mulheres em espaços de poder e decisão					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de governadoras/es estaduais e do Distrito Federal em exercício	7,4	92,6	2014	Governos estaduais e do Distrito Federal	7.2
Distribuição percentual de servidoras/es ocupantes de DAS	43,0	57,0	2014	Ministério do Planejamento	7.4
Distribuição percentual de Ministras/os dos Tribunais Superiores	18,7	81,3	2014	TSE	7.16
Distribuição percentual de pessoas em cargos de direção das centrais sindicais	28,9	71,1	2014	Centrais Sindicais	7.19
Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção	36,8	63,2	2012	PNAD	7.22

Mulheres no Esporte					
Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Proporção de pessoas de 18 anos ou mais de idade que praticam o nível recomendado de atividade física no tempo livre	27,4	41,2	2013	Vigitel/MS	8.3
Distribuição percentual de alunas/os inscritas/os no Programa Segundo Tempo	38,4	61,6	2012	Ministério do Esporte	8.4
Distribuição percentual de atletas contempladas/os no Programa Bolsa Atleta	41,3	58,7	2013	Ministério do Esporte	8.5
Distribuição percentual de atletas brasileiras/os nas Paralimpíadas de Londres, realizadas em 2012	37,6	62,4	2014	Comitê Paralímpico Internacional	8.10
Distribuição percentual de atletas brasileiras/os nas Olimpíadas de Londres, realizadas em 2012	47,3	52,7	2013	Comitê Olímpico Brasileiro	8.12

ANEXO II – ÍNDICE DE TABELAS

Estrutura Demográfica		
Tabela ¹⁴	Indicador	Fonte
2.1	População residente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.2	Razão de sexo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.3	Esperança de vida ao nascer e aos 60 anos, por sexo e total – 2012	Tábua completa de mortalidade para o Brasil/IBGE
2.4	Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões – 2000, 2005, 2010, 2013 e 2014	PNAD/IBGE
2.5	Mulheres de 15 a 49 anos de idade; mulheres de 15 a 19 anos de idade e proporção com relação à população em idade reprodutiva; mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os nascidas/os vivas/os e proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os, segundo as Grandes Regiões – 2002	PNAD/IBGE
2.6	Mulheres de 15 a 49 anos de idade; mulheres de 15 a 19 anos de idade e proporção com relação à população em idade reprodutiva; mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os nascidas/os vivas/os e proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.7	Mulheres de 15 a 19 anos de idade com filhas/os nascidas/os vivas/os, total e proporção, segundo as Grandes Regiões – 2002 e 2012	PNAD/IBGE
2.8	População residente por situação do domicílio, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.9	População com deficiência, por tipo de deficiência e sexo, segundo as Grandes Regiões – 2010	Censo Demográfico/IBGE
2.10	População com deficiência, total por sexo e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2010	Censo Demográfico/IBGE
2.11	Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual, por tipo de família, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.12	Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual, por tipo de família, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.13	Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE

14 As tabelas indicadas neste Índice estão disponibilizadas no Anexo III – Anexo Estatístico.

Estrutura Demográfica		
Tabela	Indicador	Fonte
2.14	Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
2.15	União homoafetivas entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	Censo Demográfico/IBGE
Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho		
Tabela	Indicador	Fonte
3.1	Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.2	Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.3	Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, total, por sexo e por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.4	Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.5	Pessoas empregadas/os em 31 de dezembro de 2012 no trabalho formal, por tempo de emprego e sexo, segundo os ramos de atividade econômica – 2012	RAIS/MTE
3.6	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.7	Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.8	Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.9	Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.10	Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, total e distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.11	População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – 2012	PNAD/IBGE
3.12	População de 16 anos ou mais de idade ocupada no setor agrícola, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação – 2012	PNAD/IBGE

Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho

Tabela	Indicador	Fonte
3.13	Rendimento-hora do trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça – 2012	PNAD/IBGE
3.14	Rendimento-hora do trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.15	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por sexo – 2012	AEPS/ DATAPREV
3.16	Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por situação do domicílio e por sexo – 2012	AEPS/ DATAPREV
3.17	Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos de idade, por frequência das/os filhas/os a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.18	Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos de idade, por condição de ocupação no mercado de trabalho e frequência das/os filhas/os a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.19	Pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, total e distribuição percentual, por condição de ocupação no mercado de trabalho e por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.20	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.21	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – 2012	PNAD/IBGE
3.22	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, total e proporção por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade – 2012	PNAD/IBGE
3.23	Jornada média semanal em afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade – 2012	PNAD/IBGE
3.24	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e rendimento mensal familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.25	Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas, total e proporção por sexo daquelas que realizam afazeres domésticos, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE

Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho		
Tabela	Indicador	Fonte
3.26	Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas que realizam afazeres domésticos, total e jornada média semanal em horas, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.27	Número de famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual por rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.28	Número de famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual por rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.29	Número de famílias, total e distribuição percentual por rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa de referência – 2012	PNAD/IBGE
3.30	Beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2014	Data Social/ MDS
3.31	Beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2014	Data Social/ MDS
3.32	População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.33	População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.34	Empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, total e proporção daquelas com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.35	Rendimento médio em todos os trabalhos das empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões (em R\$) – 2012	PNAD/IBGE
3.36	Rendimento médio em todos os trabalhos da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões (em R\$) – 2012	PNAD/IBGE
3.37	População ocupada de 5 a 15 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
3.38	População de 10 a 15 anos de idade ocupada, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – 2012	PNAD/IBGE
Educação para a Igualdade e Cidadania		
Tabela	Indicador	Fonte
4.1	Taxa de alfabetização, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE

Educação para a Igualdade e Cidadania		
Tabela	Indicador	Fonte
4.2	Taxa de alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade – 2012	PNAD/IBGE
4.3	Taxa de alfabetização, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – 2012	PNAD/IBGE
4.4	Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.5	Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.6	Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça – 2012	PNAD/IBGE
4.7	Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas e distribuição percentual por sexo, segundo o nível de ensino – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.8	Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas na educação infantil e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.9	Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino fundamental e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.10	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.11	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio integrado à educação profissional com relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.12	Pessoas matriculadas na educação profissional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013	Censo Escolar/ INEP
4.13	Pessoas matriculadas em cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – 2012	Censo Escolar/ INEP
4.14	Pessoas concluintes de cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – 2012	Censo Escolar/ INEP
4.15	Ingressos, matrículas e concluintes nos cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância), total e distribuição percentual, segundo o sexo – 2012	Censo da Educação Superior/ INEP
4.16	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com maior número de matrículas, total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso – 2012	Censo da Educação Superior/ INEP

Educação para a Igualdade e Cidadania

Tabela	Indicador	Fonte
4.17	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com equilibrada distribuição entre os sexos, total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso – 2012	Censo da Educação Superior/ INEP
4.18	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com maior concentração de matrículas do sexo feminino, total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso – 2012	Censo da Educação Superior/INEP
4.19	Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com maior concentração de matrículas do sexo masculino, por sexo, segundo o curso – 2012	Censo da Educação Superior/INEP
4.20	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades – 2012	CNPq
4.21	Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades – 2012	CNPq
4.22	Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível – 2012	CNPq
4.23	Bolsas-ano no país e no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	CNPq
4.24	Pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.25	Pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, proporção, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.26	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.27	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, proporção por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.28	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
4.29	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal, proporção por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE

Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos		
Tabela	Indicador	Fonte
5.1	Mulheres de 15 a 49 anos de idade que usam algum tipo de método anticoncepcivo, proporção e distribuição percentual por tipo de método, segundo os grupos de idade – 2006	PNDS/MS
5.2	Distribuição percentual de nascidas/os vivas/os, por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.3	Distribuição percentual de nascidas/os vivas/os, por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.4	Proporção de nascidas/os vivas/os cujas mães tiveram sete ou mais consultas no pré-natal, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.5	Distribuição percentual de partos por local de realização, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.6	Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.7	Nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, proporção e variação relativa, segundo grupos de idade materna – Brasil, 2000 e 2012	SINASC/MS
5.8	Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.9	Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINASC/MS
5.10	Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas/os vivas/os) – 2011	SIM/MS
5.11	Distribuição percentual de mortalidade materna, segundo os tipos de causas obstétricas e causas específicas – 2000 e 2012	SIM/MS
5.12	Distribuição percentual de mortalidade materna, segundo os tipos de causas obstétricas, segundo as Grandes Regiões – 2012	SIM/MS
5.13	Mortalidade materna, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2012	SIM/MS
5.14	Mortalidade materna, total e distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	SIM/MS
5.15	Distribuição percentual de mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade – 2012	SIM/MS
5.16	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento adequado, total e proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
5.17	Prevalência de consumo abusivo de álcool, por sexo, segundo as Grandes Regiões (capitais) – 2012	VIGITEL/MS
5.18	Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que consumiram bebida alcoólica pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE

Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos		
Tabela	Indicador	Fonte
5.19	Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que fumaram cigarros pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
5.20	Prevalência de excesso de peso na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde – OMS, por sexo, segundo grupos de idade – 2008-2009	POF/IBGE
5.21	Prevalência de obesidade na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde – OMS, por sexo, segundo grupos de idade – 2008-2009	POF/IBGE
5.22	Prevalência de diabetes melito e hipertensão arterial por sexo, segundo as Grandes Regiões (capitais) – 2012	VIGITEL/MS
5.23	Prevalência de diabetes melito e hipertensão arterial por sexo, segundo os grupos de idade – 2012	VIGITEL/MS
5.24	Taxa de internação no Sistema Único de Saúde – SUS, por causas externas, por sexo e segundo as Grandes Regiões (por 10.000 habitantes) – 2012	SIH/SUS/MS
5.25	Taxa de incidência anual de neoplasias malignas específicas em mulheres, por Grandes Regiões e segundo os tipos de neoplasias (por 100.000 habitantes) – 2012-2013	Inca/MS
5.26	Número de exames citopatológicos, cérvico-vaginal e microflora, total e distribuição percentual, realizados segundo os grupos de idade, por Grandes Regiões – 2013	SISCOLO/ MS
5.27	Número de exames de mamografia, total e distribuição percentual, realizados segundo os grupos de idade, por Grandes Regiões – 2013	SISMAMA/ MS
5.28	Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
5.29	Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
5.30	Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo a cor ou raça (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
5.31	Número de casos novos de AIDS e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	Programa de DST/Aids/MS
5.32	Taxa de incidência de AIDS, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – 2012	Programa de DST/Aids/MS
5.33	Número de casos novos de AIDS e distribuição percentual por sexo, segundo grupos de idade – 2012	Programa de DST/Aids/MS
5.34	Taxa de incidência de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – 2012	Programa de DST/Aids/MS

Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos		
Tabela	Indicador	Fonte
5.35	Proporção de casos de AIDS por sexo, segundo a categoria de exposição – 2012	Programa de DST/Aids/MS
5.36	Taxa de mortalidade específica de AIDS, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
5.37	Taxa de mortalidade específica de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
5.38	Distribuição percentual da mortalidade, por sexo, segundo o grupo de causas – 2011	SIM/MS
5.39	Taxa padronizada de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) – 2000	SIM/MS
5.40	Taxa padronizada de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) – 2000	SIM/MS
5.41	Taxa padronizada de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) – 2012	SIM/MS
5.42	Taxa padronizada de mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) – 2012	SIM/MS
Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres		
Tabela	Indicador	Fonte
6.1	Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013	Ligue 180/SPM
6.2	Relatos de violência física contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo a escala de gravidade – 2013	Ligue 180/SPM
6.3	Relatos de violência psicológica contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013	Ligue 180/SPM
6.4	Relatos de violência sexual contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013	Ligue 180/SPM
6.5	Relatos de violência moral contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013	Ligue 180/SPM
6.6	Relatos de tráfico de mulheres, total e distribuição percentual, segundo o tipo de tráfico de pessoas – 2013	Ligue 180/SPM
6.7	Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo a relação do agressor com a vítima – 2013	Ligue 180/SPM
6.8	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça – 2013	Ligue 180/SPM

Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres		
Tabela	Indicador	Fonte
6.9	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo os grupos de idade – 2013	Ligue 180/SPM
6.10	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a existência de filhas/os – 2013	Ligue 180/SPM
6.11	Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade – 2013	Ligue 180/SPM
6.12	Filhas/os de mulheres em situação de violência que presenciaram ou sofrem violência, total e distribuição percentual – 2013	Ligue 180/SPM
6.13	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo as Grandes Regiões – 2012	SINAN/MS
6.14	Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo o sexo do/a agressor/a – 2009 e 2012	SINAN/MS
6.15	Registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo/a agressor/a, total e distribuição percentual por sexo da vítima – 2009 e 2012	SINAN/MS
6.16	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.17	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação conjugal da vítima – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.18	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, com algum tipo de deficiência, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência da vítima – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.19	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação de domicílio da vítima – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.20	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e proporção dos casos de violência de repetição – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.21	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.22	Violências doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS

Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres		
Tabela	Indicador	Fonte
6.23	Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o meio de agressão – 2009 e 2012	Viva Contínuo/MS
6.24	Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual por sexo, segundo o segmento – 2013	Disque 100/SDH
6.25	Distribuição percentual da violência institucional, por sexo da vítima, segundo o tipo – 2013	Disque 100/SDH
6.26	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.27	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, segundo o sexo (por 100.000 habitantes) – 2000 e 2012	SIM/MS
6.28	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.29	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo a cor ou raça (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.30	Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.31	Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.32	Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo a cor ou raça (por 100.000 habitantes) – 2012	SIM/MS
6.33	Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que, nos 30 dias anteriores à pesquisa, foram agredidas/os fisicamente por uma pessoa adulta da família, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
6.34	Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidas/os, nos 30 dias anteriores à pesquisa, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma de fogo, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
6.35	Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidas/os, nos 30 dias anteriores à pesquisa, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
6.36	População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2013	InfoPen/MJ
6.37	População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça – 2013	InfoPen/MJ

Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres		
Tabela	Indicador	Fonte
6.38	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo nacionalidade (brasileira/o nata/o, brasileira/o naturalizada/o e estrangeira/o) – 2013	InfoPen/MJ
6.39	População carcerária estrangeira, total e distribuição percentual por sexo, segundo continente de origem – 2013	InfoPen/MJ
6.40	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de regime prisional – 2013	InfoPen/MJ
6.41	População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo crimes tentados/cometidos, por sexo – 2013	InfoPen/MJ
6.42	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2013	ESTADIC/ IBGE
6.43	Núcleos da Mulher em Defensorias Públicas e Juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2013	ESTADIC/ IBGE
6.44	Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher e Institutos Médico-Legal, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – 2013	ESTADIC/ IBGE
6.45	Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CEAM e Casas-Abrigo, segundo as Grandes Regiões – 2013	ESTADIC/ IBGE
Mulheres em Espaços de Poder e Decisão		
Tabela	Indicador	Fonte
7.1	Eleitoras/es inscritas/os, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Tribunal Superior Eleitoral
7.2	Deputadas/os federais, senadoras/es e governadoras/es em exercício, total e distribuição percentual por sexo, segundo o cargo – 2014	Câmara dos Deputados, Senado Federal e Governos estaduais e do Distrito Federal
7.3	Ministras/os de Estado, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Presidência da República
7.4	Servidoras/es ocupantes de DAS por idade média, remuneração média (em R\$), proporção de servidoras/es com nível superior e proporção de servidoras mulheres, segundo o nível da função – 2014	Boletim Estatístico de Pessoal/MP
7.5	Servidoras/es ocupantes de DAS na administração federal, total e distribuição percentual, por situação de vínculo e sexo – 2014	Boletim Estatístico de Pessoal/MP

Mulheres em Espaços de Poder e Decisão		
Tabela	Indicador	Fonte
7.6	Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada – 2013	Departamento de Pessoal/MD
7.7	Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de carreira – 2013	Departamento de Pessoal/MD
7.8	Oficiais militares de hierarquia superior, total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada – 2013	Departamento de Pessoal/MD
7.9	Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo e tipo de carreira, segundo a Força Armada – 2013	Departamento de Pessoal/MD
7.10	Servidoras/es ativas/os do Serviço Exterior Brasileiro (carreiras do Ministério das Relações Exteriores), total e distribuição por sexo, segundo a carreira – 2014	Divisão de Temas Sociais/MRE
7.11	Servidoras/es ativas/os da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado – 2014	Divisão de Temas Sociais/MRE
7.12	Parlamentares na mesa diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Câmara dos Deputados e do Senado Federal
7.13	Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Câmara dos Deputados e do Senado Federal
7.14	Parlamentares ocupando cargos de Liderança do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Câmara dos Deputados e do Senado Federal
7.15	Parlamentares ocupando cargos de Liderança de Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Câmara dos Deputados e do Senado Federal
7.16	Ministras/os de Tribunais Superiores, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Tribunais Superiores
7.17	Pessoas na direção dos partidos com representação no Congresso Nacional, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Tribunal Superior Eleitoral
7.18	Partidos com representação no Congresso Nacional que têm instâncias de mulheres – 2014	Partidos políticos
7.19	Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Centrais Sindicais
7.20	Presidentes e vice-presidentes das centrais sindicais, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Centrais Sindicais
7.21	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE

Mulheres em Espaços de Poder e Decisão		
Tabela	Indicador	Fonte
7.22	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2012	PNAD/IBGE
7.23	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo a cor ou raça – 2012	PNAD/IBGE
7.24	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça – 2012	PNAD/IBGE
7.25	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – 2012	PNAD/IBGE
7.26	Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – 2012	PNAD/IBGE
7.27	Unidades da Federação cujo órgão gestor de políticas para as mulheres tem um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – 2013	ESTADIC/IBGE
7.28	Órgão gestor de políticas para as mulheres, total e distribuição percentual, segundo a caracterização do órgão gestor – 2013	ESTADIC/IBGE
7.29	Total de municípios brasileiros e total de municípios com órgão gestor de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões – 2013	MUNIC/IBGE
7.30	Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, segundo as Grandes Regiões, total e distribuição percentual – 2014	SPM/SAIAT
7.31	Total de municípios brasileiros, total de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM e proporção dos municípios com OPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões – 2014	SPM/SAIAT
7.32	Convenções internacionais sobre os direitos das mulheres ratificadas pelo Brasil – 2014	SPM
Mulheres no Esporte		
Tabela	Indicador	Fonte
8.1	Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada, nos 7 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
8.2	Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que fizeram 300 minutos ou mais de atividade física globalmente estimada, nos 7 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – 2012	PeNSE/IBGE
8.3	Proporção de pessoas de 18 anos ou mais de idade que praticam o nível recomendado de atividade física no tempo livre, por sexo – 2010 a 2013	VIGITEL/MS

Mulheres no Esporte		
Tabela	Indicador	Fonte
8.4	Alunas/os inscritas/os no Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte, total e distribuição percentual por sexo – 2012	Ministério do Esporte
8.5	Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias – 2013	Bolsa Atleta / Ministério do Esporte
8.6	Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta que possuem alguma deficiência, total, distribuição percentual por sexo e proporção por sexo de atletas com deficiência em relação ao total de atletas contempladas/os com Bolsa Atleta – 2013	Bolsa Atleta / Ministério do Esporte
8.7	Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria nacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – 2013	Bolsa Atleta / Ministério do Esporte
8.8	Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria internacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – 2013	Bolsa Atleta / Ministério do Esporte
8.9	Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria olímpica, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – 2013	Bolsa Atleta / Ministério do Esporte
8.10	Atletas brasileiras/os nas seis últimas edições das Paralimpíadas, total e distribuição percentual por sexo – 2014	Comitê Paralímpico Internacional
8.11	Atletas cadastradas/os no Comitê Paralímpico Brasileiro, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2014	Comitê Paralímpico Brasileiro
8.12	Atletas brasileiras/os nas quatro últimas edições das Olimpíadas, total e distribuição percentual por sexo – 2013	Comitê Olímpico Brasileiro
8.13	Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Sidney, realizados em 2000, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2013	Comitê Olímpico Brasileiro
8.14	Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Atenas, realizados em 2004, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2013	Comitê Olímpico Brasileiro
8.15	Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Pequim, realizados em 2008, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2013	Comitê Olímpico Brasileiro
8.16	Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Londres, realizados em 2012, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2013	Comitê Olímpico Brasileiro

ANEXO III – ANEXO ESTATÍSTICO

Estrutura Demográfica

Tabela 2.1 – População residente, total e distribuição percentual, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)					
				Mulheres			Homens		
	Total	Mulheres	Homens	Branças	Negras	Outras	Branços	Negros	Outros
Brasil	196.877	101.065	95.812	47,5	51,7	0,9	44,9	54,3	0,8
Norte	16.730	8.306	8.424	23,3	75,2	1,5	20,9	77,5	1,6
Nordeste	54.643	28.150	26.493	28,8	70,7	0,5	26,6	72,9	0,4
Sudeste	82.687	42.763	39.924	55,1	43,9	1,0	52,5	46,6	0,9
Sul	28.053	14.360	13.693	78,0	21,3	0,8	75,6	23,7	0,7
Centro-Oeste	14.765	7.486	7.279	42,1	57,0	0,8	39,9	59,4	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 2.2 – Razão de sexo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Grupos de idade								
		0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	0,9	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7
Norte	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8
Nordeste	0,9	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7
Sudeste	0,9	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7
Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,6
Centro-Oeste	1,0	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 2.3 – Esperança de vida ao nascer e aos 60 anos, total e por sexo – Brasil, 2012

Esperança de vida ao nascer			Esperança de vida aos 60 anos		
Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
74,5	78,2	70,9	21,6	23,2	19,7

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Tabela 2.4 – Taxa de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2000, 2005, 2010, 2013 e 2014

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total				
	2000	2005	2010	2013	2014
Brasil	2,4	2,1	1,9	1,8	1,7
Norte	3,2	2,8	2,4	2,2	2,2
Nordeste	2,7	2,3	2,0	1,9	1,9
Sudeste	2,1	1,9	1,7	1,6	1,6
Sul	2,2	1,9	1,7	1,6	1,6
Centro-Oeste	2,3	2,0	1,8	1,7	1,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Tabela 2.5 – Mulheres de 15 a 49 anos de idade; mulheres de 15 a 19 anos de idade e proporção com relação à população em idade reprodutiva; mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os nascidas/os vivas/os e proporção de mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2002

Grandes Regiões	Mulheres de 15 a 49 anos	Mulheres de 15 a 19 anos		Mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os nascidas/os vivas/os	
	Total (1.000 pessoas)	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)
Brasil	48.635	8.607	17,7	1.097	12,7
Norte	2.857	582	20,4	98	16,8
Nordeste	13.345	2.766	20,7	404	14,6
Sudeste	21.548	3.448	16,0	369	10,7
Sul	7.286	1.174	16,1	135	11,5
Centro-Oeste	3.599	637	17,7	92	14,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002.

Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 2.6 – Mulheres de 15 a 49 anos de idade; mulheres de 15 a 19 anos de idade e proporção com relação à população em idade reprodutiva; mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os nascidas/os vivas/os e proporção de mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Mulheres de 15 a 49 anos	Mulheres de 15 a 19 anos		Mulheres de 15 a 19 anos com filhas/os nascidas/os vivas/os	
	Total (1.000 pessoas)	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)
Brasil	54.033	8.389	15,5	874	10,4
Norte	4.543	806	17,7	121	15,0
Nordeste	15.036	2.585	17,2	327	12,7
Sudeste	22.692	3.220	14,2	261	8,1
Sul	7.554	1.142	15,1	97	8,5
Centro-Oeste	4.209	636	15,1	68	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 2.7 – Mulheres de 15 a 19 anos de idade com filha/os nascidas/os vivas/os, total e proporção, segundo as Grandes Regiões – 2002 e 2012

Grandes Regiões	2002		2012	
	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)	Total (1.000 pessoas)	Proporção (%)
Brasil	1.097	12,7	874	10,4
Norte	98	16,8	121	15,0
Nordeste	404	14,6	327	12,7
Sudeste	369	10,7	261	8,1
Sul	135	11,5	97	8,5
Centro-Oeste	92	14,5	68	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002 e 2012.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá para os dados do ano de 2002.

Tabela 2.8 – População residente por situação do domicílio, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Urbano			Rural		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	167.015	51,9	48,1	29.862	48,0	52,0
Norte	12.604	50,7	49,3	4.126	46,3	53,7
Nordeste	40.117	52,5	47,5	14.526	48,7	51,3
Sudeste	77.095	52,0	48,0	5.591	47,4	52,6
Sul	23.892	51,6	48,4	4.160	48,9	51,1
Centro-Oeste	13.307	51,3	48,7	1.458	45,5	54,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 2.9 – População com deficiência, por tipo de deficiência e sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2010

Grandes Regiões	Visual			Auditiva			Motora			Mental		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	35.774	20.855	14.920	9.717	4.809	4.909	13.266	8.286	4.980	2.612	1.202	1.410
Norte	2.983	1.649	1.334	737	334	404	964	553	411	184	82	102
Nordeste	11.247	6.606	4.641	3.071	1.575	1.496	4.125	2.591	1.534	826	372	455
Sudeste	14.387	8.487	5.901	3.836	1.920	1.916	5.412	3.456	1.956	1.054	493	561
Sul	4.622	2.664	1.958	1.439	680	759	1.944	1.192	752	378	177	201
Centro-Oeste	2.535	1.449	1.086	634	300	334	820	493	326	170	79	91

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 2.10 – População com deficiência, total por sexo e distribuição percentual por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2010

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)		Mulheres (%)			Homens (%)		
	Mulheres	Homens	Branças	Negras	Outras	Branços	Negros	Outros
Brasil	25.801	19.805	47,1	51,3	1,7	46,0	52,5	1,6
Norte	1.959	1.695	24,4	73,1	2,5	23,5	74,2	2,4
Nordeste	8.064	6.067	29,8	68,3	1,9	28,8	69,6	1,6
Sudeste	10.599	7.901	55,1	43,4	1,4	54,2	44,4	1,4
Sul	3.428	2.732	78,4	20,6	1,0	77,0	21,9	1,0
Centro-Oeste	1.752	1.409	42,1	55,6	2,3	41,0	57,0	2,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Tabela 2.11 – Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual, por tipo de família, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Unipessoal	Casal sem filhas/os	Casal com filhas/os	Mulher sem cônjuge com filhas/os	Outros
Brasil	25.093	17,5	9,4	22,9	42,7	7,3
Norte	1.847	9,8	8,5	30,5	43,7	7,6
Nordeste	6.852	13,8	8,7	22,4	46,0	9,0
Sudeste	10.856	20,2	9,1	21,2	42,7	6,8
Sul	3.619	20,8	11,7	24,2	37,3	6,0
Centro-Oeste	1.918	17,0	10,6	25,2	40,2	7,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares.

Tabela 2.12 – Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual, por tipo de família, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Unipessoal	Casal sem filhas/os	Casal com filhas/os	Homem sem cônjuge com filhas/os	Outros
Brasil	40.802	10,5	24,9	58,5	3,5	2,5
Norte	3.115	10,4	20,8	61,9	4,1	2,7
Nordeste	10.593	10,1	23,2	61,0	3,5	2,1
Sudeste	17.737	10,7	25,2	57,7	3,6	2,8
Sul	6.246	9,8	28,7	56,5	3,0	2,0
Centro-Oeste	3.110	12,7	25,4	55,4	3,3	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares.

Tabela 2.13 – Famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Cor ou Raça			Situação do domicílio	
		Branca	Negra	Outra	Urbano	Rural
Brasil	25.093	46,5	52,6	0,9	91,6	8,4
Norte	1.847	22,0	76,7	1,3	87,2	12,8
Nordeste	6.852	27,0	72,4	0,7	82,9	17,1
Sudeste	10.856	54,1	44,9	1,0	96,8	3,2
Sul	3.619	76,6	22,7	0,7	92,2	7,8
Centro-Oeste	1.918	39,6	59,1	1,3	96,1	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares.

Tabela 2.14 – Famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual, por cor ou raça e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Cor ou Raça			Situação do domicílio	
		Branca	Negra	Outra	Urbano	Rural
Brasil	40.802	46,9	52,2	0,9	82,5	17,5
Norte	3.115	20,9	77,5	1,6	70,6	29,4
Nordeste	10.593	26,7	72,7	0,5	70,2	29,8
Sudeste	17.737	54,3	44,6	1,1	91,7	8,3
Sul	6.246	76,4	22,7	0,9	81,6	18,4
Centro-Oeste	3.110	40,2	59,0	0,8	86,5	13,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 2.15 – Uniãos homoafetivas entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2010

Grandes Regiões	Total	Mulheres		Homens	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	67.494	36.344	53,8	31.150	46,2
Norte	3.992	2.520	63,1	1.472	36,9
Nordeste	13.551	7.749	57,2	5.802	42,8
Sudeste	35.493	18.279	51,5	17.214	48,5
Sul	8.804	4.872	55,3	3.932	44,7
Centro-Oeste	5.654	2.924	51,7	2.730	48,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho

Tabela 3.1 – Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Mulheres				Homens			
	Total	Branças	Negras	Outras	Total	Branços	Negros	Outros
Brasil	64,2	66,4	62,2	63,7	86,2	86,5	85,9	86,3
Norte	60,2	62,2	59,5	65,9	85,9	86,7	85,6	89,2
Nordeste	58,4	60,2	57,8	60,8	83,9	83,5	84,1	84,6
Sudeste	66,4	66,7	66,1	63,4	86,9	87,0	86,9	86,4
Sul	69,7	70,6	66,6	67,4	87,6	87,3	88,4	85,5
Centro-Oeste	66,1	67,0	65,5	62,8	87,8	87,2	88,1	85,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.2 – Taxa de atividade das pessoas de 16 a 59 anos de idade por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Mulheres					Homens				
	Total	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Total	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos
Brasil	64,2	55,1	72,0	69,5	52,7	86,2	72,0	93,6	92,6	82,5
Norte	60,2	44,8	67,2	70,0	56,5	85,9	68,8	93,9	93,7	88,1
Nordeste	58,4	47,4	65,6	64,2	51,4	83,9	69,3	91,1	91,0	82,6
Sudeste	66,4	59,7	74,9	70,8	51,8	86,9	72,2	94,8	93,0	81,7
Sul	69,7	63,8	78,7	73,8	55,9	87,6	78,0	94,3	93,1	80,6
Centro-Oeste	66,1	59,3	73,1	70,3	53,1	87,8	73,6	94,1	93,7	86,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.3 – Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, total, por sexo e por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Sexo		Cor ou Raça		
		Mulheres	Homens	Branca	Negra	Outra
Brasil	6,4	8,4	4,7	5,4	7,3	5,1
Norte	6,5	9,3	4,5	6,3	6,6	6,9
Nordeste	8,1	10,9	6,0	7,3	8,3	7,5
Sudeste	6,3	8,2	4,7	5,5	7,2	3,6
Sul	4,3	5,6	3,2	4,0	5,3	4,7
Centro-Oeste	5,3	7,1	3,8	4,3	5,9	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.4 – Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 59 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Mulheres					Homens				
	Total	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Total	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos
Brasil	8,4	18,6	7,8	4,5	3,1	4,7	11,2	3,9	2,3	1,9
Norte	9,3	19,9	8,9	4,5	2,3	4,5	10,1	3,7	1,9	1,7
Nordeste	10,9	22,2	11,2	5,3	2,7	6,0	12,8	5,1	3,2	2,1
Sudeste	8,2	18,7	7,1	4,4	3,9	4,7	12,0	3,8	2,3	2,1
Sul	5,6	12,7	4,4	3,6	2,3	3,2	7,9	2,6	1,6	1,1
Centro-Oeste	7,1	16,7	5,8	3,9	1,9	3,8	9,5	3,2	1,3	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.5 – Pessoas empregadas/os no trabalho formal, por tempo de emprego e sexo, segundo os ramos de atividade econômica – Brasil, 2012

Ramos de atividade econômica	Até 5,9 meses			De 6 a 23,9 meses			De 24 a 119,9 meses			120 meses ou mais		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	9.263.754	39,2	60,8	14.740.587	41,9	58,1	16.127.707	42,5	57,5	7.315.695	47,8	52,2
Extrativa mineral	45.253	13,1	86,9	78.917	13,7	86,3	101.417	10,9	89,1	33.674	8,4	91,6
Indústria de transformação	1.540.973	33,6	66,4	2.604.039	34,6	65,4	3.141.577	30,6	69,4	860.794	21,4	78,6
Serviços industriais de utilidade pública	48.512	22,5	77,5	90.999	22,2	77,8	146.642	19,3	80,7	137.069	15,5	84,5
Construção civil	1.046.928	6,5	93,5	1.122.517	8,9	91,1	587.877	10,5	89,5	74.798	14,8	85,2
Comércio	2.406.056	46,7	53,3	3.410.382	44,3	55,7	2.992.688	41,4	58,6	415.600	33,9	66,1
Serviços	3.504.429	46,7	53,3	5.461.288	48,3	51,7	5.506.118	47,1	52,9	1.688.842	45,2	54,8
Administração Pública	316.527	62,0	38,0	1.468.410	61,7	38,3	3.160.621	59,4	40,6	3.990.883	59,2	40,8
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	355.076	19,9	80,1	504.035	17,7	82,3	490.767	15,6	84,4	114.035	11,0	89,0

Fonte: RAIS - CGET/DES/SPPE/MTE, 2012.

Nota: Exclusivo as pessoas empregadas sem registro de tempo de emprego.

(1) Pessoas empregadas em 31 de dezembro de 2012.

Tabela 3.6 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%) ⁽¹⁾		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	93.365	39.695	53.670	56,9	55,8	57,7
Norte	7.354	2.904	4.450	38,7	37,7	39,4
Nordeste	23.487	9.642	13.845	38,6	38,0	39,1
Sudeste	40.507	17.574	22.933	66,9	65,1	68,3
Sul	14.647	6.466	8.181	65,6	63,6	67,3
Centro-Oeste	7.370	3.109	4.261	60,8	59,2	61,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹⁵.

(1) Inclusive empregada/o com carteira de trabalho assinada, trabalhador/a doméstica/o com carteira de trabalho assinada, militar, funcionária/o pública/o estatutária/o, conta própria e empregador/a que contribuíam para a previdência social.

Tabela 3.7 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%) ⁽¹⁾		
	Branca	Negra	Outra	Branca	Negra	Outra
Brasil	19.712	19.633	349	63,2	48,4	57,0
Norte	694	2.163	47	46,1	35,2	29,1
Nordeste	2.804	6.786	52	46,6	34,5	39,7
Sudeste	9.764	7.629	181	68,1	61,2	68,9
Sul	5.125	1.299	42	65,1	57,9	54,8
Centro-Oeste	1.326	1.757	27	64,0	55,5	63,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹⁶.

(1) Inclusive empregada com carteira de trabalho assinada, trabalhadora doméstica com carteira de trabalho assinada, militar, funcionária pública estatutária, conta própria e empregadora que contribuíam para a previdência social.

15 BERG, J., RIBEIRO, J., LUEBKER, M. (Orgs.). *Perfil do Trabalho Decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2009.

16 Idem.

Tabela 3.8 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%) ⁽¹⁾		
	Branca	Negra	Outra	Branca	Negra	Outra
Brasil	24.592	28.634	444	64,6	51,8	56,0
Norte	926	3.455	68	47,0	37,5	27,9
Nordeste	3.649	10.133	64	43,6	37,4	36,7
Sudeste	12.132	10.581	219	70,6	65,6	69,2
Sul	6.183	1.935	63	68,3	64,2	58,2
Centro-Oeste	1.702	2.529	30	63,1	61,2	60,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹⁷.

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

¹⁷ Idem.

Tabela 3.9 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino ocupadas na semana de referência, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)								
		Empregada		Trabalhadora doméstica		Militar ou funcionária pública estatutária	Conta própria	Empregadora	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira					
Brasil	39.695	36,0	12,1	4,2	10,5	10,2	15,6	2,6	5,0	3,9
Norte	2.904	19,5	14,7	2,1	11,5	13,4	20,1	1,7	7,8	9,1
Nordeste	9.642	21,8	15,7	2,2	12,1	10,7	19,8	1,8	10,3	5,7
Sudeste	17.574	44,0	10,6	5,5	10,1	9,4	13,5	2,8	2,1	2,0
Sul	6.466	42,8	9,3	4,0	8,5	8,8	13,4	3,4	4,5	5,2
Centro-Oeste	3.109	35,5	13,2	5,1	10,8	12,9	14,4	3,2	2,9	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.10 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo masculino ocupadas na semana de referência, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)								Outro trabalho não remunerado
		Empregado		Trabalhador doméstico		Militar ou funcionário público eatatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira					
Brasil	53.670	42,6	17,0	0,5	0,5	5,5	24,8	4,7	3,0	1,6
Norte	4.450	27,3	21,5	0,2	0,5	7,3	33,2	3,5	2,8	3,8
Nordeste	13.845	28,7	23,5	0,4	0,4	4,9	28,6	3,5	7,0	2,9
Sudeste	22.933	51,9	13,8	0,6	0,5	5,3	21,2	5,1	1,0	0,6
Sul	8.181	47,5	12,3	0,3	0,4	4,8	25,0	5,8	2,4	1,4
Centro-Oeste	4.261	44,6	16,8	0,5	0,4	7,5	22,6	5,8	1,2	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.11 – População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – Brasil, 2012

Ramos de atividade econômica	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	93.365	39.695	53.670	100,0	100,0	100,0
Agrícola	13.194	3.893	9.301	14,1	9,8	17,3
Outras atividades industriais	719	92	627	0,8	0,2	1,2
Indústria de transformação	12.386	4.640	7.746	13,3	11,7	14,4
Construção civil	8.179	235	7.944	8,8	0,6	14,8
Comércio e reparação	16.550	6.920	9.630	17,7	17,4	17,9
Alojamento e alimentação	4.439	2.509	1.930	4,8	6,3	3,6
Transporte, armazenagem e comunicação	5.243	673	4.571	5,6	1,7	8,5
Administração Pública	5.176	2.142	3.035	5,5	5,4	5,7
Educação, saúde e serviços sociais	9.093	6.999	2.094	9,7	17,6	3,9
Serviços domésticos	6.307	5.822	485	6,8	14,7	0,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.724	2.388	1.336	4,0	6,0	2,5
Outras atividades	8.285	3.373	4.913	8,9	8,5	9,2
Atividades mal definidas	69	11	58	0,1	0,0	0,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.12 – População ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola, total e distribuição percentual por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil, 2012

Posição na ocupação	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	13.194	3.893	9.301	100,0	100,0
Empregada/o com carteira assinada	1.652	222	1.429	5,7	15,4
Empregada/o sem carteira assinada	2.432	224	2.208	5,8	23,7
Conta Própria	3.908	588	3.321	15,1	35,7
Empregador/a	313	32	280	0,8	3,0
Trabalhador/a na produção para o próprio consumo	3.490	1.965	1.525	50,5	16,4
Não Remunerado	1.400	861	539	22,1	5,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

Tabela 3.13 – Rendimento-hora do trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a cor ou raça (em R\$) – Brasil, 2012

Sexo e Cor ou Raça	Grupos de anos de estudo				
	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Total	11,3	6,1	7,4	9,6	24,2
Branca	14,2	7,2	8,3	10,9	26,7
Negra	8,5	5,4	6,8	8,3	18,5
Mulheres	10,2	5,4	6,2	7,6	19,6
Branças	12,5	6,8	6,6	8,5	21,5
Negras	7,7	4,5	5,8	6,8	15,6
Homens	12,2	6,4	8,1	11,1	29,6
Branços	15,6	7,4	9,2	12,8	32,7
Negros	9,0	5,8	7,3	9,5	22,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.14 – Rendimento-hora do trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões (em R\$) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Mulheres					Homens				
	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	10,2	5,4	6,2	7,6	19,6	12,2	6,4	8,1	11,1	29,6
Norte	8,9	4,7	5,7	7,6	16,4	9,4	5,4	6,8	10,0	25,0
Nordeste	7,6	3,5	4,2	6,8	15,3	8,2	4,2	5,3	9,3	26,3
Sudeste	11,6	6,3	7,1	8,1	22,5	14,6	7,8	9,1	12,3	32,7
Sul	9,9	6,7	6,9	7,8	16,5	12,4	8,6	9,4	10,6	25,1
Centro-Oeste	11,0	5,9	5,8	7,2	21,2	13,0	7,8	9,4	11,2	28,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

Tabela 3.15 – Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, 2012

Benefícios	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	29.499.162	16.745.271	12.753.891	56,8	43,2
I. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	25.495.518	14.631.699	10.863.819	57,4	42,6
I.1. Previdenciários	24.658.626	14.361.613	10.297.013	58,2	41,8
I.1.1. Aposentadorias	16.681.596	8.166.725	8.514.871	49,0	51,0
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	4.860.823	1.434.547	3.426.276	29,5	70,5
Aposentadoria por Idade	8.766.484	5.441.950	3.324.534	62,1	37,9
Aposentadoria por Invalidez	3.054.289	1.290.228	1.764.061	42,2	57,8
I.1.2. Pensões por Morte	6.486.282	5.498.241	988.041	84,8	15,2
I.1.3. Auxílios	1.407.676	613.906	793.770	43,6	56,4
Auxílio Doença	1.329.206	584.949	744.257	44,0	56,0
Auxílio Reclusão	37.876	23.031	14.845	60,8	39,2
Auxílio Acidente	40.594	5.926	34.668	14,6	85,4
I.1.4. Salário-Maternidade	82.716	82.716	0	100,0	0,0
I.1.5. Outros	356	25	331	7,0	93,0
I.2. Acidentários	836.892	270.086	566.806	32,3	67,7
2. Benefícios Assistenciais	4.003.644	2.113.572	1.890.072	52,8	47,2

Fonte: MPAS/AEPS 2012/ AEPS InfoLogo, 2012.

Nota: Exclusive os Encargos Previdenciários da União (EPU) e os benefícios com sexo não informado.

Tabela 3.16 – Benefícios emitidos pela Previdência Social, total e distribuição percentual por situação do domicílio e por sexo – Brasil, 2012

Benefícios	Total	Urbano			Rural		
		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
			Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	29.499.162	21.234.178	54,7	45,3	8.264.984	62,0	38,0
I. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	25.495.518	17.326.978	55,2	44,8	8.168.540	61,9	38,1
I.1. Previdenciários	24.658.626	16.521.231	56,4	43,6	8.137.395	62,1	37,9
I.1.1. Aposentadorias	16.681.596	10.444.410	43,4	56,6	6.237.186	58,3	41,7
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	4.860.823	4.843.552	29,6	70,4	17.271	7,0	93,0
Aposentadoria por Idade	8.766.484	2.976.565	65,4	34,6	5.789.919	60,3	39,7
Aposentadoria por Invalidez	3.054.289	2.624.293	43,8	56,2	429.996	32,6	67,4
I.1.2. Pensões por Morte	6.486.282	4.771.004	87,4	12,6	1.715.278	77,5	22,5
I.1.3. Auxílios	1.407.676	1.236.600	43,8	56,2	171.076	42,2	57,8
Auxílio Doença	1.329.206	1.172.464	44,1	55,9	156.742	43,4	56,6
Auxílio Reclusão	37.876	34.419	59,8	40,2	3.457	71,0	29,0
Auxílio Acidente	40.594	29.717	14,1	85,9	10.877	16,1	83,9
I.1.4. Salário-Maternidade	82.716	68.861	100,0	0,0	13.855	100,0	0,0
I.1.5. Outros	356	356	7,0	93,0	0	0,0	0,0
I.2. Acidentários	836.892	805.747	32,4	67,6	31.145	28,0	72,0
2. Benefícios Assistenciais	4.003.644	3.907.200	52,4	47,6	96.444	69,2	30,8

Fonte: MPAS/AEPS 2012/ AEPS InfoLogo, 2012.

Nota: Exclusive os Encargos Previdenciários da União (EPU) e os benefícios com sexo não informado.

Tabela 3.17 – Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência dos filhas/os a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		
		Todas/os as/os filhas/os frequentam creche	Algum/a filha/o frequenta creche	Nenhum/a filha/o frequenta creche
Brasil	9.044	20,3	2,2	77,5
Norte	923	7,3	1,4	91,3
Nordeste	2.652	15,8	2,9	81,4
Sudeste	3.565	24,6	2,1	73,4
Sul	1.199	29,0	2,0	69,0
Centro-Oeste	706	17,8	1,6	80,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.18 – Mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por condição de ocupação no mercado de trabalho e frequência dos filhas/os a creche, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Todas/os as/os filhas/os frequentam creche			Algum/a filha/o frequenta creche			Nenhum/a filha/o frequenta creche		
	Total (1.000 pessoas)	Ocupadas (%)	Não ocupadas (%)	Total (1.000 pessoas)	Ocupadas (%)	Não ocupadas (%)	Total (1.000 pessoas)	Ocupadas (%)	Não ocupadas (%)
Brasil	1.834	72,9	27,1	198	48,7	51,3	7.012	42,6	57,4
Norte	68	67,6	32,4	13	46,6	53,4	842	41,5	58,5
Nordeste	418	60,4	39,6	76	47,2	52,8	2.158	38,4	61,6
Sudeste	875	73,5	26,5	74	50,6	49,4	2.616	42,7	57,3
Sul	348	85,1	14,9	23	48,1	51,9	827	50,9	49,1
Centro-Oeste	126	79,4	20,6	12	50,1	49,9	569	48,0	52,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.19 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Ocupadas		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	102.620	67,2	32,8	61.135	58,1	41,9
Norte	8.080	64,7	35,3	4.878	54,4	45,6
Nordeste	26.223	70,8	29,2	14.349	60,5	39,5
Sudeste	44.389	67,0	33,0	26.494	58,5	41,5
Sul	16.293	63,2	36,8	10.612	55,7	44,3
Centro-Oeste	7.635	66,2	33,8	4.802	57,9	42,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.20 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Média de horas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	38,3	35,7	41,8	16,3	20,8	10,0	54,5	56,5	51,8
Norte	36,5	33,1	40,5	16,6	21,8	10,5	53,1	54,9	51,0
Nordeste	35,1	32,4	39,3	18,3	23,2	10,6	53,4	55,6	50,0
Sudeste	39,6	37,3	42,8	15,8	20,0	9,9	55,4	57,3	52,7
Sul	39,5	36,8	42,8	15,2	19,9	9,3	54,7	56,7	52,1
Centro-Oeste	39,6	37,1	43,0	15,0	19,1	9,3	54,6	56,2	52,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.21 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal; média de horas gastas em afazeres domésticos; e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil, 2012

Situação do domicílio	Média de horas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	38,3	35,7	41,8	16,3	20,8	10,0	54,5	56,5	51,8
Urbano	39,2	37,1	42,3	15,8	20,0	9,9	55,0	57,1	52,2
Rural	32,5	27,1	39,2	19,1	26,3	10,1	51,6	53,3	49,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.22 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos, total e proporção por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)			
				Urbano		Rural	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	113.806	76.033	37.772	86,4	47,3	91,3	42,0
10 a 14 anos	8.972	5.697	3.275	67,0	38,3	79,8	39,6
15 a 24 anos	20.297	13.429	6.868	81,3	42,1	89,8	37,1
25 a 49 anos	52.203	34.689	17.514	91,3	50,9	95,7	42,6
50 anos ou mais	32.333	22.218	10.115	88,2	49,0	91,0	45,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.23 – Jornada média semanal em afazeres domésticos das pessoas de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total			Urbano		Rural	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	19,5	24,0	10,5	23,6	10,5	26,6	10,4
10 a 14 anos	10,3	11,9	7,6	11,4	7,5	13,8	8,1
15 a 24 anos	15,6	18,9	9,2	18,1	9,2	23,0	9,4
25 a 49 anos	20,5	25,5	10,4	24,9	10,4	30,0	10,4
50 anos ou mais	23,0	27,8	12,4	27,6	12,5	29,0	11,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

Tabela 3.24 – Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e rendimento mensal familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Mulheres			Homens		
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM
Brasil	22,5	19,1	17,0	27,3	23,8	21,2	11,2	10,8	10,1
Norte	21,7	18,6	16,8	26,9	23,3	20,9	11,1	11,4	11,2
Nordeste	23,7	20,4	17,8	28,4	24,9	21,4	11,6	11,6	10,4
Sudeste	22,3	19,4	17,2	27,0	24,0	21,4	11,0	10,9	10,2
Sul	21,1	18,3	16,5	26,2	23,2	21,2	11,2	10,2	9,5
Centro-Oeste	20,9	17,7	16,0	25,5	22,2	20,0	10,2	10,0	9,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: SM = salários mínimos.

Tabela 3.25 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas, total e proporção daquelas que realizam afazeres domésticos, por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	49.025	34.198	14.827	75,0	88,0	44,8
Norte	3.626	2.568	1.058	77,3	89,6	47,3
Nordeste	14.375	10.121	4.254	72,3	87,4	36,3
Sudeste	21.085	14.623	6.461	75,2	87,9	46,6
Sul	6.586	4.527	2.059	78,6	89,3	54,9
Centro-Oeste	3.353	2.358	995	75,2	87,5	46,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

Tabela 3.26 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas que realizam afazeres domésticos, por sexo, total e jornada média semanal em horas, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Jornada média semanal em afazeres domésticos (em horas)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	36.746	30.101	6.645	27,4	30,5	13,6
Norte	2.802	2.301	501	27,1	30,0	13,5
Nordeste	10.389	8.845	1.545	28,7	31,3	13,8
Sudeste	15.860	12.848	3.012	27,2	30,4	13,4
Sul	5.174	4.044	1.129	26,4	29,7	14,4
Centro-Oeste	2.521	2.063	459	26,0	28,9	13,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.27 – Número de famílias com pessoa de referência do sexo feminino, total e distribuição percentual por rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Até ¼ SM (*)	Mais de ¼ a ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM
Brasil	24.021	10,5	15,9	30,0	25,4	18,2
Norte	1.783	17,2	23,6	29,6	19,0	10,7
Nordeste	6.675	18,4	23,7	32,9	16,2	8,9
Sudeste	10.191	6,9	12,0	28,7	29,5	22,9
Sul	3.511	4,9	9,9	27,8	33,5	24,0
Centro-Oeste	1.860	6,6	13,3	30,8	27,1	22,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares e exclusive aquelas sem declaração de rendimento. SM = salários mínimos.

(*) Inclusive as famílias sem rendimento.

Tabela 3.28 – Número de famílias com pessoa de referência do sexo masculino, total e distribuição percentual por rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Até ¼ SM (*)	Mais de ¼ a ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM
Brasil	39.317	7,9	14,9	28,1	27,8	21,2
Norte	3.027	13,7	23,0	29,9	20,8	12,6
Nordeste	10.341	17,3	25,3	31,2	16,6	9,5
Sudeste	16.826	3,5	10,1	26,5	32,7	27,2
Sul	6.085	3,2	8,4	26,3	35,8	26,5
Centro-Oeste	3.037	3,7	11,4	29,0	30,0	25,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares e exclusive aquelas sem declaração de rendimento. SM = salários mínimos.

(*) Inclusive as famílias sem rendimento.

Tabela 3.29 – Número de famílias, total e distribuição percentual por classes de rendimento familiar per capita em salários mínimos, segundo o sexo e a cor ou raça da pessoa de referência – Brasil, 2012

Sexo e Cor ou Raça da pessoa de referência	Total (1.000 famílias)	Distribuição (%)				
		Até ¼ SM (*)	Mais de ¼ a ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM
Total	63.338	8,9	15,3	28,8	26,9	20,1
Branca	29.399	5,3	10,0	25,1	30,2	29,3
Negra	33.375	12,0	20,0	32,2	24,0	11,8
Mulheres	24.021	10,5	15,9	30,0	25,4	18,2
Branças	11.045	6,7	10,5	26,5	28,8	27,5
Negras	12.763	13,9	20,6	33,1	22,4	10,0
Homens	39.317	7,9	14,9	28,1	27,8	21,2
Branco	18.354	4,5	9,8	24,3	31,1	30,3
Negro	20.612	10,9	19,6	31,7	25,0	12,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Famílias em domicílios particulares e excluídas aquelas sem declaração de rendimento. SM = salários mínimos.

(*) Inclusive as famílias sem rendimento.

Tabela 3.30 – Beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – janeiro de 2014

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	48.229	26.962	21.266	55,9	44,1
Norte	6.321	3.454	2.867	54,6	45,4
Nordeste	23.549	13.025	10.524	55,3	44,7
Sudeste	12.182	7.008	5.174	57,5	42,5
Sul	3.496	1.950	1.545	55,8	44,2
Centro-Oeste	2.681	1.525	1.156	56,9	43,1

Fonte: DataSocial/MDS, janeiro de 2014.

Tabela 3.31 – Beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – janeiro de 2014

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)				Distribuição (%)		
	Total	Branca	Negra	Outra	Branca	Negra	Outra
Brasil	47.929	11.723	35.582	625	24,5	74,2	1,3
Norte	6.281	534	5.539	207	8,5	88,2	3,3
Nordeste	23.476	3.644	19.624	208	15,5	83,6	0,9
Sudeste	12.038	4.363	7.606	70	36,2	63,2	0,6
Sul	3.472	2.538	892	42	73,1	25,7	1,2
Centro-Oeste	2.662	644	1.920	98	24,2	72,1	3,7

Fonte: DataSocial/MDS, janeiro de 2014.

Nota: Os totais excluem os casos sem declaração de raça ou cor.

Tabela 3.32 – População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo e cor ou raça, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Mulheres			Homens		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Branças	Negras		Branços	Negros
Brasil	6.307	92,3	7,7	5.822	36,1	63,4	485	39,2	60,3
Norte	427	92,7	7,3	396	17,2	81,7	31	17,6	80,3
Nordeste	1.491	92,4	7,6	1.377	20,4	79,2	114	18,6	81,1
Sudeste	2.998	91,7	8,3	2.750	39,7	60,0	248	46,4	53,5
Sul	864	93,3	6,7	806	65,1	34,3	58	70,9	27,9
Centro-Oeste	528	93,4	6,6	493	28,2	71,0	35	22,1	77,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Os totais incluem pessoas indígenas e amarelas.

Tabela 3.33 – População ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo e posse de carteira assinada, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Mulheres			Homens		
		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
			Com carteira	Sem carteira		Com carteira	Sem carteira
Brasil	6.307	5.822	28,4	71,6	485	50,2	49,8
Norte	427	396	15,4	84,6	31	26,1	73,9
Nordeste	1.491	1.377	15,1	84,9	114	46,6	53,4
Sudeste	2.998	2.750	35,4	64,6	248	55,8	44,2
Sul	864	806	31,8	68,2	58	42,9	57,1
Centro-Oeste	528	493	32,1	67,9	35	55,7	44,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.34 – Empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, total e proporção daquelas com menos de 4 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
Brasil	5.822	2.104	3.690	20,1	17,0	21,8
Norte	396	68	323	21,1	17,7	21,4
Nordeste	1.377	281	1.091	26,2	25,9	26,4
Sudeste	2.750	1.091	1.649	17,9	15,4	19,6
Sul	806	525	277	17,1	14,7	21,5
Centro-Oeste	493	139	350	19,2	20,1	18,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.35 – Rendimento médio em todos os trabalhos das empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões (em R\$) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Branca	Negra
Brasil	579,81	637,30	546,15
Norte	456,31	494,14	448,39
Nordeste	388,45	392,67	387,20
Sudeste	663,78	683,97	648,57
Sul	663,44	692,67	606,94
Centro-Oeste	616,59	630,27	611,22

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Exclusive as pessoas sem rendimento.

Tabela 3.36 – Rendimento médio em todos os trabalhos da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no trabalho doméstico, por sexo, segundo as Grandes Regiões (em R\$) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	600,22	579,81	848,45
Norte	469,93	456,31	639,47
Nordeste	408,19	388,45	651,05
Sudeste	687,55	663,78	957,65
Sul	675,27	663,44	838,75
Centro-Oeste	638,27	616,59	944,14

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Nota: Exclusive as pessoas sem rendimento.

Tabela 3.37 – População ocupada de 5 a 15 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Mulheres (1.000 pessoas)			Homens (1.000 pessoas)		
	5 a 9 anos	10 a 13 anos	14 e 15 anos	5 a 9 anos	10 a 13 anos	14 e 15 anos	5 a 9 anos	10 a 13 anos	14 e 15 anos
Brasil	96	473	875	31	147	274	65	327	601
Norte	25	89	127	6	29	42	19	60	84
Nordeste	40	208	319	13	59	89	27	149	230
Sudeste	17	89	234	6	28	82	11	61	152
Sul	9	64	125	5	23	37	4	41	88
Centro-Oeste	5	22	70	1	8	23	4	14	47

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 3.38 - População de 10 a 15 anos de idade ocupada, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – Brasil, 2012

Ramos de atividade econômica	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	1.348	420	928	100,0	100,0	100,0
Agrícola	587	124	463	43,6	29,6	49,9
Outras atividades industriais	2	1	1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	108	36	72	8,0	8,5	7,7
Construção civil	65	-	65	4,8	-	7,0
Comércio e reparação	287	77	209	21,3	18,4	22,6
Alojamento e alimentação	84	33	51	6,2	7,9	5,5
Transporte, armazenagem e comunicação	23	2	21	1,7	0,4	2,3
Administração Pública	3	1	2	0,2	0,2	0,2
Educação, saúde e serviços sociais	12	9	3	0,9	2,2	0,3
Serviços domésticos	111	100	12	8,3	23,7	1,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	37	28	9	2,8	6,7	1,0
Outras atividades	27	9	18	2,0	2,2	1,9
Atividades mal definidas	2	-	2	0,2	-	0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Educação para a Igualdade e Cidadania

Tabela 4.1 – Taxa de alfabetização, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total				Mulheres				Homens			
	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	98,2	98,6	94,3	81,4	98,8	99,0	95,5	81,0	97,6	98,2	93,0	81,9
Norte	96,7	98,1	93,3	73,5	97,9	98,6	94,4	73,7	95,6	97,7	92,1	73,3
Nordeste	96,5	97,3	86,4	63,9	97,9	98,4	89,7	65,6	95,2	96,2	82,9	62,0
Sudeste	99,5	99,3	97,7	89,0	99,5	99,4	98,2	87,6	99,4	99,2	97,3	90,7
Sul	99,2	99,5	97,9	90,0	99,5	99,4	98,0	88,7	98,9	99,5	97,9	91,5
Centro-Oeste	99,2	99,4	96,5	82,2	99,6	99,5	97,2	81,7	98,9	99,3	95,9	82,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.2 – Taxa de alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total			Mulheres			Homens		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Total	84,0	86,0	72,7	84,8	86,4	74,6	83,2	85,6	70,9
10 a 14 anos	98,2	98,7	96,1	98,8	99,1	97,5	97,6	98,2	94,6
15 a 24 anos	98,6	99,0	96,3	99,0	99,2	97,6	98,2	98,8	95,2
25 a 49 anos	94,3	96,1	82,9	95,5	96,7	86,9	93,0	95,4	79,1
50 a 59 anos	88,2	91,2	70,3	88,6	90,9	72,7	87,8	91,6	67,9
60 a 69 anos	80,1	84,2	58,3	79,6	83,0	57,8	80,6	85,7	58,8
70 anos ou mais	70,1	74,4	46,5	69,4	73,2	43,7	71,1	76,2	49,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.3 – Taxa de alfabetização, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total			Mulheres			Homens		
	Total	Branca	Negra	Total	Branças	Negras	Total	Branços	Negros
Total	84,0	86,8	81,5	84,8	87,2	82,4	83,2	86,3	80,6
10 a 14 anos	98,2	99,0	97,7	98,8	99,5	98,5	97,6	98,6	97,0
15 a 24 anos	98,6	99,3	98,1	99,0	99,4	98,8	98,2	99,2	97,6
25 a 49 anos	94,3	97,1	91,8	95,5	97,8	93,4	93,0	96,4	90,2
50 a 59 anos	88,2	93,9	82,4	88,6	94,0	82,7	87,8	93,7	82,2
60 a 69 anos	80,1	88,5	70,0	79,6	88,1	69,4	80,6	89,1	70,8
70 anos ou mais	70,1	80,1	56,4	69,4	78,8	55,4	71,1	82,2	57,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.4 – Taxa de frequência bruta à creche ou pré-escola das crianças de 0 a 5 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	0 a 3 anos			4 e 5 anos		
	Total	Meninas	Meninos	Total	Meninas	Meninos
Brasil	21,2	21,2	21,1	78,2	78,4	77,9
Norte	7,9	8,1	7,7	63,0	65,2	61,0
Nordeste	17,2	17,2	17,1	84,0	84,1	83,9
Sudeste	25,6	25,6	25,5	82,0	81,3	82,6
Sul	30,3	30,4	30,1	71,0	72,4	69,6
Centro-Oeste	19,0	18,5	19,6	70,6	71,1	70,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.5 – Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	92,5	54,0	15,1	92,4	59,8	17,4	92,6	48,4	12,9
Norte	91,2	42,4	10,8	91,0	50,5	13,1	91,3	35,4	8,4
Nordeste	91,9	44,8	11,2	91,7	52,0	13,5	92,1	37,7	8,8
Sudeste	93,3	62,5	16,6	93,2	66,3	18,5	93,5	58,9	14,7
Sul	92,6	57,1	19,8	92,4	64,0	22,7	92,9	50,0	17,1
Centro-Oeste	92,3	58,5	19,2	92,6	62,6	22,1	92,0	54,7	16,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.6 – Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo a cor ou raça – Brasil, 2012

Cor ou Raça	Total			Mulheres			Homens		
	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Total	92,5	54,0	15,1	92,4	59,8	17,4	92,6	48,4	12,9
Branca	92,8	62,9	22,1	92,7	67,1	24,6	92,9	58,5	19,7
Negra	92,3	47,8	9,6	92,1	54,2	11,6	92,5	41,9	7,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.7 – Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas e distribuição percentual por sexo, segundo o nível de ensino – Brasil, 2013

Nível de ensino	Proporção de pessoas matriculadas em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Educação infantil	28,6	48,0	52,0
Ensino fundamental	11,1	46,7	53,3
Ensino médio	4,6	56,0	44,0

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Tabela 4.8 – Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas na educação infantil e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas na educação infantil em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Meninas	Meninos
Brasil	28,6	48,0	52,0
Norte	6,8	48,0	52,0
Nordeste	10,6	47,4	52,6
Sudeste	36,4	48,1	51,9
Sul	54,1	48,3	51,7
Centro-Oeste	29,4	47,7	52,3

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Tabela 4.9 – Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino fundamental e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino fundamental em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	11,1	46,7	53,3
Norte	12,4	46,2	53,8
Nordeste	14,6	46,5	53,5
Sudeste	8,6	47,1	52,9
Sul	9,4	47,3	52,7
Centro-Oeste	10,8	46,3	53,7

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Tabela 4.10 – Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral em relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio em tempo integral (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	4,6	56,0	44,0
Norte	4,2	52,1	47,9
Nordeste	8,3	57,5	42,5
Sudeste	3,0	58,1	41,9
Sul	3,2	46,9	53,1
Centro-Oeste	2,2	52,5	47,5

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Tabela 4.11 – Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio integrado à educação profissional com relação ao total de pessoas matriculadas no ensino médio e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Proporção de pessoas matriculadas no ensino médio integrado à educação profissional (%)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	3,9	50,8	49,2
Norte	2,8	48,3	51,7
Nordeste	6,3	55,4	44,6
Sudeste	3,2	47,8	52,2
Sul	5,3	46,0	54,0
Centro-Oeste	3,2	48,9	51,1

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Nota: Há a possibilidade da/o aluna/o ter mais de uma matrícula.

Tabela 4.12 – Pessoas matriculadas na educação profissional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	1.103	53,8	46,2
Norte	62	59,9	40,1
Nordeste	145	56,0	44,0
Sudeste	654	53,4	46,6
Sul	179	50,3	49,7
Centro-Oeste	62	55,9	44,1

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2013.

Nota: Há a possibilidade do aluno ter mais de uma matrícula.

Tabela 4.13 – Pessoas matriculadas em cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – Brasil, 2012

Grande área	Matrículas (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	1.398	53,1	46,9
Desenvolvimento educacional e social	9	83,4	16,6
Ambiente e saúde	320	82,0	18,0
Turismo, hospitalidade e lazer	27	73,0	27,0
Produção cultural e design	34	67,3	32,7
Produção alimentícia	20	66,8	33,2
Gestão e negócios	257	66,4	33,6
Segurança do trabalho	104	52,7	47,3
Produção industrial	22	46,7	53,3
Infraestrutura	59	40,3	59,7
Recursos naturais	91	39,3	60,7
Informação e comunicação	180	37,7	62,3
Controle e processos industriais	272	19,4	80,6
Militar	2	8,8	91,2

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2012.

Nota: Inclui as modalidades educação profissional, ensino médio integrado à educação profissional e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio do Ensino Regular, excluindo 761 matrículas na Educação Especial (0,05% do total geral de matrículas).

Tabela 4.14 – Pessoas concluintes de cursos profissionalizantes, total e distribuição percentual por sexo, segundo a grande área – Brasil, 2012

Grande área	Concluintes	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	338.970	54,5	45,5
Desenvolvimento educacional e social	3.174	87,1	12,9
Ambiente e saúde	85.700	83,6	16,4
Turismo, hospitalidade e lazer	6.499	74,6	25,4
Produção cultural e design	6.486	68,9	31,1
Gestão e negócios	68.536	67,8	32,2
Produção alimentícia	3.795	64,9	35,1
Segurança do trabalho	26.699	52,4	47,6
Produção industrial	5.246	44,4	55,6
Informação e comunicação	37.252	37,6	62,4
Infraestrutura	10.508	36,1	63,9
Recursos naturais	20.123	35,7	64,3
Controle e processos industriais	64.136	16,9	83,1
Militar	816	7,5	92,5

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar, 2012.

Nota: Inclui as modalidades educação profissional, ensino médio integrado à educação profissional e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio do Ensino Regular, excluindo 350 pessoas concluintes na Educação Especial (0,01% do total geral de concluintes).

Tabela 4.15 – Ingressos, matrículas e concluintes nos cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância), total e distribuição percentual, segundo o sexo – Brasil, 2012

Sexo	Ingressos		Matrículas		Concluintes	
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)
Total	2.747	100,0	7.038	100,0	1.050	100,0
Mulheres	1.541	56,1	4.028	57,2	643	61,2
Homens	1.206	43,9	3.009	42,8	407	38,8

Fonte: MEC/Inep/DEED, Censo do Ensino Superior, 2012.

Tabela 4.16 – Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com maior número de matrículas, total e distribuição percentual por sexo, segundo o curso – Brasil, 2012

Curso*	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Administração	1.330.519	55,5	44,5
Direito	737.271	53,1	46,9
Engenharia	716.898	26,5	73,5
Pedagogia	608.794	92,0	8,0
Ciências contábeis	313.174	57,8	42,2
Enfermagem	236.713	84,7	15,3
Comunicação social	217.159	55,7	44,3
Educação física	186.668	41,3	58,7
Letras	183.770	74,9	25,1
Ciência da computação	173.418	15,5	84,5
Serviço social e orientação	172.979	90,9	9,1
Ciências biológicas	165.014	71,2	28,8
Psicologia	162.280	81,2	18,8
Medicina	111.530	54,8	45,2
Fisioterapia	102.656	79,9	20,1

Fonte: MEC/Inep/DEED, Censo do Ensino Superior, 2012.

*Classificação INEP.

Tabela 4.17 – Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (cursos presenciais e a distância) com equilibrada distribuição entre os sexos, total e distribuição percentual por sexo, segundo os cursos – Brasil, 2012

Curso*	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Finanças, bancos e seguros	138	50,0	50,0
Geografia	59.400	49,9	50,1
Ciência política	1.235	50,2	49,8
Arqueologia	824	51,0	49,0
Formação de professor de disciplinas profissionais (geral)	3.895	48,9	51,1
Ciências ambientais e proteção ambiental	50.200	48,4	51,6
Gerenciamento, comércio e vendas	24.613	47,8	52,2
História	86.535	52,3	47,7
Produção agrícola e pecuária	30.997	47,0	53,0
Direito	737.271	53,1	46,9

Fonte: MEC/Inep/DEED, Censo do Ensino Superior, 2012.

*Classificação INEP.

Tabela 4.18 – Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (presenciais e a distância) com maior concentração de matrículas do sexo feminino, total e distribuição percentual por sexo, segundo os cursos – Brasil, 2012

Cursos*	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Serviços de beleza	24.628	97,6	2,4
Pedagogia	608.794	92,0	8,0
Nutrição	71.684	91,8	8,2
Secretariado	15.401	91,5	8,5
Serviço social e orientação	172.979	90,9	9,1
Fonoaudiologia	9.366	90,5	9,5
Ciências domésticas	788	87,9	12,1
Enfermagem	236.713	84,7	15,3
Terapia e reabilitação	6.220	84,6	15,4
Ciências da educação	268	83,6	16,4
Psicologia	162.280	81,2	18,8
Fisioterapia	102.656	79,9	20,1
Saúde (cursos gerais)	1.938	75,3	24,7
Letras	183.770	74,9	25,1
Artes (geral)	8.999	74,0	26,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo do Ensino Superior, 2012.

*Classificação INEP.

Tabela 4.19 – Matrículas em cursos de graduação do ensino superior (presenciais e a distância) com maior concentração de matrículas do sexo masculino, total e distribuição percentual por sexo, segundo os cursos – Brasil, 2012

Cursos	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Formação Militar	189	10,6	89,4
Mecânica	5.702	12,5	87,5
Profissões industriais	36.582	13,6	86,4
Eletrônica	10.114	13,9	86,1
Construção e manutenção de veículos a motor	2.050	14,5	85,5
Ciência da computação	173.418	15,5	84,5
Análise de sistemas	73.542	16,4	83,6
Sistemas de informação	25.074	17,4	82,6
Uso do computador	9.908	19,0	81,0
Transportes e serviços (cursos gerais)	7.203	19,2	80,8
Materiais (madeira, papel, plástico, vidro)	1.914	25,8	74,2
Religião e teologia	15.837	26,1	73,9
Engenharia	716.898	26,5	73,5
Agronomia	60.485	29,9	70,1
Construção civil	7.116	30,2	69,8

Fonte: MEC/Inep/DEED, Censo do Ensino Superior, 2012.

*Classificação INEP.

Tabela 4.20 – Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no país, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades – Brasil, 2012

Modalidades	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total ⁽¹⁾	44.712,9	43.779,7	50,5	49,5
Iniciação Científica - IC	20.442,1	15.948,5	56,2	43,8
Mestrado - GM	5.180,6	4.684,4	52,5	47,5
Doutorado - GD	4.739,4	4.623,0	50,6	49,4
Pós-Doutorado - PD ⁽²⁾	889,1	658,9	57,4	42,6
Produtividade em Pesquisa – PQ	4.838,1	8.875,7	35,3	64,7
Desenvolvimento Tecnológico Empresarial - DTE ⁽³⁾	4.504,5	5.101,8	46,9	53,1
Outras ⁽⁴⁾	4.119,1	3.887,4	51,4	48,6

Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Nota: Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: nº de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 18 mensalidades/12 meses = 1,5 bolsas-ano.

(1) Não corresponde à totalidade das bolsas, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da/o bolsista.

(2) Inclui Pós-Doutorado Júnior, Sênior e Pós-Doutorado.

(3) Inclui DTI, EV, ITI, PDI, SWI, EXP, ATP, DT, DTS e DCNM (bolsas atuais ou extintas).

(4) Inclui as demais modalidades de bolsas no país, inclusive bolsas dos programas de capacitação institucional do MCT (PCI) e do CNPq.

Tabela 4.21 – Bolsas-ano concedidas pelo CNPq no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as principais modalidades – Brasil, 2012

Modalidades	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total ⁽¹⁾	1.053,9	1.284,8	45,1	54,9
Doutorado - GDE	53,6	92,0	36,8	63,2
Doutorado Sanduíche - SWE	122,9	140,5	46,7	53,3
Estágio Sênior/Júnior - EST	3,0	8,2	27,1	72,9
Aperfeiçoamento / Estágio / Especialização - APE	0,4	1,0	30,3	69,7
Pós-Doutorado - PDE	127,5	167,4	43,2	56,8
Graduação Sanduíche	746,4	875,7	46,0	54,0

Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Nota: Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo).

O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: nº de mensalidades pagas no ano / 12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 18 mensalidades / 12 meses = 1,5 bolsas-ano.

(1) Não corresponde à totalidade das bolsas, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da/o bolsista.

Tabela 4.22 – Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa concedidas pelo CNPq, total e distribuição percentual por sexo, segundo a categoria/nível – Brasil, 2012

Categoria/ Nível ⁽¹⁾	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	4.838,1	8.875,7	35,3	64,7
Sênior	16,3	59,0	21,6	78,4
IA	259,6	846,6	23,5	76,5
IB	368,4	787,2	31,9	68,1
IC	413,9	823,7	33,4	66,6
ID	574,2	1.153,6	33,2	66,8
2	3.122,2	5.076,1	38,1	61,9
2F	83,6	129,6	39,2	60,8

Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Notas: Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais. Não corresponde à totalidade das bolsas PQ, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da/o bolsista. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: nº de mensalidades pagas no ano / 12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 18 mensalidades / 12 meses = 1,5 bolsas-ano.

(1) As bolsas da categoria Sênior são destinadas a pesquisadoras/es que se destacam como líderes e são reconhecidas/os como paradigma em sua área de atuação. As bolsas de categoria I são designadas a pesquisadoras/es com no mínimo oito anos de doutorado e os níveis A, B, C e D são definidos, com base comparativa entre seus pares, no que se refere à produção científica, formação de pós-graduandos, contribuição científica, coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de administração de instituições científicas. As bolsas de categoria 2, por sua vez, são reservadas a pesquisadores com no mínimo três anos de doutorado, com base em sua produtividade, publicações e orientações.

Tabela 4.23 – Bolsas-ano no país e no exterior, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões ⁽¹⁾	Total		Distribuição (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total ⁽²⁾	45.766,7	45.064,6	50,4	49,6
Norte	2.313,0	1.918,6	54,7	45,3
Nordeste	8.340,0	8.207,1	50,4	49,6
Sudeste	22.320,9	22.938,1	49,3	50,7
Sul	8.192,4	7.756,8	51,4	48,6
Centro-Oeste	3.967,8	3.499,6	53,1	46,9
Não informado ⁽³⁾	632,6	744,4	45,9	54,1

Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Notas: Inclui as bolsas custeadas com recursos dos fundos setoriais; Não inclui as bolsas de curta duração (fluxo contínuo). O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro: n° de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano. Desta forma, o número de bolsas pode ser fracionário. Exemplo: 18 mensalidades/12 meses = 1,5 bolsas-ano.

(1) Bolsas no país: região de destino. Bolsas no exterior: região da instituição de vínculo ou do endereço do bolsista no Brasil.

(2) Não corresponde à totalidade das bolsas no país, pois não inclui aquelas sem informação do sexo da/o bolsista.

(3) Inclusive as bolsas dos programas de capacitação institucional do MCT (PCI) e do CNPq.

Tabela 4.24 – Pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
					Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	83.022	43.095	39.926	80.391	52,0	48,0	2.631	50,0	50,0
Norte	3.891	1.999	1.892	3.758	51,3	48,7	133	53,0	47,0
Nordeste	14.346	7.620	6.727	13.721	53,2	46,8	626	51,0	49,0
Sudeste	44.411	22.990	21.422	43.544	51,9	48,1	867	47,1	52,9
Sul	13.563	6.989	6.574	12.733	51,5	48,5	830	51,8	48,2
Centro-Oeste	6.810	3.499	3.312	6.635	51,4	48,6	175	50,3	49,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.25 – Pessoas em domicílios particulares permanentes com microcomputador e acesso à internet, proporção por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	42,2	42,7	41,8	48,2	48,3	48,2	8,8	9,2	8,5
Norte	23,3	24,1	22,5	29,9	30,3	29,6	3,2	3,7	2,8
Nordeste	26,3	27,1	25,4	34,3	34,7	33,8	4,3	4,5	4,1
Sudeste	53,8	53,9	53,8	56,6	56,4	56,8	15,5	15,5	15,6
Sul	48,4	48,7	48,1	53,3	53,3	53,4	20,0	21,2	18,9
Centro-Oeste	46,2	46,8	45,6	49,9	50,0	49,8	12,0	13,3	11,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.26 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Urbano			Rural		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	82.974	51,5	48,5	78.705	51,5	48,5	4.269	51,1	48,9
Norte	5.326	51,1	48,9	4.968	51,2	48,8	358	50,1	49,9
Nordeste	16.739	53,0	47,0	15.279	52,8	47,2	1.460	55,0	45,0
Sudeste	41.040	51,1	48,9	39.856	51,2	48,8	1.185	47,2	52,8
Sul	12.970	50,9	49,1	11.981	50,9	49,1	989	50,7	49,3
Centro-Oeste	6.898	51,1	48,9	6.622	51,1	48,9	276	49,8	50,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.27 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, proporção por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	49,2	48,9	49,6	54,7	53,7	55,9	17,2	18,3	16,1
Norte	39,2	40,2	38,3	48,0	48,1	47,9	11,1	12,0	10,3
Nordeste	36,4	37,0	35,7	44,9	44,5	45,3	12,2	13,8	10,7
Sudeste	57,0	55,9	58,3	59,3	57,9	60,9	24,9	24,9	24,8
Sul	53,0	52,1	53,8	57,5	56,0	59,1	27,1	28,2	26,0
Centro-Oeste	54,9	54,9	54,8	58,3	57,7	59,0	22,6	25,0	20,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.28 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal, total e distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Urbano			Rural		
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)		Total (1.000 pessoas)	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Brasil	122.652	52,2	47,8	111.648	52,6	47,4	11.005	47,9	52,1
Norte	8.769	51,5	48,5	7.752	52,2	47,8	1.018	46,2	53,8
Nordeste	29.211	53,9	46,1	24.773	54,3	45,7	4.438	51,6	48,4
Sudeste	55.507	52,0	48,0	52.858	52,3	47,7	2.650	45,8	54,2
Sul	18.911	51,1	48,9	16.737	51,9	48,1	2.174	44,9	55,1
Centro-Oeste	10.254	51,3	48,7	9.528	51,9	48,1	726	43,5	56,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 4.29 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone celular para uso pessoal, proporção por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total			Urbano			Rural		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	72,7	73,3	72,1	77,7	77,9	77,4	44,3	44,3	44,3
Norte	64,6	66,6	62,6	74,9	76,5	73,3	31,5	31,6	31,4
Nordeste	63,5	65,7	61,0	72,8	74,3	71,1	37,1	39,2	35,0
Sudeste	77,1	76,8	77,5	78,7	78,3	79,1	55,6	54,0	57,0
Sul	77,2	76,3	78,1	80,3	79,8	80,8	59,5	54,9	63,8
Centro-Oeste	81,6	82,0	81,1	83,9	84,3	83,6	59,4	57,5	61,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Saúde Integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Tabela 5.1 – Mulheres de 15 a 49 anos de idade que usam algum tipo de método anticonceptivo, proporção e distribuição percentual por tipo de método, segundo os grupos de idade – Brasil, 2006

Grupos de idade	Proporção (%)	Distribuição percentual por tipo de método (%)				
	Utiliza algum método	Pílula	Esterilização Feminina	Esterilização Masculina	Preservativo Masculino	Demais métodos
Total	67,8	22,1	21,8	3,3	12,9	7,7
15 a 19 anos	36,7	18,0	0,0	0,1	13,9	4,6
20 a 24 anos	66,1	36,7	2,3	0,3	17,5	9,4
25 a 29 anos	71,8	34,2	12,4	2,3	13,3	9,5
30 a 34 anos	78,5	22,8	26,7	5,7	13,2	10,1
35 a 39 anos	79,4	16,7	37,8	5,6	10,4	8,9
40 a 44 anos	80,1	12,7	41,3	6,7	12,5	6,8
45 a 49 anos	67,1	6,4	45,7	3,6	7,1	4,2

Fonte: Ministério da Saúde, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), 2006.

Tabela 5.2 – Distribuição percentual de nascidas/os vivas/os, por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Distribuição (%)				
	Menor de 15 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais
Brasil	1,0	18,3	50,6	27,8	2,3
Norte	1,7	24,9	52,2	19,6	1,6
Nordeste	1,3	20,9	51,7	24,0	2,1
Sudeste	0,6	15,3	49,4	31,9	2,7
Sul	0,7	16,4	49,3	30,9	2,7
Centro-Oeste	0,9	18,2	52,2	26,9	1,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.3 – Distribuição percentual de nascidas/os vivas/os, por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Distribuição (%)			
	Nenhuma consulta	1 a 3 consultas	4 a 6 consultas	7 ou mais consultas
Brasil	3,0	7,3	27,3	62,4
Norte	5,9	15,0	38,1	41,0
Nordeste	4,6	9,5	35,7	50,2
Sudeste	1,6	4,7	21,0	72,6
Sul	1,4	4,8	20,1	73,7
Centro-Oeste	3,0	6,3	26,3	64,4

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de consultas (1,2%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.4 – Proporção de nascidas/os vivas/os cujas mães tiveram sete ou mais consultas no pré-natal, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)					
	Total	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Brasil	62,4	68,3	74,9	24,3	54,8	56,4
Norte	41,0	56,4	54,5	14,6	40,7	39,2
Nordeste	50,2	52,1	62,8	26,3	48,9	43,3
Sudeste	72,6	74,1	78,4	58,6	66,9	63,5
Sul	73,7	79,8	75,3	42,6	68,1	60,8
Centro-Oeste	64,4	67,3	73,1	26,4	61,8	57,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de consultas (1,2%) e de cor ou raça da mãe não declarada (7,3%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.5 – Distribuição percentual de partos, por local de realização, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Distribuição (%)			
	Hospital	Outro estabelecimento de saúde	Domicílio	Outros
Brasil	98,1	0,9	0,8	0,1
Norte	94,1	1,3	4,3	0,3
Nordeste	97,6	1,5	0,8	0,1
Sudeste	99,0	0,7	0,2	0,1
Sul	99,5	0,3	0,2	0,1
Centro-Oeste	98,9	0,4	0,6	0,1

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de local de parto (0,04%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.6 – Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por grupos de idade materna, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)					
	Total	Menor de 15 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais
Brasil	55,7	39,8	40,9	54,4	67,6	67,4
Norte	44,7	35,0	35,6	45,5	54,4	49,3
Nordeste	48,6	38,1	36,7	48,0	59,9	58,1
Sudeste	60,7	41,5	43,6	58,5	71,7	73,5
Sul	61,7	46,2	46,7	59,9	72,0	71,7
Centro-Oeste	61,5	45,7	47,7	60,7	72,1	71,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e idade materna (0,3%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.7 – Nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, proporção e variação relativa, segundo os grupos de idade materna – Brasil, 2000 e 2012

Grupos de idade materna	2000	2012	Variação relativa (%) 2000-2012
Total	38,1	55,7	46,2
Menor de 15 anos	26,9	39,8	47,9
15 a 19 anos	26,4	40,9	54,9
20 a 29 anos	38,4	54,4	41,7
30 a 39 anos	50,0	67,6	35,2
40 anos ou mais	42,4	67,4	59,0

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e idade materna (0,3%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.8 – Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por cor ou raça da mãe, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)				
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Brasil	58,6	67,1	18,0	48,7	48,3
Norte	54,5	63,7	10,6	44,1	42,4
Nordeste	46,5	63,5	26,9	46,1	38,9
Sudeste	60,2	69,0	32,5	52,1	52,6
Sul	71,5	63,6	37,6	53,1	49,9
Centro-Oeste	67,7	75,8	18,7	56,0	52,6

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e cor ou raça da mãe (7,6%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.9 – Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, por escolaridade da mãe, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)				
	Sem escolaridade	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	15,3	24,1	32,6	47,6	64,5
Norte	11,9	18,4	24,1	37,9	52,5
Nordeste	11,4	17,0	23,2	38,5	53,8
Sudeste	27,9	34,1	38,8	52,2	69,1
Sul	23,3	29,7	35,9	48,2	64,7
Centro-Oeste	24,2	32,6	36,4	50,2	68,1

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), 2012.

Nota: Exclui os casos com informação ignorada de tipo de parto e escolaridade da mãe (2,6%). Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.10 – Razão de mortalidade materna (RMM) por tipo de causa obstétrica e causas específicas (por 100.000 nascidas/os vivas/os) – Brasil, 2011

Causas de morte	2011
Razão de Mortalidade Materna	63,9
Causas Obstétricas Diretas	42,4
Aborto	3,1
Hemorragia	7,3
Hipertensão	12,9
Infecção puerperal	4,2
Outras causas obstétricas diretas	14,8
Causas Obstétricas Indiretas	19,1
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	5,6
Outras causas obstétricas indiretas	13,4
Causas Obstétricas Não Especificadas	2,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2011.

Tabela 5.11 – Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica e por tipo de causa específica – Brasil, 2000 e 2012

Causas de morte	Distribuição (%)	
	2000	2012
Causas Obstétricas Diretas	75,2	66,0
Aborto	5,4	4,4
Hemorragia	15,2	12,1
Hipertensão	26,4	20,6
Infecção puerperal	7,7	7,0
Outras causas obstétricas diretas	20,5	21,9
Causas Obstétricas Indiretas	21,2	30,9
Doenças do aparelho circulatório complicando a gestação, parto e puerpério	6,1	6,8
Outras causas obstétricas indiretas	15,1	24,1
Causas Obstétricas Não Especificadas	3,6	3,2

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.12 – Distribuição percentual da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Distribuição (%)		
	Causa direta	Causa indireta	Causa não especificada
Brasil	66,0	30,9	3,2
Norte	72,1	25,3	2,6
Nordeste	70,3	27,5	2,1
Sudeste	60,6	35,7	3,7
Sul	61,4	31,5	7,1
Centro-Oeste	67,2	32,0	0,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.13 – Mortalidade materna, total e distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)				
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 anos ou mais
Brasil	1.536	1,4	12,9	41,3	35,9	8,3
Norte	190	27,3	16,7	13,4	9,4	10,9
Nordeste	516	59,1	35,9	33,6	31,9	33,6
Sudeste	518	4,5	30,3	32,5	36,6	36,7
Sul	184	4,5	10,6	11,2	13,6	12,5
Centro-Oeste	128	4,5	6,6	9,3	8,5	6,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Exclui 2 (dois) casos com idade ignorada. Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.14 – Mortalidade materna, total e distribuição, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)				
		Amarela	Branca	Indígena	Negra	Não Informada
Brasil	1.536	0,2	34,0	1,3	60,1	4,4
Norte	190	0,0	15,3	6,3	73,2	5,3
Nordeste	516	0,2	20,0	0,8	73,1	6,0
Sudeste	518	0,4	40,2	0,0	56,2	3,3
Sul	184	0,0	78,3	0,5	20,1	1,1
Centro-Oeste	128	0,0	30,5	2,3	60,9	6,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.15 – Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Distribuição (%)		
	Causa direta	Causa indireta	Causa não especificada
Total	66,0	30,9	3,2
10 a 14 anos	59,1	27,3	13,6
15 a 19 anos	66,2	31,8	2,0
20 a 34 anos	66,6	30,4	3,0
35 a 39 anos	62,6	34,0	3,4
40 anos ou mais	68,5	27,7	3,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.16 – Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento adequado, total e proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)					
				Sexo			Cor ou Raça		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Branca	Negra	Outra
Brasil	115.526	60.472	55.054	58,8	59,9	57,6	68,3	50,4	61,7
Norte	2.455	1.279	1.176	14,7	15,4	14,0	19,2	13,5	10,6
Nordeste	20.289	10.765	9.524	37,2	38,3	36,0	43,0	34,9	39,4
Sudeste	70.037	36.579	33.459	84,9	85,7	84,0	88,2	80,8	87,2
Sul	16.277	8.494	7.784	58,1	59,2	56,9	59,0	54,9	66,9
Centro-Oeste	6.468	3.355	3.113	43,9	44,9	42,8	48,7	40,4	50,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 5.17 – Prevalência de consumo abusivo de álcool, por sexo, segundo as Grandes Regiões (capitais) – 2012

Grandes Regiões (capitais)	Prevalência (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	18,4	10,3	27,9
Norte	16,6	8,2	25,8
Nordeste	20,5	11,0	31,9
Sudeste	18,1	10,5	27,0
Sul	15,2	8,2	23,4
Centro-Oeste	19,3	11,5	28,0

Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2012.

Nota: Refere-se ao percentual de adultos (18 anos ou mais de idade) com consumo abusivo de álcool. As proporções são calculadas desconsiderando os casos sem declaração e os não aplicáveis. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para os anos respectivos.

Tabela 5.18 – Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que consumiram bebida alcoólica pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	26,1	26,9	25,2
Norte	21,2	21,1	21,4
Nordeste	22,9	22,6	23,1
Sudeste	26,1	27,4	24,8
Sul	33,3	35,0	31,4
Centro-Oeste	28,1	29,8	26,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 5.19 – Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que fumaram cigarros pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,1	5,0	5,1
Norte	3,8	3,1	4,7
Nordeste	2,9	2,4	3,5
Sudeste	5,5	5,9	5,1
Sul	7,6	8,1	7,0
Centro-Oeste	6,4	5,9	7,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 5.20 – Prevalência de excesso de peso na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde – OMS, por sexo, segundo grupos de idade – Brasil, 2008-2009

Grupos de idade	Prevalência (%)		
	Total	Mulheres	Homens
20 a 24 anos	27,3	24,2	30,2
25 a 29 anos	38,2	33,9	42,5
30 a 34 anos	47,3	42,2	52,7
35 a 44 anos	52,8	50,0	55,8
45 a 54 anos	58,3	58,0	58,7
55 a 64 anos	60,7	63,0	58,0
65 a 74 anos	56,2	59,5	52,2
75 anos ou mais	48,6	51,9	43,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2008-2009.

Tabela 5.21 – Prevalência de obesidade na população de 20 anos de idade ou mais, de acordo com os critérios da Organização Mundial da Saúde – OMS, por sexo, segundo grupos de idade – Brasil, 2008-2009

Grupos de idade	Prevalência (%)		
	Total	Mulheres	Homens
20 a 24 anos	5,6	6,1	5,1
25 a 29 anos	9,7	10,0	9,3
30 a 34 anos	13,1	13,3	12,9
35 a 44 anos	15,6	17,4	13,6
45 a 54 anos	19,3	21,5	16,8
55 a 64 anos	21,3	26,0	15,9
65 a 74 anos	17,9	22,4	12,4
75 anos ou mais	15,8	18,6	11,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2008-2009.

Tabela 5.22 – Prevalência de diabetes melito e hipertensão arterial por sexo, segundo as Grandes Regiões (capitais) – 2012

Grandes Regiões (capitais)	Prevalência de diabetes melito (%)			Prevalência de hipertensão arterial (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	11,7	12,2	11,0	24,3	26,9	21,3
Norte	8,4	9,2	7,3	18,7	20,9	16,3
Nordeste	10,7	10,4	11,1	23,9	26,4	20,9
Sudeste	12,9	13,8	11,7	25,8	28,8	22,2
Sul	12,5	12,4	12,7	24,7	27,2	21,7
Centro-Oeste	10,5	11,4	9,4	24,1	25,4	22,6

Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2012.

Nota: Prevalência de hipertensão arterial refere-se ao percentual de adultos (18 anos ou mais de idade) com diagnóstico médico prévio de hipertensão arterial. Prevalência de diabetes melito diz respeito ao percentual de adultos (35 anos ou mais de idade) que referiram ter diabetes. As proporções são calculadas desconsiderando os casos sem declaração e os não aplicáveis. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para os anos respectivos.

Tabela 5.23 – Prevalência de diabetes melito e hipertensão arterial por sexo, segundo os grupos de idade – 2012

Grupos de idade	Prevalência de diabetes melito (%)		Prevalência de hipertensão arterial (%)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
18 a 24 anos	1,1	0,7	4,1	3,5
25 a 34 anos	2,2	1,0	8,4	9,2
35 a 44 anos	4,6	3,2	18,9	19,8
45 a 54 anos	8,9	9,8	35,0	34,1
55 a 64 anos	18,6	18,3	54,4	43,8
65 anos ou mais	22,9	23,1	65,5	49,2

Fonte: MS/SVS/CGDANT - VIGITEL: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2012.

Nota: As proporções são calculadas desconsiderando os casos sem declaração e os não aplicáveis. O percentual foi ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra do Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para os anos respectivos.

Tabela 5.24 – Taxa de internação no Sistema Único de Saúde – SUS por causas externas, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 10.000 habitantes) – 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Total	51,5	30,0	73,9
Norte	53,9	29,7	77,5
Nordeste	43,8	23,4	65,2
Sudeste	50,3	30,7	71,0
Sul	61,3	38,0	85,5
Centro-Oeste	65,5	36,3	95,2

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS, 2012.

Tabela 5.25 – Taxa de incidência anual de neoplasias malignas específicas em mulheres, por Grandes Regiões, segundo os tipos de neoplasias (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012-2013

Tipos de neoplasias	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pulmão, traquéia e brônquios	10,1	5,1	5,6	11,2	18,6	9,1
Esôfago	2,7	0,6	1,7	2,9	5,1	2,1
Estômago	7,4	5,8	5,6	8,7	8,4	6,8
Cólon, junção retossigmóide, reto e ânus	15,9	4,9	6,7	23,0	19,8	14,7
Mama	52,5	19,4	31,9	68,9	64,8	47,6
Colo do útero	17,5	23,6	17,9	15,5	13,9	27,7
Lábio e cavidade oral	4,2	1,9	3,2	5,8	3,0	3,2
Melanoma maligno da pele	3,1	0,6	1,0	4,1	5,6	2,6
Outras neoplasias malignas da pele	71,3	43,0	41,9	90,9	68,0	108,6

Fonte: Ministério da Saúde/Instituto Nacional do Câncer – INCA, 2012-2013.

Nota: As estimativas do INCA atualmente são feitas a cada 2 anos, em função da estabilidade da ocorrência, com pouca variação anual; portanto, a taxa de incidência calculada é anual e os valores apresentados na tabela são válidos para o ano de 2012 e para o ano de 2013.

Tabela 5.26 – Número de exames citopatológicos, cérvico-vaginal e microflora, total e distribuição percentual, realizados segundo os grupos de idade, por Grandes Regiões – 2013

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)				
		Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 34 anos	35 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	8.550.438	0,4	5,8	33,1	33,3	27,4
Norte	454.349	0,4	6,2	40,3	33,2	19,9
Nordeste	2.126.222	0,6	6,0	37,1	33,1	23,2
Sudeste	4.010.160	0,4	5,6	31,1	33,1	29,8
Sul	1.302.870	0,3	5,7	29,4	33,5	31,1
Centro-Oeste	656.837	0,4	6,1	34,1	34,7	24,7

Fonte: Ministério da Saúde/SISCOLO, 2013.

Tabela 5.27 – Número de exames de mamografia, total e distribuição percentual, realizados segundo os grupos de idade, por Grandes Regiões – 2013

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)		
		20 a 34 anos	35 a 49 anos	50 anos ou mais
Total	2.222.412	1,0	39,8	59,1
Norte	97.667	1,6	45,8	52,5
Nordeste	529.642	0,6	40,8	58,5
Sudeste	1.197.156	1,0	38,6	60,3
Sul	249.216	1,4	40,0	58,5
Centro-Oeste	148.731	1,3	42,1	56,5

Fonte: Ministério da Saúde/SISMAMA, 2013.

Nota: Os totais incluem 2.894 exames (0,1% do total) referentes aos exames realizados em meninas menores de 14 anos (307 exames), em meninas entre 15 e 19 anos de idade (875 exames), além de 1.712 casos com informação inconsistente.

Tabela 5.28 – Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 mulheres) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Câncer de mama	Câncer de colo de útero
Brasil	12,9	5,0
Centro-Oeste	12,5	5,6
Nordeste	10,6	6,3
Norte	8,1	11,3
Sudeste	14,2	3,7
Sul	14,2	4,5

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.29 – Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo os grupos de idade (por 100.000 mulheres) – Brasil, 2012

Grupos de idade	Câncer de mama	Câncer de colo de útero
15 a 19 anos	0,0	0,1
20 a 24 anos	0,1	0,5
25 a 29 anos	0,8	1,5
30 a 39 anos	5,7	3,9
40 a 49 anos	17,5	8,3
50 a 59 anos	32,5	11,2
60 a 69 anos	45,3	15,5
70 anos ou mais	74,1	22,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: As taxas de mortalidade de câncer de mama e colo do útero é igual a zero para as faixas etárias até 14 anos de idade. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE. Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.30 – Taxa padronizada de mortalidade de câncer de mama e colo do útero, segundo a cor ou raça (por 100.000 mulheres) – Brasil, 2012

Cor ou raça	Câncer de mama	Câncer de colo de útero
Amarela	8,8	1,5
Branca	13,4	3,8
Indígena	3,3	5,7
Parda	10,1	6,5
Preta	13,3	5,4

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE. Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.31 – Número de casos novos de AIDS e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Brasil	39.185	36,7	63,3
Norte	3.427	37,4	62,5
Nordeste	7.971	36,8	63,2
Sudeste	16.398	34,1	65,9
Sul	8.571	42,0	58,0
Centro-Oeste	2.818	34,2	65,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Nota: Foram encontrados 12 casos sem informação de sexo.

Tabela 5.32 – Taxa de incidência de AIDS por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	20,2	14,5	26,1
Norte	21,0	15,9	26,0
Nordeste	14,8	10,6	19,2
Sudeste	20,1	13,3	27,3
Sul	30,9	25,5	36,5
Centro-Oeste	19,5	13,3	25,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Tabela 5.33 – Número de casos novos de AIDS e distribuição percentual por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	39.166	36,7	63,3
Menor de 5 anos	475	50,3	49,7
5 a 12 anos	204	57,4	42,6
13 a 19 anos	828	46,4	53,6
20 a 24 anos	3.352	33,6	66,4
25 a 29 anos	5.386	34,6	65,4
30 a 34 anos	6.578	34,4	65,6
35 a 39 anos	6.059	36,2	63,8
40 a 49 anos	9.751	37,1	62,9
50 a 59 anos	4.721	39,1	60,9
60 anos ou mais	1.812	39,6	60,4

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Nota: 10 casos sem informação de idade.

Tabela 5.34 – Taxa de incidência de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Total	20,2	14,5	26,1
Menor de 5 anos	3,4	3,5	3,3
5 a 12 anos	0,8	0,9	0,7
13 a 19 anos	3,4	3,2	3,6
20 a 24 anos	19,1	12,8	25,4
25 a 29 anos	30,9	21,2	40,9
30 a 34 anos	41,1	27,7	54,9
35 a 39 anos	42,9	30,3	56,1
40 a 49 anos	38,6	27,7	50,3
50 a 59 anos	25,2	18,8	32,4
60 anos ou mais	8,7	6,2	11,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Tabela 5.35 – Proporção de casos de AIDS por sexo, segundo a categoria de exposição – Brasil, 2012

Categoria de exposição	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Sexual	93,8	95,0	93,1
Heterossexual	68,0	95,0	52,1
Homossexual	20,0	--	31,7
Bissexual	5,8	--	9,3
Sanguínea	4,2	2,5	5,2
Usuário de drogas injetáveis (UDI)	4,1	2,4	5,1
Transfusão sanguínea	0,0	0,1	0,0
Hemofílico	0,0	--	0,0
Transmissão vertical	2,0	2,6	1,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Nota: Excluídos os casos sem informação.

Tabela 5.36 – Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,9	4,1	7,8
Norte	6,1	4,3	7,7
Nordeste	4,4	2,7	6,0
Sudeste	6,1	4,4	7,9
Sul	8,3	6,1	10,6
Centro-Oeste	5,1	3,2	7,0

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Tabela 5.37 – Taxa de mortalidade específica, de AIDS, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Menor de 5 anos	0,4	0,4	0,5
05 a 09 anos	0,1	0,1	0,0
10 a 14 anos	0,2	0,2	0,2
15 a 19 anos	0,6	0,6	0,7
20 a 24 anos	2,7	2,1	3,4
25 a 29 anos	5,8	4,2	7,5
30 a 39 anos	11,3	8,2	14,4
40 a 49 anos	14,8	10,0	19,8
50 a 59 anos	9,8	5,9	14,0
60 a 69 anos	6,0	3,8	8,6
70 anos ou mais	2,8	1,7	4,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/Programa Nacional de DST/Aids, 2012.

Tabela 5.38 – Distribuição percentual da mortalidade por sexo, segundo o grupo de causas – Brasil, 2011

Grupo de causas	Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Doenças infecciosas e parasitárias	4,5	4,4	4,6
Neoplasias	16,9	18,2	15,9
Doenças do aparelho circulatório	30,7	34,0	28,2
Doenças do aparelho respiratório	11,6	12,8	10,7
Afecções originadas no período perinatal	2,1	2,1	2,1
Causas externas	13,3	5,5	19,3
Demais causas definidas	20,8	22,9	19,2

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2011.

Nota: A mortalidade proporcional (percentual de óbitos informados ao SIM) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas; com isto, considera-se que os óbitos com causa mal definida estão distribuídos linearmente pelos demais grupos de causas. Estão suprimidos os óbitos sem definição de sexo.

Tabela 5.39 – Taxa padronizada de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) – Brasil, 2000

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Doenças cerebrovasculares	58,3	64,3	53,6	28,2	36,5	66,2
Doenças isquêmicas do coração	46,6	63,1	50,9	10,3	21,8	35,3
Diabete melito	28,8	29,5	26,7	10,0	18,2	32,4
Insuficiência cardíaca	22,6	23,3	21,5	11,7	13,9	23,8
Doenças hipertensivas	17,9	16,7	15,2	9,9	12,9	26,7
Neoplasia da mama	11,5	13,1	13,3	3,8	5,5	8,5
Neoplasia maligna de traquéia, brônquios e pulmões	6,5	7,3	7,3	1,6	3,0	5,2
Cirrose e outras doenças do fígado	6,0	6,1	5,1	6,4	4,3	7,2

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2000.

Tabela 5.40 – Taxa padronizada de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) – Brasil, 2000

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Doenças isquêmicas do coração	63,9	84,1	74,6	16,9	30,1	42,6
Doenças cerebrovasculares	60,4	62,1	58,0	29,8	36,9	62,3
Insuficiência cardíaca	21,9	20,6	19,8	14,4	15,3	24,1
Cirrose e outras doenças do fígado	21,8	24,2	21,7	11,6	14,2	18,5
Diabete melito	20,8	25,6	21,0	5,3	11,9	20,2
Doenças hipertensivas	15,4	13,5	13,5	7,1	11,1	20,8
Neoplasia maligna de traquéia, brônquios e pulmões	14,3	20,4	18,0	1,9	5,7	8,1
Neoplasia de estômago	10,1	19,0	10,9	3,7	5,6	8,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2000.

Tabela 5.41 – Taxa padronizada de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo feminino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 mulheres) – Brasil, 2012

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Doenças Cerebrovasculares	46,9	27,6	40,2	17,5	49,6	58,8
Doenças Isquêmicas do coração	41,2	22,5	39,0	13,1	39,7	42,1
Diabete Melito	30,0	17,5	24,8	14,4	32,7	38,9
Doenças Hipertensivas	22,7	9,5	18,2	13,8	25,8	34,4
Insuficiência Cardíaca	15,0	7,3	13,7	6,9	14,6	17,0
Neoplasia da Mama	12,9	8,8	13,5	3,3	10,1	13,3
Neoplasia maligna de traquéia, brônquios e pulmões	8,7	6,3	9,1	2,1	7,2	7,5
Cirrose e outras doenças do fígado	5,5	3,2	4,1	5,9	6,6	7,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Tabela 5.42 – Taxa padronizada de mortalidade, de doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes entre a população do sexo masculino, por cor ou raça, segundo o tipo de doença (por 100.000 homens) – Brasil, 2012

Doenças crônicas não transmissíveis	Total	Cor ou raça				
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Doenças isquêmicas do coração	58,6	28,6	57,6	20,6	54,9	55,6
Doenças cerebrovasculares	48,8	23,6	41,8	23,0	51,0	60,1
Diabete melito	24,1	12,7	20,5	10,6	25,3	29,0
Doenças hipertensivas	20,5	9,3	15,8	13,5	23,9	30,2
Cirrose e outras doenças do fígado	19,6	5,6	16,4	15,5	21,6	20,9
Insuficiência cardíaca	14,9	6,4	12,5	6,0	16,0	18,7
Neoplasia maligna de traquéia, brônquios e pulmões	13,7	7,3	15,3	4,1	10,1	10,7
Neoplasia de estômago	8,4	8,3	7,8	4,1	8,1	8,5

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012.

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Tabela 6.1 – Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013

Tipo de violência relatada	Total	Distribuição (%)
Total	66.503	100,0
Violência física	36.072	54,2
Violência psicológica	20.171	30,3
Violência moral	6.893	10,4
Violência patrimonial	1.256	1,9
Violência sexual	1.151	1,7
Cárcere privado	620	0,9
Tráfico de pessoas	340	0,5

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Tabela 6.2 – Relatos de violência física contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo a escala de gravidade – 2013

Tipo de violência física	Total	Distribuição (%)
Total	36.072	100,0
Lesão corporal leve	34.470	95,6
Lesão corporal grave	1.231	3,4
Tentativa de homicídio	187	0,5
Lesão corporal gravíssima	135	0,4
Homicídio	49	0,1

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: A classificação da gravidade dos casos é feita pelas atendentes da Central, com base nas classificações do Código Penal Brasileiro.

Tabela 6.3 – Relatos de violência psicológica contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013

Tipo de violência psicológica	Total	Distribuição (%)
Total	20.171	100,0
Ameaça	10.291	51,0
Dano emocional/diminuição da auto-estima	7.968	39,5
Perseguições	977	4,8
Outros	857	4,2
Assédio moral (trabalho)	78	0,4

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Tabela 6.4 – Relatos de violência sexual contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013

Tipo de violência sexual	Total	Distribuição (%)
Total	1.151	100,0
Estupro	911	79,1
Exploração sexual	149	12,9
Assédio sexual (trabalho)	91	7,9

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Tabela 6.5 – Relatos de violência moral contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2013

Tipo de violência moral	Total	Distribuição (%)
Total	6.893	100,0
Calúnia	1.776	25,8
Difamação	3.961	57,5
Injúria	1.156	16,8

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013

Tabela 6.6 – Relatos de tráfico de mulheres, total e distribuição percentual, segundo o tipo de tráfico de pessoas – 2013

Tipo de tráfico de pessoas	Total	Distribuição (%)
Total	340	100,0
Internacional para fins de exploração sexual	134	39,4
Interno para fins de exploração sexual	86	25,3
Interno para fins de exploração do trabalho	63	18,5
Internacional para fins de exploração do trabalho	53	15,6
Internacional para fins de remoção de órgãos	2	0,6
Interno para fins de adoção	1	0,3
Interno para fins de remoção de órgãos	1	0,3
Internacional para fins de adoção	0	0,0

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Tabela 6.7 – Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo a relação do agressor/a com a vítima – 2013

Relação agressor-vítima	Total	Distribuição (%)	Sexo do/a agressor/a		
			Mulheres	Homens	Não especificado
Total	66.503	100,0	2.654	51.421	12.428
Companheira/o	35.475	62,8	80	35.277	118
Ex-companheira/o	10.720	19,0	44	10.676	0
Familiares	5.786	10,2	1.705	3.415	666
Pessoas do convívio interpessoal	2.079	3,7	666	1.413	0
Pessoas do convívio de trabalho	199	0,4	19	100	80
Pessoas desconhecidas	628	1,1	116	512	0
Outros	1.621	2,9	24	28	1.569
Não informado	9.995	NA	0	0	9.995

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: Na categoria “companheira/o” estão agregadas as demais categorias de relacionamento afetivo, como cônjuge, namorado/a e amante. Da mesma forma, na categoria “ex-companheira/o” foram agregados ex-cônjuges, ex-namoradas/os e ex-amantes. Na categoria “familiares” estão incluídos filho/a, enteado/a, irmã/o, parentes, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrastra e sogra/o. “Pessoas de convívio interpessoal” referem-se a amiga/o, vizinha/o e conhecida/o. Já a categoria “pessoas de convívio de trabalho” inclui chefe/e e colega de trabalho.

Tabela 6.8 – Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça – 2013

Cor ou raça	Total	Distribuição (%)
Total	66.503	100,0
Amarela	325	0,7
Branca	18.389	39,3
Indígena	252	0,5
Negra	27.776	59,4
Não informado	19.761	NA

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: A cor ou raça da mulher em situação de violência é informada às atendedoras da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Tabela 6.9 – Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo os grupos de idade – 2013

Grupos de idade	Total	Distribuição (%)
Total	66.503	100,0
Menor de 14 anos	406	0,7
15 e 24 anos	10.641	19,3
25 e 39 anos	25.492	46,4
40 e 59 anos	15.968	29,0
60 anos ou mais	2.490	4,5
Não informado	11.506	NA

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: A idade da mulher em situação de violência é informada às atendentes da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Tabela 6.10 – Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a existência de filhas/os – 2013

Existência de filhas	Total	Distribuição (%)
Total	66.503	100,0
Com filhas/os	41.902	82,4
Sem filhas/os	8.946	17,6
Não informado	15.655	NA

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: O fato da mulher em situação de violência possuir ou não filhos é informado às atendentes da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Tabela 6.11 – Mulheres em situação de violência, total e distribuição percentual, segundo a escolaridade – 2013

Escolaridade	Total	Distribuição (%)
Total	66.503	100,0
Analfabeta	933	2,0
Ensino fundamental incompleto	15.974	35,1
Ensino fundamental	4.188	9,2
Ensino médio incompleto	5.641	12,4
Ensino médio	12.925	28,4
Nível técnico	331	0,7
Ensino superior incompleto	2.300	5,1
Ensino superior	3.060	6,7
Pós-graduação	192	0,4
Não informado	20.959	NA

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: A escolaridade da mulher em situação de violência é informada às atendentes da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Tabela 6.12 – Filhas/os de mulheres em situação de violência que presenciam ou sofrem violência, total e distribuição percentual – 2013

Filhas/os que presenciam ou sofrem violência	Total	Distribuição (%)
Total	38.356	100,0
Presenciam a violência, sem sofrê-la diretamente	24.683	64,4
Presenciam e sofrem violência	7.187	18,7
Não presenciam nem sofrem violência	6.486	16,9

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: O fato de filhas/os de mulheres em situação de violência que sofrem ou presenciam violência é informado às atendentes da Central de Atendimento à Mulher pela pessoa que faz a ligação, podendo, portanto, não ser a própria vítima.

Tabela 6.13 – Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo as Grandes Regiões – 2012

Grandes Regiões	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	161.274	65,8	34,2
Norte	8.662	73,2	26,8
Nordeste	22.409	62,8	37,2
Sudeste	71.478	68,2	31,7
Sul	31.792	63,7	36,2
Centro-Oeste	12.574	63,8	36,2
Ignorado/Em Branco	14.359	59,7	40,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, 2012.

Nota: Dados de 2012 atualizados em 30 de janeiro de 2014, sujeitos à revisão. O sexo da vítima não foi informado em 66 registros.

Tabela 6.14 – Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências, total e distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo o sexo do/a agressor/a – 2009 e 2012

Sexo do/a agressor/a	2009			2012		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	19.429	71,9	28,1	79.490	79,9	20,1
Masculino	11.656	76,0	24,0	50.951	82,0	18,0
Feminino	2.483	83,7	16,3	15.227	85,4	14,6
Ambos os sexos	296	77,4	22,6	1.412	80,4	19,6
Sem informação	4.994	56,2	43,8	11.900	63,6	36,4

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.15 – Registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências em que se suspeita o uso de álcool pelo/a agressor/a, total e distribuição percentual, por sexo da vítima – 2009 e 2012

Suspeita de uso de álcool pelo/a agressor/a	2009			2012		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	5.463	75,0	25,0	24.597	82,9	17,1

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.16 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a cor ou raça da vítima – 2009 e 2012

Cor ou raça	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	13.968	100,0	63.504	100,0
Amarela	89	0,8	388	0,7
Branca	5.907	55,4	28.423	53,2
Indígena	56	0,5	290	0,5
Negra	4.612	43,2	24.314	45,5
Sem informação	3.304	NA	10.089	NA

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.17 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação conjugal da vítima – 2009 e 2012

Situação conjugal	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	13.968	100,0	63.504	100,0
Solteira/o	3.840	36,1	19.474	36,2
Casada/o / união consensual	5.301	49,8	27.019	50,3
Viúva/o	202	1,9	1.007	1,9
Separada/o	1.220	11,5	5.627	10,5
Não se aplica	83	0,8	635	1,2
Sem informação	3.322	NA	9.742	NA

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.18 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, com algum tipo de deficiência, total e distribuição percentual, segundo o tipo de deficiência da vítima – 2009 e 2012

Deficiência	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	578	100,0	2.575	100,0
Física	102	17,6	493	19,1
Mental	284	49,1	1.136	44,1
Visual	48	8,3	174	6,8
Auditiva	37	6,4	166	6,4
Outra deficiência	107	18,5	606	23,5

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.19 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo a situação de domicílio da vítima – 2009 e 2012

Situação de domicílio	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	13.968	100,0	63.504	100,0
Urbana	12.660	94,9	56.173	92,4
Rural	595	4,5	4.014	6,6
Periurbana	79	0,6	583	1,0
Sem informação	634	NA	2.734	NA

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.20 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e proporção dos casos de violência de repetição – 2009 e 2012

Violência de repetição	2009		2012	
	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Total	13.968	100,0	63.504	100,0
Casos de violência de repetição	5.152	36,9	25.885	40,8

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.21 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o local de ocorrência – 2009 e 2012

Local de ocorrência	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	13.968	100,0	63.504	100,0
Residência	7.777	70,5	40.779	73,0
Habitação coletiva	59	0,5	267	0,5
Escola	81	0,7	288	0,5
Local de prática esportiva	19	0,2	102	0,2
Bar ou similar	240	2,2	1.308	2,3
Via pública	1.949	17,7	9.579	17,1
Comércio/ serviços	176	1,6	1.027	1,8
Indústrias/ construção	32	0,3	103	0,2
Outros	699	6,3	2.445	4,4
Sem informação	2.936	NA	7.606	NA

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Tabela 6.22 – Violência doméstica, sexual e/ou outras violências, por sexo, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – 2009 e 2012

Tipo de Violência	2009			2012		
	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	25.080	76,9	23,1	106.316	83,1	16,9
Física	15.144	69,2	30,8	62.748	79,2	20,8
Psicológica/ moral	5.243	92,7	7,3	25.382	93,3	6,7
Negligência/ abandono	260	81,9	18,1	1.066	77,7	22,3
Sexual	2.023	97,5	2,5	4.798	97,2	2,8
Tráfico de seres humanos	11	81,8	18,2	66	81,8	18,2
Financeira	346	92,2	7,8	1.581	94,9	5,1
Tortura	501	89,8	10,2	2.725	92,4	7,6
Trabalho infantil	12	66,7	33,3	34	64,7	35,3
Intervenção legal	42	59,5	40,5	194	62,9	37,1
Outros	1.498	63,3	36,7	7.722	68,8	31,2

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Nota: Os totais não correspondem aos das demais tabelas, pois se trata de um campo de múltipla resposta.

Tabela 6.23 – Violências doméstica, sexual e outras violências contra mulheres adultas, de 20 a 59 anos de idade, total e distribuição percentual, segundo o meio de agressão – 2009 e 2012

Meio de Agressão	2009		2012	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	17.742	100,0	80.999	100,0
Objeto perfurocortante	1.430	8,1	5.920	7,3
Arma de fogo	660	3,7	1.827	2,3
Objeto contundente	814	4,6	3.167	3,9
Força corporal/ espancamento	8.469	47,7	38.828	47,9
Enforcamento/ sufocação	617	3,5	3.249	4,0
Queimaduras	106	0,6	486	0,6
Envenenamento	811	4,6	4.915	6,1
Ameaça	3.218	18,1	15.771	19,5
Outros	1.617	9,1	6.836	8,4

Fonte: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), 2009 e 2012.

Nota: Os totais não correspondem aos das demais tabelas, pois se trata de um campo de múltipla resposta.

Tabela 6.24 – Vítimas de violência institucional, total e distribuição percentual por sexo, segundo o segmento – 2013

Segmento	Total		Mulheres		Homens		Não informado
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	
Total	4.931	100,0	969	100,0	2.561	100,0	1.401
Criança e Adolescente	1.215	24,6	283	29,2	554	21,6	378
Pessoa Idosa	475	9,6	180	18,6	149	5,8	146
Pessoa com Deficiência	405	8,2	139	14,3	193	7,5	73
LGBT	81	1,6	11	1,1	58	2,3	12
População em Situação de Rua	72	1,5	6	0,6	40	1,6	26
Pessoas em Restrição de Liberdade	1.419	28,8	130	13,4	868	33,9	421
Outros	1.264	25,6	220	22,7	699	27,3	345

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque 100, 2013.

Tabela 6.25 – Violência institucional, distribuição percentual, por sexo da vítima, segundo o tipo – 2013

Tipo de violência institucional	Total		Mulheres		Homens		Não informado
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	
Total	9.294	100,0	1.779	100,0	4.979	100,0	2.536
Abuso de autoridade	2.306	24,8	387	21,8	1.330	26,7	589
Omissão	1.700	18,3	359	20,2	816	16,4	525
Violência policial	1.490	16,0	214	12,0	966	19,4	310
Ausência de acesso a serviços	850	9,1	174	9,8	401	8,1	275
Demora excessiva ou desídia no atendimento	485	5,2	131	7,4	214	4,3	140
Recusa de atendimento	450	4,8	145	8,2	210	4,2	95
Desrespeito à prioridade legal	414	4,5	116	6,5	178	3,6	120
Superlotação de presídio / de unidades de privação de liberdade, de custódia e de outras instituições	343	3,7	19	1,1	205	4,1	119
Prisão ilegal	313	3,4	45	2,5	208	4,2	60
Assédio moral	243	2,6	53	3,0	116	2,3	74
Falta de acessibilidade / meio físico	196	2,1	41	2,3	73	1,5	82
Falta de acessibilidade / meios de informação e comunicação	189	2,0	37	2,1	102	2,0	50
Execução sumária	48	0,5	18	1,0	10	0,2	20
Homofobia institucional	45	0,5	5	0,3	31	0,6	9
Assédio sexual	36	0,4	1	0,1	22	0,4	13
Outros	186	2,0	34	1,9	97	1,9	55

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque 100, 2013.

Tabela 6.26 – Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	27,5	4,6	51,0
Norte	36,2	6,0	65,6
Nordeste	37,5	5,0	71,2
Sudeste	19,5	3,6	35,6
Sul	23,0	4,6	41,6
Centro-Oeste	35,2	6,5	64,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.27 – Taxa padronizada de mortalidade por homicídio e variação relativa, segundo o sexo (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2000 e 2012

Sexo	Taxa de mortalidade específica (TME) por ano		Variação relativa (%) TME
	2000	2012	2000-2012
Brasil	26,7	27,5	3,0%
Feminino	4,3	4,6	7,0%
Masculino	49,8	51,0	2,4%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2000 e 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.28 – Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
Menor de 5 anos	1,3	1,1	1,4
5 a 9 anos	0,7	0,6	0,8
10 a 14 anos	4,2	1,7	6,6
15 a 19 anos	52,7	7,7	96,5
20 a 24 anos	66,6	8,1	123,9
25 a 29 anos	53,0	7,4	98,1
30 a 39 anos	39,9	6,9	73,1
40 a 49 anos	24,3	4,9	44,3
50 a 59 anos	14,7	3,0	27,4
60 a 69 anos	10,8	2,3	20,7
70 anos ou mais	8,9	2,7	17,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.29 – Taxa padronizada de mortalidade por homicídio, por sexo, segundo a cor ou raça (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Cor ou raça	Total	Mulheres	Homens
Amarela	4,2	0,5	8,4
Branca	14,0	2,9	25,8
Indígena	21,2	7,3	34,7
Parda	40,0	6,1	73,5
Preta	29,2	5,3	50,4

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.30 – Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo as Grandes Regiões (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total	Mulheres	Homens
Brasil	5,0	2,2	7,9
Norte	4,4	1,6	7,1
Nordeste	4,3	1,7	7,0
Sudeste	4,4	2,0	6,9
Sul	7,7	3,3	12,0
Centro-Oeste	6,2	2,6	9,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.31 – Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo os grupos de idade (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Grupos de idade	Total	Mulheres	Homens
10 a 14 anos	0,7	0,5	0,9
15 a 19 anos	3,8	2,3	5,3
20 a 24 anos	5,9	2,2	9,6
25 a 29 anos	6,7	2,3	11,1
30 a 39 anos	7,0	3,0	11,1
40 a 49 anos	7,3	3,4	11,4
50 a 59 anos	7,2	3,5	11,3
60 a 69 anos	7,6	3,0	12,9
70 anos ou mais	8,1	2,5	15,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.32 – Taxa padronizada de mortalidade por lesões autoprovocadas (suicídio), por sexo, segundo a cor ou raça (por 100.000 habitantes) – Brasil, 2012

Cor ou raça	Total	Mulheres	Homens
Amarela	2,2	1,4	3,0
Branca	4,7	2,3	7,4
Indígena	10,0	5,8	14,1
Parda	5,0	1,9	8,1
Preta	3,7	1,3	5,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Nota: Dados preliminares para 2012. Para o cálculo das taxas foram utilizados os óbitos notificados ao SIM, sem redistribuição dos óbitos com causa mal definida nem correção da subnotificação. População padrão: 2010 – IBGE.

Tabela 6.33 – Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que, nos 30 dias anteriores à pesquisa, foram agredidas/os fisicamente por uma pessoa adulta da família, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	10,6	11,5	9,6
Norte	10,1	11,0	9,2
Nordeste	8,1	8,4	7,8
Sudeste	12,0	12,9	11,0
Sul	11,1	13,3	8,8
Centro-Oeste	10,5	11,7	9,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 6.34 – Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidas/os, nos 30 dias anteriores à pesquisa, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma de fogo, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	6,4	4,3	8,8
Norte	6,4	4,9	8,3
Nordeste	4,9	3,1	7,1
Sudeste	6,9	4,4	9,3
Sul	7,0	5,4	8,6
Centro-Oeste	8,0	5,1	11,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 6.35 – Proporção de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que estiveram envolvidas/os, nos 30 dias anteriores à pesquisa, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca, por sexo da/o escolar, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	7,3	4,8	10,1
Norte	8,1	5,8	11,0
Nordeste	5,8	3,7	8,5
Sudeste	7,8	5,1	10,6
Sul	7,4	5,2	9,7
Centro-Oeste	8,4	5,6	11,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012

Tabela 6.36 – População carcerária feminina, vagas disponíveis para mulheres no sistema penitenciário brasileiro, taxa de ocupação carcerária e estabelecimentos penais femininos, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, junho de 2013

Grandes Regiões	Mulheres no sistema penitenciário	Distribuição (%)	Vagas disponíveis em estabelecimentos penais femininos	Distribuição (%)	Taxa de ocupação carcerária	Estabelecimentos penais femininos	Distribuição (%)
Brasil	32.657	100,0	22.666	100,0	1,4	80	100,0
Norte	2.559	7,8	1.563	6,9	1,6	11	13,8
Nordeste	5.377	16,5	2.968	13,1	1,8	16	20,0
Sudeste	17.382	53,2	13.579	59,9	1,3	30	37,5
Sul	4.145	12,7	2.246	9,9	1,8	8	10,0
Centro-Oeste	3.194	9,8	2.310	10,2	1,4	15	18,8

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Tabela 6.37 – População carcerária, total e distribuição percentual, por sexo, segundo a cor ou raça – Brasil, junho de 2013

Cor ou raça	Total	Mulheres		Homens	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Total	498.897	28.756	100,0	470.141	100,0
Branca	176.137	9.991	34,7	166.146	35,3
Negra	307.715	17.872	62,2	289.843	61,7
Amarela	2.755	124	0,4	2.631	0,6
Indígena	763	50	0,2	713	0,2
Outras	11.527	719	2,5	10.808	2,3

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Nota: Esta tabela contabiliza apenas a população carcerária cuja cor ou raça foi informada.

Tabela 6.38 – População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo nacionalidade (brasileira/o nata/o, brasileira/o naturalizada/o e estrangeira/o) – Brasil, junho de 2013

Nacionalidade	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	494.536	100,0	100,0
Brasileira/o Nata/o	490.398	96,1	99,4
Brasileira/o Naturalizada/o	947	1,4	0,1
Estrangeira/o	3.191	2,5	0,5

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Nota: Esta tabela contabiliza apenas a população carcerária cuja nacionalidade foi informada.

Tabela 6.39 – População carcerária estrangeira, total e distribuição percentual por sexo, segundo o continente de origem – Brasil, junho de 2013

Continente de origem	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	3.191	22,8	77,2
Europa	556	20,7	79,3
Ásia	158	48,7	51,3
África	985	23,4	76,6
América	1.492	20,4	79,6
Oceania	0	0	0

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Tabela 6.40 – População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo tipo de regime prisional – Brasil, junho de 2013

Tipo de regime prisional	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	537.790	100,0	100,0
Regime Provisório	215.639	33,7	40,5
Regime Fechado	223.798	44,1	41,5
Regime Semi Aberto	77.488	16,4	14,3
Regime Aberto	16.954	4,3	3,1
Medida de Segurança - Internação	3.126	0,7	0,6
Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	785	0,8	0,1

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Tabela 6.41 – População carcerária, total e distribuição percentual por sexo, segundo crimes tentados/cometidos – Brasil, junho de 2013

Crimes tentados/cometidos	Total	Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens
Total	563.714	100,0	100,0
Crimes Contra a Pessoa	67.925	7,0	12,3
Crimes Contra o Patrimônio	270.247	25,0	49,1
Crimes Contra os Costumes	23.090	0,7	4,3
Crimes Contra a Paz Pública	10.329	1,5	1,8
Crimes Contra a Fé Pública	4.722	0,7	0,8
Crimes Contra a Administração Pública	1.475	0,4	0,3
Crimes Praticados Por Particular Contra a Administração Pública	897	0,1	0,2
Lei Maria da Penha	4.482	0,9	0,8
Entorpecentes	146.276	60,6	24,2
Estatuto do Desarmamento	32.042	2,0	5,9
Outros crimes relativos a legislações específicas	2.229	1,0	0,4

Fonte: Ministério da Justiça/InfoPen, junho de 2013.

Tabela 6.42 – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Total	Delegacias especializadas no atendimento à mulher		Núcleos especializados de atendimento à mulher nas delegacias comuns	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	531	421	79,3	110	20,7
Norte	46	35	8,3	11	10,0
Nordeste	99	81	19,2	18	16,4
Sudeste	216	206	48,9	10	9,1
Sul	92	55	13,1	37	33,6
Centro-Oeste	78	44	10,5	34	30,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Tabela 6.43 – Núcleos da Mulher em Defensorias Públicas e Juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Núcleos Especializados da Mulher nas Defensorias Públicas		Juizados ou varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	53	100,0	85	100,0
Norte	10	18,9	16	18,8
Nordeste	14	26,4	23	27,1
Sudeste	14	26,4	22	25,9
Sul	1	1,9	2	2,4
Centro-Oeste	14	26,4	22	25,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Tabela 6.44 – Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher e Institutos Médico-Legal, total e distribuição percentual, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher		Institutos Médico-Legal	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	128	100,0	288	100,0
Norte	13	10,2	24	8,3
Nordeste	51	39,8	49	17,0
Sudeste	47	36,7	104	36,1
Sul	16	12,5	83	28,8
Centro-Oeste	1	0,8	28	9,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Tabela 6.45 – Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CEAM e Casas-Abrigo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAM		Casas-Abrigo	
	Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	172	100,0	22	100,0
Norte	28	16,3	6	27,3
Nordeste	72	41,9	9	40,9
Sudeste	51	29,7	5	22,7
Sul	2	1,2	0	0,0
Centro-Oeste	19	11,0	2	9,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Mulheres em espaços de poder e decisão

Tabela 7.1 – Eleitoras/es inscritas/os, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, julho de 2014

Eleitoras/es	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	142.467.862	74.248.667	68.104.171	52,1	47,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, julho de 2014.

Nota: Exclusive as/os eleitoras/es inscritas/os com sexo não informado.

Tabela 7.2 – Deputadas/os federais, senadoras/es e governadoras/es em exercício, total e distribuição percentual por sexo, segundo o cargo – Brasil, maio de 2014

Exercício do poder	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	513	45	468	8,8	91,2
Senado Federal	81	10	71	12,3	87,7
Governos estaduais e do Distrito Federal	27	2	25	7,4	92,6

Fonte: Câmara dos Deputados e do Senado Federal e Governos estaduais e do Distrito Federal, maio de 2014.

Tabela 7.3 – Ministras/os de Estado, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Ministérios	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	39	7	32	17,9	82,1

Fonte: Presidência da República, maio de 2014.

Nota: Inclui as Secretarias de Estado com status de Ministério.

Tabela 7.4 – Servidoras/es ocupantes de DAS por idade média, remuneração média (em R\$), proporção de servidoras/es com nível superior e proporção de servidoras mulheres, segundo o nível da função – Brasil, fevereiro de 2014

Nível da Função	Número de servidores	Média de idade	Remuneração média (em R\$)	Proporção (%)	
				Nível superior	Mulheres
Total	22.737	45	8.880,91	79,0	43,0
DAS-6	217	52	12.122,85	96,0	19,0
DAS-5	1.090	48	10.978,13	97,0	28,0
DAS-4	3.582	46	10.110,93	92,0	36,0
DAS-3	4.365	44	9.041,14	85,0	46,0
DAS-2	6.224	44	8.687,02	77,0	46,0
DAS-1	7.259	45	7.932,00	66,0	45,0

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / MP, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.

Nota: Dados extraídos do SIAPE, em 03 de fevereiro de 2014.

(1) Inclui as/os servidoras/es civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público.

Tabela 7.5 – Servidoras/es ocupantes de DAS na administração federal, por situação de vínculo e sexo, total e distribuição percentual – Brasil, fevereiro de 2014

Nível da Função	Total Geral	Com vínculo			Sem vínculo		
		Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
			Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	22.737	16.799	38,8	61,2	5.938	54,4	45,6
DAS-6	217	142	17,6	82,4	75	22,7	77,3
DAS-5	1.090	796	26,0	74,0	294	34,7	65,3
DAS-4	3.582	2.572	31,6	68,4	1.010	46,5	53,5
DAS-3	4.365	3.122	40,4	59,6	1.243	60,2	39,8
DAS-2	6.224	4.700	41,3	58,7	1.524	58,8	41,2
DAS-1	7.259	5.467	41,6	58,4	1.792	55,5	44,5

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal / MP, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.

Nota: Estão incluídas/os as/os servidoras/es com vínculo e sem cargos, no quantitativo de ocupantes por situação de vínculo, a partir de janeiro de 2013. Foram consideradas/os as/os servidoras/es de carreira como previsto no art. 2º do Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005. Dados extraídos do SIAPE, em 03 de fevereiro de 2014.

(1) Inclui as/os servidoras/es civis da administração direta, autarquias e Fundações do Poder Executivo, Requisitado dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Tribunais, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministério Público da União e Sem Cargo Público.

Tabela 7.6 – Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada – Brasil, dezembro de 2013

Força Armada	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	344.072	19.344	324.728	5,6	94,4
Exército	202.242	3.928	198.314	1,9	98,1
Aeronáutica	68.518	8.576	59.942	12,5	87,5
Marinha	73.312	6.840	66.472	9,3	90,7

Fonte: Ministério da Defesa – Departamento de Pessoal, dezembro de 2013.

Tabela 7.7 – Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo, segundo o tipo de carreira – Brasil, dezembro de 2013

Tipo de carreira	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	344.072	19.344	324.728	5,6	94,4
Oficiais	49.082	9.580	39.502	19,5	80,5
Praças	294.990	9.764	285.226	3,3	96,7

Fonte: Ministério da Defesa – Departamento de Pessoal, dezembro de 2013.

Tabela 7.8 – Oficiais militares de hierarquia superior ativos/as, total e distribuição percentual por sexo, segundo a Força Armada – Brasil, dezembro de 2013

Força Armada	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	21.445	2.286	19.159	10,7	89,3
Exército	12.049	852	11.197	7,1	92,9
Aeronáutica	4.196	455	3.741	10,8	89,2
Marinha	5.200	979	4.221	18,8	81,2

Fonte: Ministério da Defesa - Departamento de Pessoal, dezembro de 2013.

Nota: Considerados cargos de hierarquia superior os de oficiais gerais, oficiais superiores e oficiais intermediários.

Tabela 7.9 – Servidoras/es militares ativas/os, total e distribuição percentual por sexo e tipo de carreira, segundo a Força Armada – Brasil, dezembro de 2013

Força Armada	Total	Distribuição (%)		Oficiais			Praças		
		Mulheres	Homens	Total	Distribuição (%)		Total	Distribuição (%)	
					Mulheres	Homens		Mulheres	Homens
Total	344.072	5,6	94,4	49.082	19,5	80,5	294.990	3,3	96,7
Exército	202.242	1,9	98,1	27.037	10,0	90,0	175.205	0,7	99,3
Aeronáutica	68.518	12,5	87,5	11.452	32,5	67,5	57.066	8,5	91,5
Marinha	73.312	9,3	90,7	10.593	29,8	70,2	62.719	5,9	94,1

Fonte: Ministério da Defesa - Departamento de Pessoal, dezembro de 2013.

Tabela 7.10 – Servidoras/es ativas/os do Serviço Exterior Brasileiro (carreiras do Ministério das Relações Exteriores), total e distribuição por sexo, segundo a carreira – Brasil, março de 2014

Carreira	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	3.041	1.157	1.884	38,0	62,0
Corpo diplomático	1.574	348	1.226	22,1	77,9
Oficiais de chancelaria	868	468	400	53,9	46,1
Assistentes de chancelaria	599	341	258	56,9	43,1

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Temas Sociais, março de 2014.

Tabela 7.11 – Servidoras/es ativas/os da carreira diplomática, total e distribuição por sexo, segundo o cargo ocupado – Brasil, março de 2014

Cargo	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.574	348	1.226	22,1	77,9
Ministra/o de Primeira Classe (Embaixador/a)	197	33	164	16,8	83,2
Ministra/o de Segunda Classe	228	46	182	20,2	79,8
Conselheira/o	298	69	229	23,2	76,8
Primeira/o Secretária/o	254	55	199	21,7	78,3
Segunda/o Secretária/o	228	61	167	26,8	73,2
Terceira/o Secretária/o	369	84	285	22,8	77,2

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Temas Sociais, março de 2014.

Tabela 7.12 – Parlamentares na mesa diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Mesa diretora	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	11	0	11	0,0	100,0
Senado Federal	11	1	10	9,1	90,9

Fonte: Câmara dos Deputados e do Senado Federal, maio de 2014.

Tabela 7.13 – Parlamentares ocupando a presidência das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Comissões Permanentes	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	22	1	21	4,5	95,5
Senado Federal	18	1	17	5,6	94,4

Fonte: Câmara dos Deputados e do Senado Federal, maio de 2014.

Tabela 7.14 – Parlamentares ocupando cargos de Liderança do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Liderança de Governo	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	9	1	8	11,1	88,9
Senado Federal	6	1	5	16,7	83,3

Fonte: Câmara dos Deputados e do Senado Federal, maio de 2014.

Tabela 7.15 – Parlamentares ocupando cargos de Liderança de Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Liderança partidária	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Câmara dos Deputados	18	1	17	5,6	94,4
Senado Federal	35	3	32	8,6	91,4

Fonte: Câmara dos Deputados e do Senado Federal, maio de 2014.

Tabela 7.16 – Ministras/os de Tribunais Superiores, total e distribuição percentual por sexo – Brasil, maio de 2014

Tribunais Superiores	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	91	17	74	18,7	81,3
Superior Tribunal Federal (STF)	11	2	9	18,2	81,8
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	32	7	25	21,9	78,1
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	7	2	5	28,6	71,4
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	26	5	21	19,2	80,8
Superior Tribunal Militar (STM)	15	1	14	6,7	93,3

Fonte: Tribunais Superiores, maio de 2014.

Tabela 7.17 – Pessoas na direção dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, total e distribuição percentual por sexo – maio de 2014

Partidos políticos	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	809	144	665	17,8	82,2
PMDB	32	2	30	6,3	93,8
PTB	94	16	78	17,0	83,0
PDT	23	4	19	17,4	82,6
PT	21	9	12	42,9	57,1
DEM	51	3	48	5,9	94,1
PCdoB	32	9	23	28,1	71,9
PSB	35	7	28	20,0	80,0
PSDB	38	6	32	15,8	84,2
PTC	14	2	12	14,3	85,7
PSC	20	3	17	15,0	85,0
PMN	17	5	12	29,4	70,6
PRP	24	10	14	41,7	58,3
PPS	29	9	20	31,0	69,0
PV	53	11	42	20,8	79,2
PTdoB	17	2	15	11,8	88,2
PP	119	12	107	10,1	89,9
PRB	19	4	15	21,1	78,9
PSOL	28	12	16	42,9	57,1
PR	24	3	21	12,5	87,5
PSD	33	4	29	12,1	87,9
PEN	19	3	16	15,8	84,2
PROS	27	6	21	22,2	77,8
SD	40	2	38	5,0	95,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, maio de 2014.

Tabela 7.18 – Partidos políticos com representação no Congresso Nacional que têm instâncias de mulheres – março de 2014

Partidos políticos	Total	Total		Distribuição (%)	
		Possuem instância de mulheres	Não possuem instância de mulheres	Possuem instância de mulheres	Não possuem instância de mulheres
	23	21	2	91,3	8,7

Fonte: Partidos políticos, março de 2014.

Tabela 7.19 – Pessoas em cargos de direção das centrais sindicais, total e distribuição percentual por sexo – março de 2014

Centrais sindicais	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	745	215	530	28,9	71,1
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	101	30	71	29,7	70,3
Central Única dos Trabalhadores - CUT	38	13	25	34,2	65,8
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	32	2	30	6,3	93,8
União Geral dos Trabalhadores - UGT	399	121	278	30,3	69,7
Força Sindical	175	49	126	28,0	72,0

Fonte: Centrais Sindicais, março de 2014.

Tabela 7.20 – Presidentes e vice-presidentes* das centrais sindicais, total e distribuição percentual por sexo – março de 2014

Centrais sindicais	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	56	4	52	7,1	92,9
Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB	6	1	5	16,7	83,3
Central Única dos Trabalhadores - CUT	2	1	1	50,0	50,0
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST	11	0	11	0,0	100,0
União Geral dos Trabalhadores - UGT	13	0	13	0,0	100,0
Força Sindical	24	2	22	8,3	91,7

Fonte: Centrais Sindicais, março de 2014.

* Uma mesma central sindical poder ter mais de um/a vice-presidente.

Tabela 7.21 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Brasil	4.470	1.645	2.826	5,8	5,0	6,4
Norte	248	104	144	4,1	4,3	4,0
Nordeste	774	288	487	4,0	3,6	4,3
Sudeste	2.236	806	1.430	6,6	5,4	7,4
Sul	798	302	497	6,6	5,6	7,5
Centro-Oeste	414	145	269	6,8	5,7	7,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.22 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	4.470	1.645	2.826	36,8	63,2
Norte	248	104	144	41,9	58,1
Nordeste	774	288	487	37,2	62,9
Sudeste	2.236	806	1.430	36,0	64,0
Sul	798	302	497	37,8	62,3
Centro-Oeste	414	145	269	35,0	65,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.23 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo a cor ou raça – Brasil, 2012

Cor ou raça	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	4.470	1.645	2.826	5,8	5,0	6,4
Branca	3.043	1.137	1.906	8,2	6,9	9,3
Negra	1.357	482	876	3,4	3,0	3,8
Outra	69	26	44	10,1	8,4	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.24 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo a cor ou raça – Brasil, 2012

Cor ou raça	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	4.470	1.645	2.826	100,0	36,8	63,2
Branca	3.043	1.137	1.906	68,1	25,4	42,6
Negra	1.357	482	876	30,4	10,8	19,6
Outra	69	26	44	1,5	0,6	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.25 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – Brasil, 2012

Ramos de atividade econômica	Total (1.000 pessoas)			Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	4.470	1.645	2.826	5,8	5,0	6,4
Agrícola	80	6	74	0,7	0,2	0,9
Indústria	745	188	556	7,1	4,8	8,5
Construção	105	20	85	1,5	10,2	1,3
Comércio e reparação	1.595	601	994	12,6	11,5	13,4
Alojamento e alimentação	545	238	307	15,2	11,5	20,1
Transporte, armazenagem e comunicação	185	55	130	4,1	10,8	3,2
Administração Pública	285	113	171	6,2	6,0	6,5
Educação, saúde e serviços sociais	224	147	77	2,8	2,4	4,2
Demais serviços	705	275	431	4,6	2,8	7,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.26 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, total e distribuição percentual por sexo, segundo os ramos de atividade econômica – Brasil, 2012

Ramos de atividade econômica	Total (1.000 pessoas)			Distribuição (%)	
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	4.470	1.645	2.826	36,8	63,2
Agrícola	80	6	74	7,5	92,5
Indústria	745	188	556	25,2	74,6
Construção	105	20	85	19,0	81,0
Comércio e reparação	1.595	601	994	37,7	62,3
Alojamento e alimentação	545	238	307	43,7	56,3
Transporte, armazenagem e comunicação	185	55	130	29,7	70,3
Administração Pública	285	113	171	39,6	60,0
Educação, saúde e serviços sociais	224	147	77	65,6	34,4
Demais serviços	705	275	431	39,0	61,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Tabela 7.27 – Unidades da Federação cujo órgão gestor de políticas para as mulheres tem um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – Brasil, 2013

Unidades da Federação	Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
Rondônia	Não
Acre	Não
Amazonas	Sim
Roraima	Não
Pará	Sim
Amapá	Sim
Tocantins	Sim
Maranhão	Não
Piauí	Não
Ceará	Não
Rio Grande do Norte	Sim
Paraíba	Sim
Pernambuco	Sim
Alagoas	Não
Sergipe	Sim
Bahia	Sim
Minas Gerais	Sim
Espírito Santo	Não
Rio de Janeiro	Não
São Paulo	Não
Paraná	Não
Santa Catarina	Não
Rio Grande do Sul	Não
Mato Grosso do Sul	Sim
Mato Grosso	Não
Goiás	Sim
Distrito Federal	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Tabela 7.28 – Órgão gestor de políticas para as mulheres, total e distribuição percentual, segundo a caracterização do órgão gestor – Brasil, 2013

Órgão gestor	Unidades da Federação	Distribuição (%)
Secretaria exclusiva	11	40,7
Setor subordinado a outra secretaria	10	37,0
Secretaria em conjunto com outra política	4	14,8
Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	2	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2013.

Tabela 7.29 – Total de municípios brasileiros e total de municípios com órgão gestor de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2013

Grandes Regiões	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres, por caracterização do órgão gestor						Não possui órgão gestor
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5.570	1.533	168	208	987	165	5	4.035
Norte	450	128	16	23	78	10	1	322
Nordeste	1.794	603	95	49	381	78	-	1.190
Sudeste	1.668	371	27	79	234	29	2	1.296
Sul	1.191	307	18	25	225	38	1	884
Centro-Oeste	467	124	12	32	69	10	1	343

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2013.

Tabela 7.30 – Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, segundo as Grandes Regiões, total e distribuição percentual – julho de 2014

Grandes Regiões	Total	OPM Municipais		OPM Estaduais	
		Total	Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)
Brasil	680	655	100,0	25	100,0
Norte	71	66	10,1	5	20,0
Nordeste	341	331	50,5	10	40,0
Sudeste	88	84	12,8	4	16,0
Sul	126	124	18,9	2	8,0
Centro-Oeste	54	50	7,6	4	16,0

Fonte: SPM/SAIAT, julho de 2014.

Tabela 7.31 – Total de municípios brasileiros, total de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM e proporção dos municípios com OPM em relação ao total de municípios brasileiros, segundo as Grandes Regiões – julho de 2014

Grandes Regiões	Total de municípios brasileiros	OPM Municipais	
		Total	Distribuição (%)
Brasil	5.570	655	11,8
Norte	450	66	14,7
Nordeste	1.794	331	18,5
Sudeste	1.668	84	5,0
Sul	1.191	124	10,4
Centro-Oeste	467	50	10,7

Fonte: SPM/SAIAT, julho de 2014.

Tabela 7.32 – Convenções Internacionais sobre os direitos das mulheres ratificadas pelo Brasil – 2014

Nome da Convenção	Data da assinatura	Promulgação	
		Nº Decreto	Data
Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher	2/5/1948	31.643	23/10/1952
Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher	2/5/1948	28.011	19/4/1950
Convenção sobre os direitos políticos da mulher	31/3/1953	52.476	12/9/1963
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)	18/12/1979	4.377	13/9/2002
Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará)	9/6/1994	1.973	1/8/1996
Protocolo facultativo à CEDAW	6/10/1999	4.316	30/7/2002
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)*	2000	--	--

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF, 2014.

Nota: As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Mulheres no Esporte

Tabela 8.1 – Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada, nos 7 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	30,1	21,8	39,1
Norte	29,4	22,8	37,2
Nordeste	25,2	18,6	33,4
Sudeste	30,5	21,9	39,2
Sul	36,3	25,7	47,4
Centro-Oeste	32,9	24,3	42,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 8.2 – Proporção por sexo de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que fizeram 300 minutos ou mais de atividade física globalmente estimada, nos 7 dias anteriores à pesquisa, segundo as Grandes Regiões – Brasil, 2012

Grandes Regiões	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
Brasil	20,2	13,1	27,9
Norte	22,4	16,6	29,4
Nordeste	18,2	12,2	25,7
Sudeste	19,9	12,4	27,5
Sul	22,4	14,5	30,7
Centro-Oeste	21,6	13,8	29,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012.

Tabela 8.3 – Proporção por sexo de pessoas de 18 anos ou mais de idade que praticam o nível recomendado de atividade física no tempo livre – 2010 a 2013

Ano	Proporção (%)		
	Total	Mulheres	Homens
2010	30,5	22,4	40,0
2011	31,6	24,1	40,4
2012	33,5	26,5	41,5
2013	33,8	27,4	41,2

Fonte: Ministério da Saúde, Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2014.

Nota: Nível recomendado de atividade física no tempo livre é de pelo menos 150 minutos semanais de atividade física de intensidade leve ou moderada ou pelo menos 75 minutos semanais de atividade física de intensidade vigorosa.

Tabela 8.4 – Alunas/os inscritas/os no Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte, total e distribuição percentual, por sexo – 2012

Alunas/os	Total (1.000 pessoas)	Total (1.000 pessoas)		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	3.603	1.381	2.221	38,4	61,6

Fonte: Ministério do Esporte/Programa Segundo Tempo, 2012.

Tabela 8.5 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta, total e distribuição percentual por sexo, segundo as categorias – 2013

Categorias	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	5.691	2.348	3.343	41,3	58,7
Atletas de base	265	113	152	42,6	57,4
Estudantil	234	99	135	42,3	57,7
Nacional	3.859	1.513	2.346	39,2	60,8
Internacional	944	440	504	46,6	53,4
Olímpico / Paralímpico	389	183	206	47,0	53,0

Fonte: Ministério do Esporte/Bolsa Atleta, 2013.

Tabela 8.6 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta que possuem alguma deficiência, total, distribuição percentual por sexo e proporção por sexo de atletas com deficiência em relação ao total de atletas contempladas/os com Bolsa Atleta – 2013

Sexo	Total	Atletas com deficiência			
		Distribuição (%)	Total	Distribuição (%)	Proporção (%) em relação ao total de atletas
Total	5.691	100,0	1.213	100,0	21,3
Feminino	2.348	41,3	406	33,5	7,1
Masculino	3.343	58,7	807	66,5	14,2

Fonte: Ministério do Esporte/Bolsa Atleta, 2013.

Tabela 8.7 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria nacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – Brasil, 2013

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	1.233	528	705	42,8	57,2
Atletismo	513	203	310	39,6	60,4
Basquete	76	33	43	43,4	56,6
Ginástica artística	22	13	9	59,1	40,9
Judô	103	52	51	50,5	49,5
Natação	384	167	217	43,5	56,5
Voleibol	115	50	65	43,5	56,5
Vôlei de praia	20	10	10	50,0	50,0

Fonte: Ministério do Esporte/Bolsa Atleta, 2013.

Tabela 8.8 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria internacional, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – 2013

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	279	139	140	49,8	50,2
Atletismo	103	48	55	46,6	53,4
Basquete	23	17	6	73,9	26,1
Ginástica artística	18	8	10	44,4	55,6
Judô	54	26	28	48,1	51,9
Natação	17	8	9	47,1	52,9
Voleibol	48	27	21	56,3	43,8
Vôlei de praia	16	5	11	31,3	68,8

Fonte: Ministério do Esporte/Bolsa Atleta, 2013.

Tabela 8.9 – Atletas contempladas/os com Bolsa Atleta na categoria olímpica, total e distribuição percentual por sexo, segundo as modalidades esportivas – 2013

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	162	71	91	43,8	56,2
Atletismo	66	27	39	40,9	59,1
Basquete	17	11	6	64,7	35,3
Ginástica artística	6	3	3	50,0	50,0
Judô	12	6	6	50,0	50,0
Natação	36	10	26	27,8	72,2
Voleibol	18	10	8	55,6	44,4
Vôlei de praia	7	4	3	57,1	42,9

Fonte: Ministério do Esporte/Bolsa Atleta, 2013.

Tabela 8.10 – Atletas brasileiras/os nas seis últimas edições das Paralimpíadas, total e distribuição percentual por sexo – 2014

Paralimpíadas	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	629	184	445	29,3	70,7
Barcelona 1992	41	10	31	24,4	75,6
Atlanta 1996	60	19	41	31,7	68,3
Sidney 2000	64	11	53	17,2	82,8
Atenas 2004	96	22	74	22,9	77,1
Pequim 2008	187	54	133	28,9	71,1
Londres 2012	181	68	113	37,6	62,4

Fonte: Comitê Paralímpico Internacional. Disponível em: <http://www.paralympic.org/npc/brazil> . Acesso em 10/03/2014.

Tabela 8.11 – Atletas cadastradas/os no Comitê Paralímpico Brasileiro, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – 2014

Modalidades	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	4.721	1.287	3.434	27,3	72,7
Atletismo	2.785	763	2.022	27,4	72,6
Esgrima	55	16	39	29,1	70,9
Halterofilismo	221	35	186	15,8	84,2
Natação	1.571	457	1.114	29,1	70,9
Tiro Esportivo	89	16	73	18,0	82,0

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Nota: Atletas cadastradas/os até 07 de março 2014.

Tabela 8.12 – Atletas brasileiras/os nas quatro últimas edições das Olimpíadas, total e distribuição percentual por sexo – 2013

Olimpíadas	Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	993	477	516	48,0	52,0
Sidney 2000	205	94	111	45,9	54,1
Atenas 2004	248	123	125	49,6	50,4
Pequim 2008	282	138	144	48,9	51,1
Londres 2012	258	122	136	47,3	52,7

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), 2013.

Tabela 8.13 – Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Sidney, realizados em 2000, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – dezembro de 2013

Modalidades	Atletas					Técnicas/os				
	Total	Total		Distribuição (%)		Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	125	57	68	45,6	54,4	27	3	24	11,1	88,9
Atletismo	18	3	15	16,7	83,3	5	0	5	0,0	100,0
Basquete	12	12	0	100,0	0,0	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	36	18	18	50,0	50,0	3	0	3	0,0	100,0
Ginástica artística	2	2	0	100,0	0,0	2	1	1	50,0	50,0
Judô	12	5	7	41,7	58,3	3	1	2	33,3	66,7
Natação	13	1	12	7,7	92,3	7	0	7	0,0	100,0
Voleibol	24	12	12	50,0	50,0	2	0	2	0,0	100,0
Vôlei de praia	8	4	4	50,0	50,0	4	1	3	25,0	75,0

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), dezembro de 2013.

Tabela 8.14 – Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Atenas, realizados em 2004, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – dezembro de 2013

Modalidades	Atletas					Técnicas/os				
	Total	Total		Distribuição (%)		Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	142	83	59	58,5	41,5	26	2	24	7,7	92,3
Atletismo	37	17	20	45,9	54,1	7	0	7	0,0	100,0
Basquete	12	12	0	100,0	0,0	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	19	19	0	100,0	0,0	1	0	1	0,0	100,0
Ginástica artística	7	6	1	85,7	14,3	3	1	2	33,3	66,7
Judô	12	5	7	41,7	58,3	2	0	2	0,0	100,0
Natação	23	8	15	34,8	65,2	5	0	5	0,0	100,0
Voleibol	24	12	12	50,0	50,0	3	0	3	0,0	100,0
Vôlei de praia	8	4	4	50,0	50,0	4	1	3	25,0	75,0

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), dezembro de 2013.

Tabela 8.15 – Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Pequim, realizados em 2008, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – dezembro de 2013

Modalidades	Atletas					Técnicas/os				
	Total	Total		Distribuição (%)		Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	177	96	81	54,2	45,8	37	4	33	10,8	89,2
Atletismo	50	26	24	52,0	48,0	12	1	11	8,3	91,7
Basquete	12	12	0	100,0	0,0	1	0	1	0,0	100,0
Futebol	36	18	18	50,0	50,0	2	0	2	0,0	100,0
Ginástica artística	7	6	1	85,7	14,3	3	1	2	33,3	66,7
Judô	13	6	7	46,2	53,8	4	1	3	25,0	75,0
Natação	27	12	15	44,4	55,6	9	1	8	11,1	88,9
Voleibol	24	12	12	50,0	50,0	2	0	2	0,0	100,0
Vôlei de praia	8	4	4	50,0	50,0	4	0	4	0,0	100,0

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), dezembro de 2013.

Tabela 8.16 – Atletas e técnicas/os nos Jogos Olímpicos de Londres, realizados em 2012, total e distribuição percentual por sexo, segundo a modalidade esportiva – dezembro de 2013

Modalidades	Atletas					Técnicas/os				
	Total	Total		Distribuição (%)		Total	Total		Distribuição (%)	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	179	80	89	44,7	49,7	44	5	39	11,4	88,6
Atletismo	36	18	18	50,0	50,0	16	1	15	6,3	93,8
Basquete	23	11	12	47,8	52,2	2	0	2	0,0	100,0
Futebol	36	18	18	50,0	50,0	2	0	2	0,0	100,0
Ginástica artística	8	5	3	62,5	37,5	5	1	4	20,0	80,0
Judô	14	7	7	50,0	50,0	3	1	2	33,3	66,7
Natação	20	5	15	25,0	75,0	10	1	9	10,0	90,0
Voleibol	24	12	12	50,0	50,0	2	0	2	0,0	100,0
Vôlei de praia	8	4	4	50,0	50,0	4	1	3	25,0	75,0

Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), dezembro de 2013.

ANEXO IV – BASE DE DADOS

Nome: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Tipo de base: Pesquisa por amostragem probabilística

Periodicidade de produção: anual

Resumo: O sistema de pesquisas domiciliares, implantado no Brasil a partir de 1967 com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socio-econômico do país. A PNAD foi definida para atender múltiplos propósitos, abrangendo as áreas demográfica, de saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, e nível econômico do domicílio. Tem como universo a população residente nos domicílios particulares (permanentes e improvisados), e em unidades de habitação em domicílios coletivos, nas áreas urbana e rural. A coleta dos dados é realizada nos últimos meses do ano de referência. As principais características investigadas são relativas a: a) habitação; b) demografia; c) migração; d) fecundidade feminina; e) educação; f) trabalho e rendimento.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PD>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Censo demográfico

Instituição Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Gerência Técnica do Censo Demográfico)

Tipo de base: Censo

Periodicidade de produção: Decenal

Resumo: O Censo Demográfico percorre todo o território nacional desde 1872 levantando informações sobre a situação de vida da população. A coleta de dados se dá por meio de questionários aplicados presencialmente às/aos residentes de domicílios de todo o Brasil, possibilitando a desagregação das informações até o nível de município. O principal objetivo do Censo é produzir informações que auxiliem na criação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis de governo e até da iniciativa privada. As principais variáveis do Censo dizem respeito a: situação do domicílio (urbano ou rural); características do domicílio; emigração internacional; sexo; idade; cor ou raça; etnia ou povo e língua falada (para a população indígena); religião ou culto; registro de nascimento; deficiência física ou mental; migração interna e imigração internacional; educação; deslocamento para estudo; nupcialidade; características do trabalho e do rendimento; deslocamento para trabalho; fecundidade e mortalidade.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=CD>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**Instituição Responsável:** IBGE/DPE/COREN – Coordenação de Trabalho e Rendimento**Tipo de base:** Pesquisa por amostragem probabilística**Periodicidade de produção:** Eventual (última edição disponível: 2008-2009)

Resumo: Realizada a partir de 1987-1988, a Pesquisa de Orçamentos Familiares abrangia geograficamente, as áreas metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e do Município de Goiânia. A partir de 2002-2003 a abrangência foi ampliada para todo o território Nacional cobrindo todas as áreas urbanas e rurais do país. Através dos dados coletados pela Pesquisa é possível conhecer as estruturas de consumo das famílias e também o valor total da conta das famílias; atualizar as estruturas de ponderações necessárias para a produção dos Índices de Preços ao Consumidor; atualização da participação das despesas das famílias no cálculo das Contas Nacionais; estudar a evolução dos hábitos de consumo das famílias e possibilitar os mais variados estudos e planejamentos sobre distribuição, concentração e desigualdade de renda, aspectos demográficos e socioeconômicos, quantidade adquirida per capita. As principais variáveis consideradas são características domiciliares diversas (estrutura, propriedade e locação, acesso a água e energia elétrica, condições de moradia, saneamento, pavimentação da rua); estruturas familiares e bens; orçamentos (rendas, rendimentos e despesas diversas).

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=OF>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**Instituição Responsável:** IBGE/DPE/COPIS – Coordenação de População e Indicadores Sociais**Tipo de base:** Pesquisa censitária**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) surgiu em 1999 com o objetivo de fornecer informações que subsidiem o planejamento municipal e o aprimoramento da gestão municipal, além de propiciar um conhecimento maior dos processos que vêm ocorrendo na escala local por parte dos governos (locais, estaduais e federal), universidades, sociedade civil etc. Os resultados da pesquisa são obtidos através de entrevistas feitas junto às/aos gestoras/es dos setores e/ou instituições pesquisadas que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais. As principais variáveis abordadas se referem em geral a informações sobre a prefeitura; administração direta e indireta (quadro geral de funcionárias/os e informações sobre as/os mesmas/os); recursos para gestão; estruturas organizacionais de direitos humanos, gênero, acesso à justiça, assistência social e meio ambiente; e políticas de educação, esporte, cultura, habilitação, transporte, saúde, segurança e justiça.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PM>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)**Instituição Responsável:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**Tipo de base:** Pesquisa censitária**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: A ESTADIC, realizada pela primeira vez em 2012, tem como objetivo produzir um quadro geral sobre as administrações estaduais e do Distrito Federal, para auxiliar as/os gestoras/es no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. As informações são coletadas por meio de entrevistas junto às/aos gestoras/es dos governos estaduais e, secundariamente, de instituições de outros poderes. O questionário destaca aspectos relevantes da gestão e da estrutura das Unidades da Federação, considerando: recursos humanos das administrações, conselhos e fundos, política de gênero, direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, assistência social, saúde, meio ambiente e inclusão produtiva.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=ED>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**Instituição Responsável:** IBGE/DPE/COREN – Coordenação de Trabalho e Rendimento**Tipo de base:** Pesquisa por amostragem probabilística**Periodicidade de produção:** Mensal

Resumo: O objetivo da Pesquisa Mensal de Emprego é produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade (economicamente ativas e não economicamente ativas, em cada uma das regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa) que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho metropolitano. Realizada desde 1980 nas regiões metropolitanas de Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, a pesquisa aborda principalmente as áreas de educação e trabalho. As principais variáveis investigadas na parte de educação são: alfabetização, frequência à escola e qualificação profissional. As principais variáveis investigadas na parte de trabalho são: classificação de atividade, formas de inserção no mercado de trabalho, características dos trabalhos principal e secundário(s), rendimento, previdência, horas trabalhadas, filiação a sindicato, ocupação, atividade, procura de trabalho e características do trabalho anterior.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PE>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)

Instituição Responsável: IBGE/DPE/COPIS – Coordenação de População e Indicadores Sociais

Tipo de base: Pesquisa por amostragem probabilística

Periodicidade de produção: Eventual

Resumo: Criada em 2009, fruto de parceria entre o Ministério da Saúde e o IBGE, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar tem por objetivo produzir informações que permitam conhecer a magnitude dos fatores de risco e proteção à saúde, orientar e avaliar as intervenções em saúde adequadas à/ao adolescente, contribuindo para o monitoramento da saúde da/o escolar. A pesquisa é realizada nos municípios das capitais e do Distrito Federal, considerando principalmente as seguintes variáveis: escolaridade materna; conhecimento dos pais ou responsáveis sobre o uso do tempo livre das/os filhas/os; consumo de alimentos saudáveis; consumo de alimentos não-saudáveis; escovação de dentes; envolvimento em briga com agressão física; falta à aula por insegurança no trajeto casa-escola; falta à aula por insegurança na escola; tempo assistindo à televisão; uso abusivo de álcool; percepção quanto à imagem corporal; presença de pais na residência; tempo de atividade física acumulada; frequência de relação sexual; uso de drogas ilícitas; e uso de cigarro.

Mais informações:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=AA>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Instituição responsável: Ministério do Trabalho e Emprego/CGET/DES/SPPE

Tipo de base: Registro Administrativo (dados censitários)

Periodicidade de produção: anual

Resumo: A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo, instituído pelo governo federal em 1975, com diversas finalidades relacionadas ao controle das atividades trabalhistas das empresas em operação no país. A declaração é obrigatória para todas as empresas, fazendo com que a RAIS constitua um recenseamento do trabalho formal no país, tanto urbano quanto rural. Até o final do mês de março as empresas enviam a declaração referente ao ano anterior. As informações coletadas pela RAIS permitem o acompanhamento e a caracterização do emprego formal no país nas seguintes dimensões: a) geográfica (sendo possível a desagregação até o nível do município); b) setorial; c) ocupacional; d) sexo; e) raça ou cor; f) remuneração; entre outras.

Mais informações: <http://portal.mte.gov.br/rais/> (Acesso em 24/03/2014)

Nome: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS)

Instituição Responsável: Ministério da Previdência Social – Secretaria de Políticas de Previdência Social

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) é um registro administrativo produzido pelo Ministério da Previdência Social – MPS em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV que já conta com vinte e uma publicações. Os dados divulgados dão transparência à Previdência Social possibilitando à sociedade civil, pesquisadoras/es, gestoras/es públicas/os e privadas/os, comunidade acadêmica e interessadas/os em geral o conhecimento, avaliação e debate da atual realidade social. As informações presentes no Anuário estão divididas em a) benefícios; b) acordos internacionais; c) serviços previdenciários; d) acidentes de trabalho; e) contribuintes; f) arrecadação; g) fiscalização; h) cobrança; i) procuradoria; j) conselho de recursos da Previdência Social; l) finanças; m) contabilidade; n) atendimento; o) previdência complementar; p) previdência do setor público; q) indicadores econômicos; r) demografia.

Mais informações: <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/>
(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Data CAD

Instituição Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / SAGI / Data Social

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O Data CAD disponibiliza os dados reunidos no Cadastro Único (CadÚnico), instituído por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. O CadÚnico identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: (i) renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou (ii) renda mensal total de até três salários mínimos. A utilização do CadÚnico é obrigatória para a seleção de beneficiárias/os para diversos Programas Sociais do Governo Federal, entre eles o Bolsa Família. Os dados são coletados de forma contínua e disponibilizados regularmente. O CadÚnico permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais (de infraestrutura e saneamento básico) e, também, dados de cada um dos componentes da família, com desagregações por sexo, raça ou cor e idade.

Mais informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico;>
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro.php?p_id=4
(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Censo Escolar da Educação Básica**Instituição Responsável:** MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)**Tipo de base:** Censo**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo INEP em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a educação básica brasileira. A/o informante do Censo Escolar é a/o Diretor/a ou pessoa responsável indicada. Nesta pesquisa são coletados dados educacionais, tanto sobre a infraestrutura da escola, como sobre o pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, perfil das/os alunas/os, entre outros. Os dados coletados são transmitidos diretamente ao INEP. A coleta dos dados está dividida em duas etapas: 1ª etapa: aplicação dos questionários de cadastro da escola, da turma, da/o aluna/o e da/o docente, e 2ª etapa: informações de movimento e rendimento escolar.

Mais informações: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo> (Acesso em 24/03/2014)

Nome: Censo da Educação Superior**Instituição Responsável:** MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)**Tipo de base:** Censo**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: O Censo da Educação Superior é de âmbito nacional e periodicidade anual. Foi criado com a finalidade de produzir informações sobre a educação superior no Brasil. No ano de 2001, com a Portaria Ministerial nº 2.517, de 22 de novembro de 2001, ficou estabelecido que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem responder, anualmente, ao Censo da Educação Superior, no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIED-Sup) e que devem designar um/a pesquisador/a institucional para ser a/o interlocutor/a e responsável pelas informações da IES junto ao INEP. A coleta tem por objetivo principal oferecer, às/aos dirigentes das instituições, às/aos gestoras/es das políticas educacionais, às/aos pesquisadoras/es e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. Com abrangência regional, estadual e municipal, o Censo é aplicado a todas as Instituições de ensino superior que possuem um ou mais cursos com data de início de funcionamento até 30 de outubro do ano base do levantamento. Os dados produzidos constituem a matriz para a construção de indicadores da educação superior. São dispostas informações administrativas e acadêmicas referentes às seguintes variáveis: a) graduação presencial; b) graduação a distância; c) cursos sequenciais; d) cursos sequenciais de formação específica – a distância; e) cursos sequenciais de complementação de estudos – presencial; f) cursos sequenciais de complementação de estudos – a distância; g) pessoal técnico-administrativo; h) pessoal docente; i) dados financeiros; j) infraestrutura; l) instalações, equipamentos e outros recursos institucionais; e m) área total, área construída e área de laboratórios (em m²).

Mais informações: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> (Acesso em 24/03/2014)

Nome: Estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Instituição Responsável: Assessoria de estatísticas de informação – CNPq

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual ou bianual

Resumo: O CNPq disponibiliza informações administrativas a respeito da demanda e atendimento de bolsas e da distribuição do financiamento pela instituição, além de informações censitárias a respeito dos grupos de pesquisa no país. Estes indicadores têm como fontes de dados os censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e os investimentos do CNPq em bolsas e auxílios. As informações contemplam as seguintes variáveis: demanda e atendimento de bolsas por área de conhecimento, instituição, região, chamada, entre outras; distribuição do financiamento por ano, área, grande área, faixa etária, instituição de ensino, linha de atuação, modalidade, programa, região, sexo, Unidade da Federação, entre outras; grupos de pesquisa por Unidade da Federação, instituição, área, grande área, setor de aplicação e ano de formação. Os grupos de pesquisa são recenseados a cada dois anos.

Mais informações: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao3>
(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN)

Instituição Responsável: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: Implantado no país entre 1990 e 1993, o SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal. Os dados são coletados de forma contínua a partir da Ficha Individual de Notificação (FIN), preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando da suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal. As principais variáveis abordadas são: a) período e localidade em (i) mês, (ii) ano, (iii) estado e município; b) informações sobre a/o paciente: sexo, escolaridade, raça ou cor, área residencial (urbano ou rural), estado e município de residência; e o agravo, considerando a data dos primeiros sintomas, município, estado e país da infecção. Outras variáveis são coletadas, dependendo do tipo de agravo.

Mais informações: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/> (Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC)**Instituição Responsável:** Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)**Tipo de base:** Registro Administrativo**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: O Sistema de Informações de Nascidos Vivos visa reunir informações epidemiológicas referentes às/aos nascidas/os vivas/os em todo território nacional com detalhamento no nível estadual e municipal. Implementado gradualmente desde 1994 pelo Ministério da Saúde em todas as Unidades da Federação, o SINASC tem como principais variáveis: a) nascimento: data, local, estabelecimento de saúde, distrito e município de nascimento; b) mãe: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, número de filhas/os vivas/os e mortas/os, cidade de residência; c) gravidez e parto: semanas de gestação, tipo de gravidez (única, múltipla), tipo de parto (vaginal ou cesáreo), número de consultas pré-natais; d) nascida/o: sexo, índice APGAR no primeiro minuto, índice APGAR no quinto minuto, peso, anomalias congênitas, Código da Anomalia Congênita usando a CID.

Mais informações: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sinasc/%5Cnvdescr.htm>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)**Instituição Responsável:** Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)**Tipo de base:** Registro Administrativo**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: O objetivo do Sistema de Informações de Mortalidade é obter regularmente dados sobre a mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. Implementado pelo Ministério da Saúde a partir de 1994, o SIM tem abrangência nacional, com detalhamento no nível estadual e municipal. O controle dessas informações é feito através da Declaração de Óbito preenchida pelos médicos ou pessoas responsáveis que presenciaram a morte. As declarações são coletadas pela Secretarias de Saúde municipais ou estaduais e os dados são inseridos no sistema. As variáveis consideradas referem-se a: a) falecido/a: local de nascimento, data de nascimento, idade, sexo, raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação, distrito e município de residência; b) óbito: data, local, estabelecimento de saúde, município; c) mãe (em caso de morte fetal ou de criança com menos de 1 ano): idade, escolaridade, ocupação, número de filhas/os nascidas/os vivas/os, número de filhas/os nascidas/os mortas/os, tipo de gravidez (única ou múltipla), semanas de gestação, tipo de parto (vaginal ou cesáreo), doenças relativas ao parto, peso ao nascer; d) causa primária da morte (CID), causas secundárias; e) prováveis circunstâncias de morte não natural.

Mais informações: <http://svs.aims.gov.br/cgiae/sim/>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações do Câncer da Mulher (SISCAM)

Instituição Responsável: Departamento de Informática do SUS – DATASUS, Instituto Nacional do Câncer (INCA)

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Mensal

Resumo: Criado a partir de 1998, o SISCAM – em seus dois módulos (Sistema de Informação do Câncer de Colo de Útero – SISCOLO e Sistema de Informação do Câncer de Mama – SISMAMA) – registra informações gerenciais para subsidiar a implementação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo de Útero e de Mama pelo Sistema Único de Saúde. Os dados permitem avaliar através de indicadores se a população alvo está sendo atingida, qual a prevalência das lesões precursoras entre as mulheres diagnosticadas, qual a qualidade da coleta destes exames (adequabilidade e monitoramento externo), qual o percentual de mulheres que estão sendo tratadas/acompanhadas. Também pode indiretamente fornecer dados para avaliar a captação (mulheres novas) e cobertura (mulheres atingidas) do programa de rastreamento.

Mais informações: <http://w3.datasus.gov.br/siscam/index.php>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL)

Instituição Responsável: Ministério da Saúde (MS)

Tipo de base: Pesquisa por Amostragem Probabilística (cobertura somente para capitais; não tem representatividade nacional)

Periodicidade de produção: Anual

Resumo: O VIGITEL é um sistema de monitoramento e vigilância implantado pelo Ministério da Saúde a partir de 2006 que visa monitorar a magnitude das DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis) e analisar seus determinantes sociais, econômicos, comportamentais e políticos, para: subsidiar políticas e estratégias de promoção da saúde; reduzir o nível de exposição de indivíduos e populações aos fatores de risco mais comuns para as DANT; fortalecer o sistema de saúde para o controle das/os pacientes com DANT. O sistema abrange todas as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal tendo como variáveis principais: a) características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos: idade, sexo, estado civil, etnicidade, nível de escolaridade, número de pessoas e cômodos no domicílio, número de adultos/os e número de linhas telefônicas; b) características do padrão de alimentação e de atividade física associadas à ocorrência de DCNTs (Doenças Crônicas Não Transmissíveis): frequência do consumo de frutas, legumes e verduras e de alimentos fonte de gordura saturada e frequência e duração da prática de exercícios físicos e do hábito de assistir televisão; c) características individuais e hábitos: peso e altura recordados, frequência do consumo de cigarros e de bebidas, autoavaliação do estado de saúde da/o entrevistada/o e referência a diagnóstico médico anterior de hipertensão arterial, diabetes e colesterol elevado.

Mais informações: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/vigitel/vigteldescr.htm>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)**Instituição Responsável:** Ministério da Saúde**Tipo de base:** Registro Administrativo**Periodicidade de produção:** Anual

Resumo: O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) foi implantado em 2006 com o objetivo de coletar dados e gerar informações sobre violências e acidentes para subsidiar políticas em saúde pública direcionadas a esses agravos, além de possibilitar um diagnóstico mais sensível da situação, especialmente, de casos não reconhecidos e não incorporados aos sistemas de informações sobre mortalidade (SIM) e internações (SIH).

O VIVA possui dois componentes: 1) VIVA Contínuo, que é formado pela vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovoçadas, e 2) VIVA Inquérito, sob a modalidade de inquérito sobre violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência. Coletados de forma permanente, os dados incluem: a) tipo de atendimento: acidentes, violências; b) pacientes: sexo, idade, cor ou raça, deficiência, localização do domicílio, parte do corpo atingida; c) ocorrência: intencionalidade, tipos de acidente/violência/agressão, relação com o trabalho, uso de álcool ou drogas, local da ocorrência, evolução do atendimento; d) autor/a: relação com a/o autor/a, sexo da/o autor/a.

Mais informações:

http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/viva/2011/vivadescr_09_11.pdf

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH)**Instituição Responsável:** Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS)**Tipo de base:** Registro Administrativo**Periodicidade de produção:** Mensal

Resumo: Criado em 1981, o Sistema de Informações Hospitalares do SUS tem por finalidade transcrever todos os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiados pelo SUS e, após o processamento, gerar relatórios para as/os gestoras/es que lhes possibilitem fazer os pagamentos dos estabelecimentos de saúde. As informações do Sistema estão disponíveis em nível nacional, com detalhamento no nível estadual, municipal e de estabelecimentos, abrangendo principalmente as seguintes variáveis: a) hospital: código, município, regime jurídico; b) paciente: sexo, data de nascimento, idade, município de residência, código postal, ocupação, atividade econômica, nacionalidade; c) hospitalização: especialidade, tipo de admissão (emergência, eletiva, etc.), data da admissão, data da alta, dias de permanência, tipo e número de dias na UTI, número de dias da/o acompanhante, motivo da alta, procedimentos realizados, diagnóstico primário e secundário; d) custo hospitalar: total, serviços hospitalares, serviços profissionais, serviços de diagnóstico e terapia, cuidados neonatais, acompanhante, ortopedia e prótese, sangue, transplante, analgesia obstétrica, UTI; e) em caso de esterilização: número de filhas/os, escolaridade, métodos de controle de natalidade. Outras informações: gravidez de alto-risco, cuidados pré-natais, infecção hospitalar; e f) procedimentos: código do procedimento, código do estabelecimento ou profissional, tipo do estabelecimento ou profissional (laboratório do hospital, laboratório externo, profissional do hospital, profissional externa/o), atividade do estabelecimento ou profissional (anestesia, ortopedia, etc.), número de procedimentos, custo.

Mais informações: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/midescr.htm>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)

Instituição Responsável: Ministério da Saúde (MS), Sociedade Civil Bem-estar do Brasil (BEMFAM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Tipo de base: Pesquisa por amostragem probabilística

Periodicidade de produção: Eventual

Resumo: A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) está em sua terceira edição no Brasil. As anteriores foram a Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF), realizada em 1986 e a PNDS, em 1996. A PNDS traça um perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil. Seu objetivo é avaliar níveis e tendências de fecundidade, conhecimento e uso de métodos contraceptivos, amamentação e outros determinantes próximos da fecundidade, saúde materno-infantil, mortalidade materna, DST/AIDS, gravidez, assistência pré-natal e parto, principais causas de doenças predominantes na infância (diarréia e infecções respiratórias), imunização, estado nutricional e acesso à água e esgotamento sanitário. A pesquisa investiga, ainda, intenções reprodutivas e necessidades não satisfeitas de anticoncepção. A amostra foi desenhada para obter resultados representativos e estimativas independentes para todas as seis regiões da PNAD (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). As principais variáveis consideradas são: a) domicílio: abastecimento de água, esgoto, telefone, eletricidade, eletrodomésticos, tipo de construção, alimentação, ajuda financeira, total de moradores; b) mulher: reprodução, anticoncepção, acesso a medicamentos, gravidez e parto, amamentação e nutrição, vacinação e saúde; c) conjugalidade e atividade sexual: planejamento da fecundidade, características do cônjuge e trabalho da mulher, peso, altura e circunferência da cintura, coleta de sangue.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Instituição Responsável: Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/SPM/PR

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Semestral

Resumo: A Central de Atendimento à Mulher, criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, é um serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, orientando as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, informando a respeito dos serviços disponíveis para atendê-las e, desde março de 2014, recebendo e encaminhando denúncias de casos de violência contra as mulheres para as autoridades competentes. A partir das ligações feitas à Central, constitui-se uma base de dados, preenchidas pelas atendentes, com o perfil das mulheres atendidas e dos tipos de atendimento. Com detalhamento ao nível de Unidades Federativas e municípios, a base classifica os registros a partir de variáveis como: a) tipo de crime: ameaça; assédio moral (trabalho); assédio sexual (trabalho); atentado violento ao pudor; calúnia; cárcere privado; dano emocional/diminuição da autoestima; difamação; estupro; exploração sexual; homicídio; injúria; lesão corporal grave; lesão corporal gravíssima; lesão corporal leve; perseguições; tentativa de homicídio; violência patrimonial; b) tipo de violência: cárcere privado; violência física; violência moral; violência patrimonial; violência psicológica; violência sexual; c) outras variáveis relacionadas à violência e sua caracterização: trata-se de caso de violência doméstica; relação com a/o agressor/a; tempo da relação; há quanto tempo ocorre a violência; frequência com que ocorre a violência; qual o risco que se percebe; se depende financeiramente da/o agressor/a; d) variáveis de descrição do perfil da pessoa atendida: sexo; escolaridade; idade; cor ou raça.

Mais informações:

<http://www.spm.gov.br/ouvidoria/central-de-atendimento-a-mulher>

(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Disque Direitos Humanos (Disque 100)

Instituição Responsável: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Mensal

Resumo: O Disque Direitos Humanos – Disque 100 é um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, que recebe denúncias e oferece orientações a respeito de violações de direitos humanos. A base de dados resultante dos registros dos atendimentos pelos/as atendentes permite o monitoramento dos atendimentos e da efetividade da proteção oferecida à/ao cidadã/o. Os dados são coletados para Brasil, Unidades Federativas e municípios. A base disponibiliza dados sobre: a) cadastro do demandante: nome, nome social, nome da mãe, data de nascimento, idade, faixa etária, estado civil, ocupação, telefone, e-mail, CEP, endereço, UF, sexo, escolaridade, orientação sexual, identidade de gênero, cor ou raça, pessoa com deficiência/doença mental, pessoa em situação de rua; b) cadastro da vítima; c) cadastro da pessoa suspeita; d) cadastro de pessoa jurídica; e) tipo de violência: negligência, violência psicológica, violência sexual, exploração do trabalho infantil, discriminação, abuso financeiro e econômico, violência institucional, outras violações; e f) relação da/o agressor/a com a vítima.

Mais informações: <http://www.sdh.gov.br/disque100/ouvidoria-disque-100>
(Acesso em 24/03/2014)

Nome: Sistema de Informações Penitenciárias (InfoPen)

Instituição Responsável: MJ/SENASP/Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Semestral

Resumo: O InfoPen é o registro de indicadores gerais e preliminares sobre a população penitenciária do país, que fornece subsídios informacionais aos órgãos responsáveis na proposição de políticas públicas voltadas para o Sistema Penitenciário. Com desagregação em nível de Unidades Federativas, o InfoPen tem abrangência sobre todo o território nacional e contém informações sobre estabelecimentos penais estaduais e federais. As principais variáveis apresentadas dizem respeito a: a) quantidade de presas/os e internadas/os por regime penitenciário, por sexo e UF; b) capacidade: número de vagas (Secretaria de Justiça) por sistema penitenciário, por sexo e UF; c) estabelecimentos penais por tipo e por sexo; d) administração penitenciária: quantitativo de servidoras/es penitenciárias/os; e) população prisional: quantidade de presas/os e internadas/os provenientes da polícia e da Justiça Federal, por regime penitenciário, por sexo, por escolaridade, por raça ou cor, estado civil e UF; f) quantidade de presas/os por tempo total das penas; e g) quantidade de crimes tentados ou consumados.

Mais informações: <http://goo.gl/RHWFrFR>

Nome: Estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral

Instituição Responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Tipo de base: Registro Administrativo

Periodicidade de produção: Bianual

Resumo: O objetivo das estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral é disponibilizar informações sobre eleitoras/es, candidaturas e eleitas/os com abrangência nacional, Unidades Federativas e municípios. Os dados disponíveis referem-se a: a) estatística de resultados: quadro de comparecimento, quadro de votação, quocientes eleitoral e partidário, resultado da eleição, faixa etária/cargo, cargo/partido, cargo/ocupação, cargo/sexo, cargo/partido/sexo, cargo/sexo/faixa etária, cargo/situação da candidatura, cargo/estado civil, cargo/grau de instrução/sexo, cargo/ocupação/sexo, cargo/partido/coligação/sexo, quantidade de candidatas/os por vaga e candidatas/os a reeleição; b) estatísticas de candidatura: sexo, faixa etária, filiação partidária, estado civil, cargo para que concorre, cargo/situação da candidatura, grau de instrução, ocupação, reeleição; e c) estatísticas de eleitorado: sexo, faixa etária, grau de instrução, filiação, justificativa de votos.

Mais informações: www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais;

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas> (Acesso em 24/03/2014)

Nome: Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais

Instituição Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Tipo de base: Registro administrativo

Periodicidade de produção: Mensal

Resumo: O Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais é uma publicação mensal demonstrativa com dados sobre a despesa de pessoal da União. Os dados são provenientes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e contemplam as seguintes variáveis: distribuição de servidoras/es por órgão e entidade da administração federal, número de servidoras/es públicas/os, sexo, distribuição por faixa de remuneração e informações organizacionais. Os dados estão disponíveis desde 1996.

Mais informações:

<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=6&ler=t10325>

(Acesso em 24/03/2014)

ANEXO V – GLOSSÁRIO

Estrutura demográfica

Arranjo familiar: Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco morando no mesmo domicílio, conjunto de pessoas vinculadas ao mesmo domicílio ou pessoa que mora sozinha.

Domicílios particulares permanentes: Domicílio construído para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

Esperança de vida ao nascer: Número médio de anos que um/a recém-nascida/o viveria, considerando a mortalidade observada no conjunto da população durante um dado período.

Esperança de vida aos 60 anos: Número médio de anos de vida esperados para uma pessoa ao completar 60 anos de idade, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Idade reprodutiva: Período na vida de uma mulher compreendido, habitualmente, entre os seus 15 e 49 anos.

Pessoa de referência / Chefia familiar: Pessoa reconhecida (homem ou mulher) pelas/os moradoras/es do domicílio como responsável pela unidade domiciliar ou pela família.

População negra: A definição da cor ou raça é uma característica autodeclarada pela pessoa informante do dado, de acordo com categorias pré-estabelecidas – amarela, branca, indígena, parda e preta. A população negra corresponde, como usualmente empregada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, às pessoas que declararam ser de cor ou raça preta e parda.

Projeção da população: População estimada através das componentes demográficas, levando em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

Razão de sexo: Número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Situação do domicílio: Classificação da localização do domicílio em área urbana ou área rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico.

Saneamento adequado: Acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, e lixo coletado direta ou indiretamente.

Taxa de fecundidade: Número médio de filhas/os que teria uma mulher de uma coorte hipotética (entre 15 e 49 anos de idade) ao final de seu período reprodutivo.

Uniãoes homoafetivas: União, por vínculo de afeto, entre pessoas de mesmo sexo resultando em formação de família.

Afazeres domésticos: Realização, no domicílio de residência, de tarefas não econômicas (ou seja, que não atendem às condições estabelecidas no conceito de trabalho), como arrumar ou limpar a moradia, cozinhar, lavar roupa, cuidar de filhas/os ou de menores de idade etc.

Benefícios emitidos: Benefícios de prestação continuada que se encontram ativos no cadastro e para os quais são encaminhados créditos junto à rede pagadora de benefícios.

População economicamente ativa: Pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

População ocupada: População com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por qualquer motivo (férias, licença, falta, greve, entre outros).

Rendimento familiar per capita: Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os rendimentos daquelas/es cuja condição na família é pensionista, empregada/o doméstica/o ou parente da/o empregada/o doméstica/o.

Rendimento-hora: Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

Rendimento médio: Razão entre a soma do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade com rendimento.

Semana de referência: Período de referência utilizado na classificação das características que foram objeto de divulgação. A investigação das características de trabalho e rendimento pela PNAD 2012 teve como referência a semana de 23 a 29 de setembro de 2012.

Taxa de atividade: Razão entre a população economicamente ativa e a população de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de desocupação: Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

Trabalho doméstico remunerado: Prestação de serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou em benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

Trabalho formal: Corresponde, na estrutura ocupacional total, ao somatório das/os trabalhadoras/es com carteira assinada, inclusive as/os trabalhadoras/es domésticas/os, militares, funcionárias/os públicas/os estatutárias/os e empregadoras/es e trabalhadoras/es por conta própria que contribuem para a previdência social.

Trabalho principal: Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tenha mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias.

Bolsa de Produtividade em Pesquisa: Bolsa concedida individualmente, em função do mérito da proposta, destinada a pesquisadoras/es que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos estabelecidos pelo CNPq. As bolsas da categoria Sênior são destinadas a pesquisadoras/es que se destacam como líderes e são reconhecidas/os como paradigma em sua área de atuação. As bolsas de categoria I são designadas a pesquisadoras/es com no mínimo oito anos após o doutorado e os níveis A, B, C e D são definidos, com base comparativa entre seus pares, no que se refere à produção científica, formação de pós-graduandas/os, contribuição científica, coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de administração de instituições científicas. As bolsas de categoria 2, por sua vez, são reservadas a pesquisadoras/es com no mínimo três anos após a obtenção do doutorado, com base em sua produtividade, publicações e orientações.

Número de concluintes: Número de pessoas concluintes de cursos em um determinado nível de ensino (educação infantil, educação fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior etc), no ano considerado.

Número de ingressos: Número de estudantes que iniciaram as atividades em um determinado nível de ensino (educação infantil, educação fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior etc), no ano considerado.

Número de matrículas: Número de matrículas escolares em um determinado nível de ensino (educação infantil, educação fundamental, ensino médio, ensino profissional etc).

Taxa de alfabetização: Percentagem de pessoas alfabetizadas de um grupo de idade, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de idade, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Taxa de frequência bruta: Proporção de pessoas de um determinado grupo de idade que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de idade.

Taxa de frequência líquida: Proporção de pessoas de um determinado grupo de idade que frequenta escola no nível de ensino adequado a esse grupo de idade, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de idade.

Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Mortalidade materna: Estimativa do risco de morte de mulheres durante a gravidez, o aborto, o parto ou até 42 dias após o parto, atribuída a causas obstétricas diretas – decorrentes de complicações obstétricas durante gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de qualquer dessas causas – ou a causas obstétricas indiretas – resultante de doenças que existiam antes da gestação ou que se desenvolveram durante esse período, não provocadas por causas obstétricas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez.

Proporção de nascidas/os vivas/os: Distribuição percentual de nascidas/os vivas/os, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Razão de mortalidade materna por causas obstétricas diretas: Número de óbitos maternos, por 100 mil nascidas/os vivas/os de mães residentes em determinado espaço geográfico no ano considerado, devidos a causas diretas relacionadas à gestação e ao parto.

Razão de mortalidade materna por causas obstétricas indiretas: Número de óbitos maternos, por 100 mil nascidas/os vivas/os de mães residentes em determinado espaço geográfico no ano considerado, devidos a complicações de doenças pré-existentes à gravidez e agravadas com gravidez.

Razão de mortalidade materna corrigida: Razão de mortalidade materna recalculada após aplicação de fator de correção, devido à ocorrência de sub-registros.

Taxa de incidência de HIV/AIDS: Número de casos novos confirmados de HIV/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, na população residente em determinada população, no ano especificado (por 100 mil habitantes).

Taxa de incidência de neoplasias malignas: Número estimado de casos novos de neoplasias malignas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (por 100 mil habitantes).

Taxa de internação hospitalar: Número de casos de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (por 10 mil habitantes).

Taxa de mortalidade bruta: Número total de óbitos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (por mil habitantes).

Taxa de mortalidade específica: Número de óbitos por causas específicas (doenças, acidentes, violência etc), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (por 100 mil habitantes).

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: Incluem todos os tipos de pedidos de informações, registros de reclamações, sugestões e elogios, encaminhamentos para os serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres ou outros telesserviços e relatos de violência.

Relatos de violência da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: Subgrupo dos atendimentos da Central. Os relatos de violência são contabilizados, seguindo um protocolo de registro, quando a pessoa solicitante menciona alguma situação específica de violência contra a mulher, seja ela a vítima da violência ou não.

Registros de violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: registros de notificações compulsórias de violências doméstica, sexual e/ou outras violências identificadas em pacientes por parte das unidades de saúde de todo o país

(públicas e privadas), de acordo com a legislação vigente.

Serviços especializados da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres:

Serviços garantidos por instituições governamentais e não-governamentais visando o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres, o cumprimento de seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada, integral e humana às mulheres em situação de violência.

Mulheres em espaços de poder e decisão

Candidatas/os inscritas/os: Aquelas/es que, satisfeitas as condições de elegibilidade e não incorrendo em qualquer situação de inelegibilidade, têm seu registro deferido pela Justiça Eleitoral para participar de um pleito eleitoral. Durante o processo eleitoral, buscam conquistar os votos do eleitorado para que este as/os legitime como suas/seus representantes no exercício de cargo ou do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Cargos de DAS: Cargos de Direção e Assessoramento Superior, cuja nomeação é de livre provimento.

Cargos de direção em empresas privadas: Grupo que inclui dirigentes de empresas e organizações (exceto as de interesse público), e gerentes.

Cargos de direção de partidos políticos com representação no Congresso Nacional: Grupo que inclui dirigentes e membros das executivas nacionais dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Comissões Permanentes do Congresso Nacional: A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem, respectivamente, Comissões Parlamentares Permanentes com funções legislativas e fiscalizadoras. No cumprimento das funções de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas do Poder Executivo, as Comissões promovem, também, debates e discussões com a participação da sociedade civil, sobre todos os temas ou assuntos de seu interesse.

Eleitoras/es inscritas/os: Cidadãs/os brasileiras/os, devidamente alistadas/os na forma da lei, no gozo dos seus direitos políticos e aptas/os a exercer a soberania popular consagrada no artigo 14 da Constituição Federal através do sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todas/os, e mediante os instrumentos de plebiscito, referendo e iniciativa popular das leis.

Eleição majoritária: O sistema eleitoral majoritário considera eleita/o a/o candidata/o que receber, na respectiva circunscrição – país, estado, município –, a maioria absoluta ou relativa, conforme o caso, dos votos válidos (descontados os nulos e os em branco). No Brasil, exige-se a maioria absoluta dos votos para a eleição para Presidente da República, para governadoras/es dos estados e do Distrito Federal e para prefeitas/os dos municípios com mais de 200.000 eleitoras/es. Caso nenhum/a candidata/o alcance a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre as/os duas/dois mais votadas/os no primeiro turno. Para a eleição para senadoras/es da República e para prefeitas/os dos municípios com menos de 200.000 eleitoras/es exige-se apenas a maioria relativa dos votos, não havendo possibilidade de segundo turno.

Eleição proporcional: O sistema eleitoral proporcional é utilizado para a composição do Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal. Assim, as vagas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmara dos Deputados são distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas são preenchidas pelas/os candidatas/os mais votadas/os da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras.

Hierarquia superior das Forças Armadas: Refere-se aos oficiais gerais, superiores e intermediários das Forças Armadas, a saber: Marechal, General-de-Exército, General-de-Divisão, General-de-Brigada, Coronel, Tenente-Coronel, Major e Capitão no Exército; Marechal-do-Ar, Tenente-Brigadeiro, Major-Brigadeiro, Brigadeiro, Coronel, Tenente-Coronel, Major e Capitão na Aeronáutica; e, Almirante, Almirante-de-Esquadra, Vice-Almirante, Contra-Almirante, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-de-Corveta, e Capitão-Tenente na Marinha.

Instâncias de mulheres dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional: Trata-se de um espaço no âmbito dos partidos políticos que busca promover a participação das mulheres na política, contribuindo para a discussão de temas centrais da atuação política, como a história das mulheres na política, as questões de gênero e raça, os mecanismos internos de funcionamento dos partidos políticos e do sistema eleitoral etc.

Liderança do Governo no Congresso Nacional: Congressistas indicadas/os pela/o Presidenta/e da República para exercer a função de líder do Governo dentre as/os integrantes das representações partidárias que apóiem o Governo.

Lideranças de Partido no Congresso Nacional: Congressistas indicadas/os pelas bancadas de seus partidos políticos para exercer a função de líder na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Mesas diretoras do Congresso Nacional: As Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são responsáveis, respectivamente, pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos das Casas.

Organismos de Políticas para as Mulheres: Instâncias governamentais dos executivos estaduais, distrital e municipais propulsoras das políticas para mulheres, coordenando a sua elaboração, execução e acompanhamento.

Planos de políticas para as mulheres: Instrumento de planejamento das políticas estaduais, distrital e municipais para mulheres.

Atividade física suficiente: Percentual estimado de pessoas suficientemente ativas, na população de 15 a 69 anos de idade, residentes em determinado espaço geográfico, no período considerado. São consideradas suficientemente ativas aquelas pessoas classificadas como regularmente ativas. O nível de atividade física é medido pela frequência (dias por semana) e duração (tempo por dia) da realização de atividades físicas moderadas, vigorosas e da caminhada, permitindo a classificação das pessoas em: muito ativa, ativa, irregularmente ativa e sedentária.

Atletas olímpicas/os: Atletas que integraram a delegação brasileira como titulares em modalidades individuais ou cujos nomes estão presentes nas súmulas de modalidades coletivas na última edição dos Jogos Olímpicos.

Atletas paralímpicas/os: Atletas que integraram a delegação brasileira como titulares em modalidades individuais ou cujos nomes estão presentes nas súmulas de modalidades coletivas na última edição dos Jogos Paralímpicos.

Dirigentes de instituições esportivas: Grupo que inclui dirigentes e gerentes de organizações esportivas.

Esporte de alto rendimento: Caracterizado pela busca constante da melhor performance atlética, o esporte de alto rendimento é aquele no qual a/o atleta se prepara fisicamente para praticar determinada modalidade esportiva em nível competitivo.

Modalidade desportiva: Atividade física, envolvendo habilidades e capacidades motoras e intelectuais, sujeita a determinados regulamentos e regras instituídos e que pode visar a competição entre praticantes.



observatório
Brasil da
igualdade
de GÊNERO

Secretaria de
Políticas para
as Mulheres

